

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS

PAULO ROBERTO DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO
DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I

Ponta Porã – MS

2017

PAULO ROBERTO DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO
DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, Linha de Pesquisa em Sistemas Produtivos, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade de Ponta Porã MS, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Otávio Zamberlan.

Co-orientador: Prof. Dr. Omar Jorge Sabbag

Ponta Porã – MS

2017

PAULO ROBERTO DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS IMPACTOS: O CASO
DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Otávio Zamberlan
Orientador

Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel
Membro

Prof. Dr. Moisés Centenaro
Membro

APROVADA EM 04/07/2017

Assim referenciado em Paulo Freire:

“....Porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária mais não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia.....”

AGRADECIMENTOS

Agradecer gera reconhecimento, é quando ocorre algo que o outro gostaria que acontecesse, sem esperar nada mais em troca e isso faz com que a pessoa que fez a ação se sinta feliz e a que recebeu também. A gratidão traz junto dela uma série de outros sentimentos, como amor, fidelidade, amizade e muito mais. Diz-se que a gratidão é um sentimento muito nobre.

Neste sentido sou imensamente grato à minha teimosia que garantiu participar do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – 2015.

Agradeço à minha família – meus pais, *in memória*, que me deram a vida; meus irmãos; sobrinhos; minha querida Lissandra, minhas filhas Maressa, Ana Paula e Maria Eduarda e meu filho Stebbin, que garantem, com muito amor e compreensão, a energia e a motivação necessária à minha trajetória.

Agradeço aos Docentes do Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, com ênfase ao coordenador Professor Dr. Carlos Otávio Zamberlan, a quem, dentre as demais pessoas, gostaria de externar minha imensa gratidão, por ter atuado como meu orientador, que não só me orientou, mas também ajudou a participar de eventos e possibilitou a experiência de estar na academia, sobretudo pela sua tranquilidade, discernimento, conhecimento e amizade na orientação deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de curso: Simone, Jorceli, Gianette, Raquel. Lucimara, Kauly, Estevão, Juliano e Silvana, pela convivência, pelas trocas, pelos debates, pelas convergências, e, sobretudo, pelo respeito às divergências. Confesso que jamais tinha encontrado um grupo de pessoas tão especiais reunidas no mesmo espaço como aconteceu com a turma de Mestrado UEMS 2015. Inevitavelmente, externo minha profunda admiração por cada um e cada uma.

O que seria da vida sem os amigos? E o que seria dessa dissertação se não fossem os amigos Adilson, Rogério, Mariza, Jorge, Denize, o Prefeito Ludimar, a Mary, a Terezinha, a Raissa, a Edilene e a Aline Miotto, que além de me brindarem com suas amizades ajudaram com materiais bibliográficos, apoio logístico, físico e emocional.

Finalmente, agradeço às pessoas e instituições que de alguma forma ajudaram nesta construção, às quais não nominarei para não incorrer em risco de omissão.

CIO DA TERRA

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão

Chico Buarque, Milton Nascimento (1977)

SILVA, Paulo Roberto. **Agricultura Familiar e Seus Impactos: O Caso Do Assentamento Itamarati I**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. 140 p.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo produzir análises, da agricultura praticada pelos agricultores assentados titulares e agricultores posseiros, por meio de um estudo de caso, tendo a pesquisa empírica sido realizada no assentamento Itamarati I, implantado no ano de 2001, localizado no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul (MS). O estudo promove uma discussão sobre Agricultura, Assentamentos Rurais e Desenvolvimento. Seu objetivo geral é demonstrar os índices de desempenho dos grupos de agricultores familiares assentados titulares e agricultores posseiros, na condução das atividades praticadas nas unidades de produção. Como metodologia utilizamos o “Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades Agropecuárias” – APOIA SOCIAL, desenvolvido por pesquisadores da Embrapa. O Método possibilitou dimensionar o Aspecto Trabalho, Aspecto Economia, Aspecto Saúde e o Aspecto Gestão/administração e um conjunto de vinte indicadores. Como resultado estão colocados os índices de impactos gerados com as atividades da agricultura praticada pelos grupos de agricultores assentados titulares e agricultores posseiros. Cabe destacar, entretanto que como ponto forte, está o desempenho do Aspecto Trabalho e o desempenho do Aspecto Economia, assim como ponto fraco é o desempenho do aspecto Saúde e do aspecto Gestão/administração. Como desafio para o poder público, a implementação de políticas públicas que estejam sintonizadas com estes pontos fortes e pontos fracos, levando-se em conta os processos internos de inovações da agricultura praticada e contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura. Assentamentos rurais. Desenvolvimento. Impactos. Agricultores familiares.

SILVA. Paulo Roberto. **Agricultura Familiar e Seus Impactos: O Caso Do Assentamento Itamarati I**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. 140 p.

ABSTRACT

This dissertation aims to produce analyzes of the agriculture practiced by settled farmers and squatters, through a case study, and the empirical research was carried out in Itamarati I settlement, established in 2001, located in the Municipality of Ponta Porã , State of Mato Grosso do Sul (MS). The study promotes a discussion on Agriculture, Rural Settlements and Development. Its general objective is to demonstrate the performance indexes of the groups of settled family farmers and squatters in the conduct of the activities practiced in the production units. As methodology we use the "System of Evaluation of Social Impact of Agricultural Activities" - SOCIAL SUPPORT, developed by Embrapa researchers. The Method allowed to size the Work Aspect, Aspect Economy, Health Aspect and Aspect Management / administration and one with twenty indicators. As a result, the indexes of impacts generated by the activities of the agriculture practiced by the groups of settled farmers and squatters are placed. It should be noted, however, that as a strong point, there is the performance of the Work Aspect and the performance of the Aspect Economy, as well as weakness is the performance of the Health aspect and the Management / administration aspect. As a challenge to the public power, the implementation of public policies that are attuned to these strengths and weaknesses, taking into account the internal processes of innovations of agriculture practiced and thus contributing to regional development.

Keywords: Agriculture, Rural settlements, Development, impacts, family farmers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária

AMFFI – Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati

APAMG – Associação dos Produtores de Abacaxi do Município de Guaraçá/ES.

CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FAO -Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores em Agricultura

G1 – Grupo um

G2 – Grupo dois

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDATERRA – Inst. De Des. Agrário, Assist. Téc. E Extensão Rural de MS.

IDH – Índice de desenvolvimento Humano

IDS - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEISA – Low External Input and Sustainable Agriculture

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA – Ministério do Desenvolvimento Social

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNDE – Plano Estratégico Desenvolvimento do Nordeste

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SAI – Sistema Agroindustrial Integrado

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados – Unidade Hospital Universitário

LISTA DE QUADRO E GRÁFICOS

QUADRO 1 - Abordagens dos Autores	38
QUADRO 2 – Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária	43
Gráfico 1 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT	59
Gráfico 2 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST	65
Gráfico 3 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento FETAGRI	71
Gráfico 4 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento AMFFI	75
Gráfico 5 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais - Agricultores Possseiros	77
Gráfico 6 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Titulares	79
Gráfico 7 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e Todos os Grupos	81
Gráfico 8 – Resultado Geral – Grupos	89

LISTA DE TABELAS

Tabela1 – Composição dos Grupos	49
Tabela 2 – Tamanho da Amostra em Cada Movimento	52
Tabela 3 – Tamanho da Amostra em Cada Grupo	53
Tabela 4 – Índices do Grupo Agricultores Possseiros – Movimento CUT	55
Tabela 5 – Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento CUT	57
Tabela 6 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT	59
Tabela 7 – Índices do Grupo Agricultores Possseiros – Movimento MST	61
Tabela 8 – Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento MST	63
Tabela 9 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST	65
Tabela 10 – Índices do Grupo Agricultores Possseiros – Movimento FETAGRI	67
Tabela 11 – Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento FETAGRI	69
Tabela 12 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento FETAGRI	70
Tabela 13 – Índices do Grupo Agricultores Possseiros – Movimento AMFFI	72
Tabela 14 – Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento AMFFI	73
Tabela 15 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento AMFFI	75
Tabela 16 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Possseiros	77
Tabela 17 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Assentados Titulares	79
Tabela 18 – Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e Todos os Grupos	81
Tabela 19 – Resultado Final Consolidado – Grupos: Agricultores Possseiros e Assentados Titulares	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Caracterização do Objeto do Estudo.....	15
1.1.1. Objetivos.....	17
1.3.Estrutura do trabalho.....	17
2.REVISÃO TEÓRICA	18
2.1.Agricultura: Conceitos e Sistemas de Produção	18
2.1.1. Conceitos	18
2.1.2. Sistemas de Produção	23
2.2.Os Assentamentos Rurais Brasileiros	27
2.3.Desenvolvimento	32
2.3.1.Desenvolvimento: Visão Empírica e Associação com Rural	35
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	40
3.1. APOIA SOCIAL NA PRATICA.....	49
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
4.1. Resultados no Movimento CUT	55
4.3. Resultados no Movimento FETAGRI	67
4.4. Resultados no Movimento AMFFI.....	72
4.5. Resultado: Todos os Movimentos - Grupo de Agricultores Posseiros	76
4.6. Resultados: Todos os Movimentos - Grupo Agricultores Assentados Titulares	78
4.7. Resultados: Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e Todos os Grupos	80
4.8. Resultado Final Consolidado – Agricultores Posseiros e Assentados Titulares.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXO 1	104
APÊNDICE 1	107
APÊNDICE 2:	108
APÊNDICE 3:	140

1. INTRODUÇÃO

Sobre os assentamentos rurais muitas abordagens (e controvérsias) políticas e acadêmicas têm tornado o debate multivariado, entretanto para aqueles que defendem e são favoráveis à reforma agrária no país, o primeiro PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 1985, proposto pelo governo pós ditadura militar e também o segundo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de 2003, proposto pelo pelo Governo do Presidente Lula, não avançou para além de uma política de assentamentos¹ e se mostra incapaz de modificar a estrutura fundiária presente no regime de propriedade da terra no Brasil. Já aqueles contrários ao PNRA, apontam que a demanda por terra e a implantação dos assentamentos rurais representam um retrocesso diante da visível modernização alcançada pela agricultura do país, visto que o processo de reforma agrária não consegue acompanhar esta modernização tecnológica e por consequência responder com escala e volume de produção (MEDEIROS, 2007).

Todavia, a pergunta a se fazer não recai necessariamente sobre a questão escala e volume de produção. Primeiro, essa visão de escala e volume de produção nasce com a modernização agrícola voltada para criação de produtos comoditizados e direcionados em grande parte para a exportação. Quem garante que isso é a solução para o meio rural como um todo? Segundo, escala e volume de produção são reducionismo nessa base de afirmação, têm como foco a cadeia produtiva a partir de seu final, para posteriormente estabelecer o que será produzido, constatando-se a necessidade de segmentação e produção para nichos específicos de consumidores.

Frente a esta discussão, enxergar a agropecuária como produtora de escala e de volume é ir contra o próprio mercado ou ver somente um lado do mercado, ou seja, criar antolhos. Ver o mercado assim e forçar os agricultores a isso é antolhá-los, forçando-os a olhar para uma única direção e a defender este único ponto de vista.

Apesar do PNRA, o processo de reforma agrária não avançou, segundo o censo agropecuário de 2006, divulgado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2006), a concentração de terras persiste no País. A concentração e a desigualdade regional são

¹Segundo Giardini (2008) - Reforma agrária completa deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção.

comprovadas pelo Índice de Gini² da estrutura agrária brasileira, que demonstra que nos últimos 10 anos o Índice de Gini está em 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 que era de 0,857 e de 1995 que foi de 0,856.

O debate sobre a questão agrária teve altos e baixos nos últimos vinte anos³. O expressivo número de assentamentos e de demandantes de terra, os crescentes custos ambientais da produção agrícola mercantil de exportação em larga escala, a crise da alta nos preços dos alimentos e a crise do sistema econômico internacional atualizaram a importância da discussão. Embora o debate sobre a pertinência ou não da reforma agrária continue importante, possivelmente ocorrerá em outro patamar, tendo em vista os elementos expostos. Colocadas face a face, a questão social, a ambiental e a econômica, a solução de tipo neoliberal, na qual o mercado se encarregaria de encontrar a melhor equação para solucionar as crises e tensões encaminhando a vida social e econômica, parecem estar enfraquecidas.

Ao buscar informações sobre a agricultura brasileira, encontra-se que desde 1970 (momento em que o processo de modernização da agricultura brasileira ganhou grande impulso) e até 2006 (dados do censo IBGE 2006) a área agrícola foi ampliada em 20%, enquanto o número de estabelecimentos rurais cresceu menos de 6% e o pessoal ocupado na agricultura reduziu quase 7%, o número de tratores aumentou 375%.

Diante destes indicadores e tomando como referencial o trabalho de Gómez (2006), nota-se que isto decorre do modelo de desenvolvimento neoliberal que é imposto através de órgãos internacionais (principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e dos países capitalistas desenvolvidos, que controlam esses órgãos. Gómez (2006) diz que as instituições neoliberais impõem o modelo de desenvolvimento com base num discurso realizado no seio da sociedade e funcionam como controle social tendo como função a afirmação e a repetição até a sua aceitação de que as políticas neoliberais funcionam, o que não ocorre. A afirmação da eficiência dessas políticas é o principal instrumento para a aceitação deste modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento imposto pelo Banco Mundial tem como função tentar solucionar os problemas causados pelo capitalismo por meio das próprias regras capitalistas, o que é impossível. Este desenvolvimento é utilizado pelo

²O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

³Após a edição da Lei Agrária (Lei 8629), de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária.

capitalismo como estratégia para a sua própria reprodução. Gómez (2006) denomina este desenvolvimento de *desenvolvimento possível*, pois é o único praticável dentro das regras do capitalismo. Contudo, haveria outra via que o autor denomina de *desenvolvimento intolerável* aos olhos do capitalismo, já que este modelo contraria suas regras.

Deste debate e constatações surgem alguns questionamentos: a) Como estaria o percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais do Brasil, caso os assentamentos não tivessem sido implantados? Além de reter parte da população rural, quais outras contribuições os assentamentos rurais propiciam ao desenvolvimento regional? Será que parte desse pessoal que deixou a agricultura, partiu dos assentamentos rurais? Por quê? É inexorável que agricultura prescindia de mão de obra? Que tipo de agricultura possibilitaria a permanência do maior número possível de pessoas no meio rural? E, sobretudo, nos assentamentos o que resultaria numa redução de pressão e demandas sobre as cidades? Qual a contribuição dos assentamentos rurais para o desenvolvimento regional?

Para a realização da pesquisa empírica e estudo de caso selecionou-se um assentamento localizado no município de Ponta Porã/MS que, segundo o INCRA, através de dados atualizados em seu site eletrônico em 2016, possui mais de 3.500 (três mil e quinhentas) famílias assentadas. A escolha do Assentamento Itamarati I, implantado no ano de 2001, se deu por ser o maior do Brasil e um dos maiores da América Latina, também por sua marcante heterogeneidade de movimentos sociais que compõem o conjunto de famílias inicialmente beneficiárias do processo de Projeto de Assentamento, que são: CUT (central única dos trabalhadores), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), FETAGRI (Federação dos Trabalhadores em Agricultura) e AMFFI (Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati).

Espera-se, com esta pesquisa, que as indagações feitas anteriormente sejam respondidas e que sirvam de base para estudos futuros sobre o assunto, propiciando, assim, melhores condições de aplicação de avaliações de impactos nas inovações tecnológicas e subsidiando a instrução de novos projetos de desenvolvimentos, transferência e adoção tecnológica.

1.1 Caracterização do Objeto do Estudo

O Imóvel, onde está implantado o Assentamento Itamarati I, foi adquirido pelo INCRA de Tajhyre S/A Agropecuária em dezembro de 2.000 e incorporado como patrimônio do INCRA, em maio de 2001. Está cadastrado no INCRA sob o n ° 913.154.011.606 –7. O proprietário anterior era o grupo Itamarati, que entre as décadas de 1970 e 1980 tornou-se o maior produtor individual de soja do Brasil.

Situa-se no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, a 22° 32' de latitude Sul e 55° 43' de longitude Oeste. Pertence à microrregião de Dourados e à mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul. A extensão territorial de Ponta Porã é de 5.359,3 km² e sua altitude média é de 656 metros do nível médio do mar. Está distante da capital do Estado de Mato Grosso do Sul 328 km. O projeto de assentamento Itamarati está a 45 km da sede municipal, Ponta Porã – MS. Em 2002, quando da sua implantação, a população estimada do município era de 61.875 habitantes, passados 14 anos, em 2016 esta população estimada, segundo o IBGE, era de 86.717 habitantes.

Conforme dados do IDATERA/2003, a área do projeto de assentamento Itamarati I é de 25.072 ha (vinte e cinco mil e setenta e dois hectares) e está dividida em quatro subáreas, cada uma destas atendendo a um movimento social. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) coube uma parcela de 6.571 ha (seis mil, quinhentos e setenta e um hectares) ocupada por 320 (trezentos e vinte) famílias; à Central Única dos Trabalhadores (CUT – rurais) foram destinados 6.287 ha (seis mil, duzentos e oitenta e sete hectares) no qual se assentou 280 (duzentas e oitenta) famílias; à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) coube uma área de 7.727ha (sete mil, setecentos e vinte e sete) hectares tendo sido assentadas 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias e finalmente, à Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) foram destinados 4.487ha (quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete hectares) tendo sido assentadas 150 (cento e cinquenta) famílias. Desta forma, o assentamento Itamarati I possui 1.145 famílias assentadas (Fonte: IDATERRA/INCRA/2003).

Neste assentamento, uma questão visível e muito comentada é a evasão das famílias que inicialmente foram assentadas. Isto deu origem a um novo grupo de agricultores que denominamos de agricultores familiares posseiros que suscita algumas das questões desta pesquisa: Que tipo de agricultura pratica o grupo de agricultores familiares assentados

titulares⁴ do processo de assentamento? Que tipo agricultura pratica o grupo de agricultores posseiros⁵ que sucederam ou sucedem os agricultores evadidos?

Neste sentido, surge uma questão instigadora do estudo: a agricultura que é praticada no assentamento Itamarati I possibilita que as famílias assentadas titulares e também as famílias de agricultores posseiros tenham como permanecer na agricultura e alcançar nível de desenvolvimento que garanta qualidade de vida de maneira a satisfazer suas necessidades e contribuir para o desenvolvimento regional?

Este problema parece importante e merece ser pesquisado para ajudar a responder se os investimentos dos fundos públicos na política de assentamentos rurais estão alcançando resultados satisfatórios, tanto para as famílias assentadas, quanto para a sociedade em geral. O bom desempenho na agricultura é fundamental para a permanência das famílias beneficiárias no campo e tornará a política de reforma agrária efetiva, evitando investimentos inócuos desperdiçados com o retorno das famílias à anterior situação de pobreza e a reconcentração fundiária.

Além disso, a resposta a esta questão, embora apenas indicativa, pode contribuir para uma reflexão sobre as políticas de apoio à produção agrícola nos assentamentos rurais, sobre os diferentes estilos de agricultura ali praticados bem como sobre a inserção da produção agrícola do assentamento na dinâmica do desenvolvimento regional.

Este trabalho será desenvolvido utilizando-se da metodologia APOIA SOCIAL, que consiste num método que tem por objetivo maior retratar aspectos ligados à satisfação de necessidades básicas e ao comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas vinculadas às atividades estudadas e, desta forma, fornecendo elementos para que os agricultores decidam sobre melhores opções de práticas, atividades, formas de manejo e adoção de tecnologias voltadas ao desenvolvimento.

⁴ Assentados Titulares: São os agricultores que o INCRA selecionou com metodologia própria e faz parte da RB (relação de beneficiários), publicada por ocasião da implantação do Assentamento Itamarati I.

⁵ Agricultores Posseiros: São os agricultores que sucederam ou sucedem os assentados titulares que se evadiram do lote destinado originalmente pelo INCRA e que no momento atual o instituto ainda não reconhece formalmente como assentados titulares.

1.1. Objetivos

- **Geral:**
- Demonstrar os índices gerados pelos agricultores familiares assentados titulares e agricultores posseiros, no desenvolvimento da agricultura familiar.

- **Específicos:**
- Verificar os indicadores de desenvolvimento para o grupo de assentados titulares;
- Analisar os indicadores de desenvolvimento para o grupo de agricultores posseiros;
- Comparar estes indicadores entre os grupos (titulares e posseiros);
- Consolidar um resultado geral da agricultura praticada no assentamento Itamarati I, pelos Assentados Titulares e Agricultores Posseiros.

1.3. Estrutura do trabalho

Além desta introdução, este trabalho contém mais quatro seções. A segunda seção – revisão teórica, está dividida em três subseções: a primeira apresenta algumas teorias sobre o conceito de agricultura e sistemas de produção; a segunda apresenta discussões sobre os assentamentos rurais brasileiros e a terceira apresenta teorias sobre o desenvolvimento. A terceira seção – metodologia, primeiramente, buscou-se caracterizar a pesquisa com relação aos objetivos e aos procedimentos ao mesmo tempo em que se descreveram as populações componentes da pesquisa. Segundo, abordou-se o método de análise. A quarta seção, onde são apresentados os resultados e discussões do trabalho, está dividida em cinco subseções: a primeira delas apresenta os resultados do Movimento CUT, a segunda os resultados do Movimento MST, a terceira os resultados do Movimento FETAGRI, a quarta os resultados do Movimento AMFFI e a quinta apresenta os resultados gerais alcançados. A quinta e última seção, por fim, contém as considerações finais do trabalho.

2.REVISÃO TEÓRICA

Esta seção se destina a apresentar os principais fundamentos teóricos que auxiliam na compreensão do tema objeto deste trabalho. Inicia-se com o resgate da literatura que trata dos processos **da agricultura**, dos **assentamentos rurais**, e do **desenvolvimento** em cuja abordagem se constitui as perspectivas deste estudo.

2.1.Agricultura: Conceitos e Sistemas de Produção

Este subtítulo tratará do conceito de agricultura moderna e agricultura alternativa, bem como da descrição teórica dos sistemas de produção.

2.1.1. Conceitos

O termo agricultura moderna mantém uma evidente vinculação ao projeto ou plano de modernidade que tem orientado os sistemas de produção agrícola nos últimos tempos. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ingressou numa nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista comandado pelos Estados Unidos. Neste período a agricultura sofreu profundas transformações na busca de sua integração e contribuição ao crescimento econômico geral. O resultado desse processo foi que, na segunda metade do século XX, a produção agrícola mundial cresceu a uma taxa de 2,6 por cento ao ano, ao passo que a população cresceu à taxa de 2,5% (ALMEIDA, 1997; MAZOYER, 2003).

Se por um lado é difícil dizer precisamente o que é agricultura moderna⁶, por outro, em cada sociedade do chamado mundo ocidental se delineia uma idéia do que ela seja. No Brasil, particularmente, a agricultura moderna como uma ideia-força se formou a partir da década de 1920, no bojo do aprofundamento dos processos de industrialização e urbanização. Mas foi a partir da década de 1960 que as transformações da agricultura em execução nos chamados países desenvolvidos no pós-guerra, também chegaram aqui (MIGUEL, 2006).

A agricultura moderna, portanto, é uma idéia relativamente recente. Apesar do empenho dos governos, do setor agroindustrial e também de agricultores em tentarem impor

⁶ Agricultura Moderna: Altamente mecanizada, produção em escalas, dependente de insumos externos tais como: adubos, sementes e defensivos. Segue pacote tecnológico preconizado pela revolução verde.

seu predomínio, diversos outros tipos de agricultura continuam a existir. A dinâmica de concorrência entre a agricultura moderna e outras expressões de agricultura alternativas⁷, se afigura um importante material para entender o complexo mundo rural da atualidade.

A agricultura surgiu na história humana há aproximadamente 10 mil anos e consiste na mobilização de recursos com vistas à sua conversão em bens de interesse da sociedade. Sua especificidade reside no fato de que os recursos necessários são mobilizados na natureza e os processos pelos quais ocorre a conversão em produtos de interesse são essencialmente biológicos. O homem interfere em ecossistemas de maneira a privilegiar o desenvolvimento e a reprodução de animais e plantas que lhe proporcionem alimentos e fibras úteis ao seu modo de vida em sociedade (PLOEG, 1994; MAZOYER & ROUDART, 2001).

Segundo Araújo (2005, p. 15), na atualidade, os conceitos de “setor primário ou de agricultura perderam o sentido, porque deixaram de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário”. A agricultura, ou o setor primário, que antes não dependia de outros setores, na visão do agronegócio passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos. Portanto, destaca-se a pós-produção, quando há a necessidade de estocar a produção em armazéns, mercado atacadista, mercado varejista, exportação e toda a infraestrutura, tais como estradas, portos, etc. O agronegócio passa a ser encarado como um sistema de elos, abrangendo itens como pesquisa, insumos, tecnologia de produção, transporte, processamento, distribuição e preço. Com relações intersetoriais a montante e a jusante à unidade produtiva agrícola, formando o sistema do agribusiness ou agronegócio (ARAÚJO, 2005).

Ao longo da história a agricultura assumiu diferentes configurações, as quais são também bastante variadas de acordo com a sua localização. Essas diferentes agriculturas são os produtos das condições sociais confrontadas com as condicionantes geográficas de cada época. Os chamados países desenvolvidos vivem atualmente nos marcos do sistema agrário

⁷Agricultura Alternativa: Consiste em modelos produtivos, agroecológicos, produção orgânica, produção natural, entre outras. Tem como objetivo garantir uma vantagem comparativa às formas da agricultura familiar, em relação ao modelo da revolução verde. A especificidade do trabalho familiar, o conhecimento das condições biossistêmicas locais próprias desses agricultores e a escassez de recursos financeiros que possuem, ou têm acesso, são considerados como elementos positivos à aplicação de novas práticas produtivas – todas elas vinculadas a um saber camponês que foi renegado como atrasado no período da Revolução Verde. A revalorização destas práticas teria, assim, as características de rompimento com a monocultura, a redução de custos monetários e a ampliação de emprego no campo (Moreira 2000).

baseado na segunda revolução agrícola⁸ dos tempos modernos. Este padrão de agricultura, entretanto, não se limitou a estes países e se alastrou de diferentes maneiras e intensidades nos chamados países em desenvolvimento. As consequências do predomínio deste sistema agrário foram (e são) as elevações da produção e da produtividade – tanto ao nível das unidades de produção agrícola, quanto também das nações – simultaneamente gerando desenvolvimento diferencial com empobrecimento e exclusão de grande parte dos agricultores e das regiões (MAZOYER & ROUDART, 2001).

Este é o panorama geral do sistema agrário moderno, típico da revolução verde⁹, fortemente impulsionado pelas políticas públicas agrícolas após a Segunda Grande Guerra, tanto nos países chamados desenvolvidos quanto nos países ditos subdesenvolvidos. Na Europa predominava a pequena propriedade na estrutura fundiária e a agricultura camponesa, desejosa de aumentar a sua produtividade por área e por unidade de trabalho, foi o segmento social da agricultura que primeiro adotou as mudanças técnicas da revolução verde. No Brasil, entretanto, as medidas de estímulo à modernização da agricultura, típicas da revolução verde, foram implementadas principalmente a partir dos governos militares e foram dirigidas prioritariamente para o segmento dos grandes proprietários fundiários, contemplando os cultivos e criações para a exportação localizadas na região Centro-Sul do país onde predominavam dois padrões de estrutura social rural: agroindústrias e grandes propriedades do centro e o sítio familiar capitalizado no sul (GOODMAN, SORJ & WILKINSON, 1985; GONÇALVES NETO, 1997; MAZOYER & ROUDART, 2001).

A segunda revolução agrícola dos tempos modernos, entretanto, não levou à homogeneização da agricultura segundo o padrão moderno preconizado. O principal objetivo do projeto de modernização foi a criação de empreendimentos agrícolas intensivos, de larga escala e especializados. Entretanto, os agricultores responderam a esse contexto de diferentes maneiras, alguns seguiram o *script* recomendado pelo projeto de modernização, outros,

⁸Segunda Revolução Agrícola: Também conhecida como revolução verde, no Brasil teve sua implantação nos anos 1960. Já a primeira revolução agrícola é tudo o que se acumulou nos dez mil anos de história da agricultura.

⁹Revolução Verde: Termo criado na conferência de Washington, por Willian Gown. Consiste num programa de inovações tecnológicas para a agricultura, que visava o aumento da produtividade através da modificação nas sementes, nos adubos, na fertilização do solo, nos agrotóxicos e na mecanização. Surgiu na década de 1950, foi implementado logo após a Segunda Guerra Mundial, aproveitando os avanços e conhecimentos tecnológicos da época. O objetivo era o de dizimar a fome nos países subdesenvolvidos. Isto não ocorreu e além disso, a Revolução Verde deixou de fazer sentido quando os agricultores familiares começaram a enfrentar grandes problemas, por ser um programa criado para os grandes agricultores, fazendo com que os outros não conseguissem se adaptar às novas técnicas e não atingissem a produtividade, dificultando a sua permanência no sistema.

porém, adotaram estratégias diferentes para se ajustar às condições de mercado, aos formatos tecnológicos e às políticas vigentes (PLOEG, 2000).

Os agricultores organizam seus sistemas de produção agrícola de maneira mais ou menos integrada aos mercados e aos formatos tecnológicos recomendados predominantemente. Tais sistemas de produção agrícola funcionam a partir de dois fluxos de recursos: num deles os meios de produção são mobilizados no mercado, no outro eles são reproduzidos na própria unidade de produção agrícola. Conforme predomina o primeiro fluxo sobre o segundo, o agricultor reduz sua margem de manobra. Acontecendo o inverso se predomina o segundo fluxo. A diversidade (ou heterogeneidade) da estrutura agrária corresponde a diferentes respostas dos agricultores quanto à maior ou menor adoção das tecnologias agrícolas modernas e sua correspondente mobilização de recursos junto aos mercados. As diferentes respostas são diferentes posições sobre uma linha entre o predomínio absoluto do primeiro fluxo e o do segundo (PLOEG, 1994, 2008).

Analisando o processo de modernização da agricultura na Europa Ocidental, Mazoyer & Roudart (2001), também apontam que a especialização não é tão rigorosa quanto se diz, pois a mono produção é bastante rara. Para os autores, o processo de especialização “[...] não impede que algumas explorações se afastem do padrão em razão da sua dimensão (as pequenas explorações têm interesse em praticar sistemas de produção mais exigentes em trabalho), do seu equipamento ou do seu saber fazer (*savoirfaire*) singular” (MAZOYER & ROUDART, 2001, p. 385).

Analisando o contexto da América Latina, Dufumier (1990, 2007) também afirma que existe uma diversidade de formas de agricultura, as quais correspondem a diferentes respostas dos agricultores frente aos condicionantes para eles colocados. Para o autor, em uma mesma região, os agricultores não produzem necessariamente sob as mesmas condições econômicas e sociais. Para reproduzir suas condições de existência e melhorar seu nível de vida os agricultores podem ter interesse ou não em utilizar determinadas técnicas e também praticar determinados sistemas de produção agrícola (DUFUMIER, 1990, 2007).

No contexto destas agriculturas que diferem do modelo ideal da agricultura moderna, emergiram (e emergem) as chamadas agriculturas alternativas. Sob essa terminologia foram abrigadas várias experiências de agricultura que pretendem modificar o todo ou partes do que se designa como agricultura moderna. São formulações teóricas sobre a agricultura que se traduzem de maneira mais ou menos coerente na prática agrícola de agricultores ou grupos de agricultores. Em seu artigo, *Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das*

disputas conceituais, publicado em 1996, Eli Lino de Jesus sintetizou as proposições das diferentes formulações que encontram abrigo na designação de agricultura alternativa: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura ecológica, agricultura natural, permacultura, agricultura regenerativa e agricultura sustentável. De acordo com Jesus (1996), corroborado por Lima (2005), os trabalhos de Miguel Altieri e Stephen Gliessman (principalmente o primeiro) sistematizaram conceitos de ecologia e agronomia que unificam estes diferentes pensamentos e os popularizaram sob a definição de agroecologia (JESUS, 1996; GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2002; LIMA, 2005).

A pesquisa de Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1999), sistematizava várias práticas agrícolas que divergem do padrão tecnológico da agricultura moderna. As práticas descritas por esses autores foram observadas junto a pequenos agricultores nos chamados países subdesenvolvidos. Conceituam essas práticas como Agricultura Sustentável e de Baixo Uso de Insumos Externos (LEISA¹⁰), as quais “[...] fazem uso ótimo dos recursos naturais e humanos localmente disponíveis (tais como solo, água, vegetação, animais, trabalho humano, conhecimentos e habilidades locais) e é, ao mesmo tempo, economicamente viável, ecologicamente apropriada, culturalmente adaptada e socialmente justa” (1999, p.2). Segundo os autores, a LEISA não excluiria a utilização de insumos externos como adubos, máquinas, animais e sementes selecionadas, mas os utilizaria de maneira mais parcimoniosa (REIJNTJES, HAVERKORT e WATERS-BAYER, 1999, p.2).

A agricultura econômica é um estilo de agricultura definido como “[...] uma estratégia para *conter os custos monetários* dos investimentos e empréstimos e as despesas com insumos externos” (PLOEG, 2000, p.499). Segundo o autor, a agricultura econômica é um primeiro passo para a agricultura tipo LEISA. Neste estilo de agricultura, além da contenção dos custos monetários com recursos externos à unidade de produção agrícola, também se enfatiza a mobilização, uso, desenvolvimento e reprodução dos recursos internos. Pesquisas empíricas (estudos de caso) sobre a performance econômica deste estilo de agricultura demonstraram que os agricultores econômicos, se analisados por um único indicador (valor agregado líquido, por exemplo) dos seus sistemas de produção, não diferem significativamente dos agricultores especializados. Entretanto, ao se analisar um conjunto de indicadores (valor agregado líquido, renda líquida, eficiência técnica, emprego da força de trabalho) os agricultores econômicos mostram ser mais eficientes e competitivos (Ibid).

¹⁰Low External Input and Sustainable Agriculture (LEISA).

Segundo Bonny (1993), o modelo produtivista que demanda grande necessidade de capital e provoca inúmeros danos ambientais além de apresentar elevados custos de suporte dos mercados e estagnação dos lucros dos agricultores, foi cedendo lugar a modos e condutas mais técnicas e padronizadas tanto no aspecto das formas de produção quanto na gestão das explorações. Hoje existem fortes exigências de qualidade e de redução da poluição, melhor aproveitamento do espaço e da área, uso de técnicas mais “éticas”, produção de serviços na área rural, manutenção da população agrícola e exigências de competitividade. Além de buscar práticas que maximizem o bem-estar social dos trabalhadores e produtores e a preservação ambiental.

Dessa forma chegaríamos a uma agricultura multifuncional (que inclua atividades rurais não agrícolas), diversificada (diferentes formas de produção agrícola), adaptável e flexível (a evolução dos diferentes segmentos da demanda e das negociações internacionais) e imaginativa (para responder à diversidade de demanda, proteger o meio ambiente e valorizar os espaços rurais), que reflete aquilo que se define como agricultura sustentável, isto é, economicamente viável, ecologicamente sadia e socialmente aceitável (BIN, 2004, p.49).

2.1.2. Sistemas de Produção

O sistema de produção agrícola é a combinação específica (natureza e proporções) de atividades produtivas, de meios de produção e da força de trabalho disponíveis para artificializar o ecossistema. Num determinado sistema agrário, os sistemas de produção não são homogêneos, pois o ecossistema cultivado, a disponibilidade da força de trabalho e os demais meios de produção variam segundo o estatuto social e a acumulação de cada agricultor. Estes critérios permitem que um sistema social produtivo seja representado por um número limitado de tipos de unidades de produção definidos técnica, econômica e socialmente (MAZOYER & ROUDART, 2001).

Para Cochet & Devienne (2006), discutir sistema de produção abrange tanto a estrutura quanto a organização e o funcionamento das unidades de produção agrícolas. Isso significa entender o que fazem os agricultores, como e porque (como combinam diversas atividades e práticas agrícolas no âmbito das suas explorações, qual é a racionalidade das suas práticas, quais são os constrangimentos técnicos e econômicos aos quais eles estão confrontados) e avaliar os resultados que eles obtêm (performances técnicas e resultados econômicos).

Segundo Wünsch (1995), o emprego do conceito de sistemas de produção teve início na década de 60, para fins de pesquisa operacional e programação linear. A ideia de combinação entre elementos se expressa na definição de Chombart de Lauwe *et alii*, citado por Dufumier (2007): “O sistema de produção é a combinação das produções e dos fatores de produção (terra, trabalho e capital de exploração) na unidade de produção agrícola” (LAUWE *et al*, 1969 *apud* DUFUMIER, 2007. p. 85).

Esta noção, entretanto, foi ampliada durante a década de 1970, de acordo com Dufumier (2007), pelo trabalho de Reboul (1976) que considerava o sistema de produção agrícola para além dos limites de uma unidade de produção agrícola:

É um modo de combinação entre terra, força e meios de trabalho para fins de produção vegetal ou animal, comum a um conjunto de explorações. Um sistema de produção é caracterizado pela natureza dos produtos, da força de trabalho (qualificação), dos meios de trabalho utilizados e por suas proporções (REBOUL, 1976 *apud* DUFUMIER, 2007, p. 86).

De acordo com Wünsch (1995), mais tarde essa conceituação evoluiu agregando a noção de objetivo. O autor cita Tourte (1978) para quem o sistema de produção agrícola é o conjunto de produções vegetais e animais e de fatores de produção, terra, trabalho e capital, gerido pelo agricultor com vistas a satisfazer seus objetivos socioeconômicos e culturais ao nível do estabelecimento agrícola (TOURTE, 1978 *apud* WÜNSCH, 1995).

Já na década de 1980, segundo Wünsch (1995), Sebillote (1981) avançaria colocando a noção de estabelecimento agrícola composto por dois subsistemas em interação: um que comportaria a racionalidade do agricultor (objetivos, decisões, organizações) e outro que comportaria as características do meio de produção e os fatores externos que condicionam a produção. A interação destes dois subsistemas constitui o sistema de produção (SEBILLOTE, 1981 *apud* WÜNSCH, 1995).

Wünsch (1995) também resgata uma importante contribuição de Bourgeois (1983) que auxilia a superar os disjuntivos sistema de produção agrícola e unidade de produção agrícola. Segundo o autor, o funcionamento do sistema de produção é o resultado de um encadeamento de decisões. Quando se refere a unidade familiar de produção significa dizer que as decisões são tomadas no seio de uma família, vivendo, ao menos em parte, da produção agrícola e que, em termos de orientação do financiamento, do emprego do tempo, a família e o sistema de produção não são independentes. O sistema de produção, no entanto, não está isolado, pelo contrário, está imerso em um contexto social econômico e ecológico,

com o qual mantém inter-relações que condicionam as escolhas e o seu funcionamento (BOURGEOIS, 1983b *apud* WÜNSCH, 1995).

Apollin & Eberhart (1999), afirmam que da mesma maneira que sistema agrário é um conceito e agricultura um objeto real, sistema de produção é um conceito, enquanto a unidade de produção agrícola, suas diferentes parcelas, os trabalhadores, as atividades, as produções são o objeto real. Portanto, o conceito é genérico e serve para apreender o funcionamento e a lógica imprimida pelos agricultores ao seu aparelho produtivo (APOLLIN & EBERHART, 1999).

Para Dufumier (2007) o sistema de produção agrícola é uma combinação mais ou menos coerente de três subsistemas: os sistemas de cultivo, definidos com base nas parcelas ou grupos de parcelas trabalhadas de maneira homogênea, segundo os mesmos itinerários técnicos e sucessões de culturas; os sistemas de criação definidos com base nos rebanhos ou parte deles; e os sistemas de transformação, “na propriedade”, dos produtos agrícolas: debulha dos grãos, fabricação de cerveja de bananas, fabricação de manteiga e queijos de fazenda, etc. (DUFUMIER, 2007).

Ainda segundo o autor, uma região agrícola, relativamente homogênea, à qual corresponde um conceito de sistema agrário também apresenta suas heterogeneidades internas, as quais devem ser estudadas detalhadamente para compreender este sistema agrário (Ibid). Pois, conforme disseram acima, Mazoyer & Roudart (2001, p.42), “[...] o desenvolvimento de um sistema agrário resulta da dinâmica de suas unidades de produção”.

Por isso, a análise-diagnóstica, mesmo quando trata de conhecer os sistemas de produção agrícola, parte de níveis mais abrangentes. Dessa maneira, segundo Dufumier (2007), se procura demonstrar os diferentes tipos de terreno, de recursos hídricos e de biodiversidade, bem como as infraestruturas sociais que compõem a região. Complementarmente, a análise-diagnóstica permite verificar as diferentes condições de acesso a esses recursos pelas diferentes categorias de agricultores da região. As diferentes condições de acesso influenciarão na conformação de diferentes sistemas de produção agrícola.

Para Dufumier (2007), a partir de então, é possível elaborar uma tipologia das unidades de produção agrícola. Esta tipologia tem a finalidade de mostrar como as diversas categorias de agricultores praticam diferentes sistemas de produção agrícola, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam. Isso quer dizer que não são somente as condições ecológicas de cada unidade de

produção agrícola que determinam o tipo de sistema de produção praticado pelos agricultores. Eles também levam em consideração condicionantes econômicas, sociais e culturais.

A elaboração da tipologia também tem a finalidade de agrupar sistemas de produção agrícola e categorias de agricultores segundo um número limitado de tipos, a fim de que a investigação não se perca num “sem fim” de levantamentos pouco úteis e repetitivos. A tipologia é que liga a realidade empírica à construção conceitual da agricultura na região e dos diferentes sistemas de produção agrícola que compõem essa agricultura (COCHET & DEVIENNE, 2006).

Neste ponto, a da construção de tipologias das unidades de produção agrícola e/ou sistemas de produção encontra uma interessante aproximação com a de estilos de agricultura proposta por Ploeg, donde:

[...]a agricultura, enquanto um “fluxo organizado de atividades através do tempo”, pode seguir diferentes padrões. Cada padrão está baseado numa particular coordenação de forças, envolvendo relações diferentemente estruturadas com mercados e tecnologia, e finalmente, envolve uma específica, mas coerente, organização da propriedade e uma estruturação específica do processo de trabalho (PLOEG, 1994, p. 15).

Ainda de acordo com Ploeg (1994), o estudo e a compreensão da heterogeneidade necessitam de esquemas de classificação (ou tipologias). O autor, entretanto, faz uma crítica à maneira como a pesquisa agrícola tipicamente realiza as tipologias, partindo da combinação de lavouras e criações num determinado ponto do tempo e do espaço. Segundo o autor, esse procedimento apresenta pelo menos três importantes problemas. O primeiro é que de um ano para outro os agricultores podem modificar (recombinar) completamente essa combinação de lavouras e criações, substituindo uma atividade por outra (que seja mais rentável, por exemplo). O segundo é que ao tomar a heterogeneidade como ponto de partida a tipologia poderá levar a um esquema de classificação desnecessariamente complexo e confuso. E o terceiro problema é que tal classificação poderá obscurecer os diferentes itinerários técnicos seguidos para um mesmo cultivo (PLOEG, 1994).

Em contrapartida, Ploeg (1994), propõe que uma tipologia deve partir da análise cuidadosa dos padrões subliminares de agricultura em termos de um fluxo estrategicamente organizado de atividades através do tempo. Os padrões permitiriam isolar teoricamente as tendências de desenvolvimento exógeno, endógeno ou estagnação; fenômenos tais como especialização ou reprodução da agricultura diversificada, e tendências tais como mudanças

bruscas de um conjunto de lavouras para outras ou adaptação flexível através do tempo, etc. Para o autor, se as estratégias subjacentes são ignoradas, isto é, se ligações entre níveis teóricos e empíricos, entre passado, presente e futuro, e entre trabalhadores agrícolas e o ambiente no qual eles operam, são eliminadas da classificação, então ficarão perdidas mais tarde no sem esperança e confuso empirismo (PLOEG, 1994).

A aparente contradição entre as proposições de Ploeg (1994) e de Dufumier (2007), entretanto, pode se tornar complementaridade. O segundo, não obstante definir o sistema de produção com base nos sistemas de cultivo, criação e transformação, afirma que a consideração dos processos históricos através dos quais os agricultores foram levados a praticar os diferentes sistemas de produção permite a elaboração das tipologias. Com efeito, os processos históricos podem ser compreendidos como os estilos de agricultura de que fala Ploeg (2004).

2.2.Os Assentamentos Rurais Brasileiros

Os assentamentos rurais se constituem na ligação entre a agricultura, as políticas públicas e as famílias agricultoras, sobretudo aquelas com perfil socioeconômico para serem assentadas.

Segundo dados¹¹ publicados pelo INCRA e atualizados em setembro de 2016, o Programa Nacional Reforma Agrária (PNRA) já beneficiou cerca de um milhão de famílias brasileiras, distribuídas em 9.348 assentamentos rurais localizados nas vinte e sete unidades da federação. Fonte: (INCRA, online 2017).

Sobre este processo de reforma agrária e assentamentos rurais, há diversas linhas de pensamentos e ideias que permeiam os debates.

Para Abramovay (1994), na implantação dos assentamentos, dentre muitas, é possível encontrar três concepções distintas que emergem de diferentes pressupostos teórico-metodológicos. A primeira delas considera que os assentamentos se justificam simplesmente pela situação social das famílias e pela luta que travam para conquistar terra e cidadania, não

¹¹Projetos de Reforma Agrária – dados Brasil - criados e reconhecidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sob a jurisdição e atuação das Superintendências Regionais do INCRA. A relação dos Projetos de Reforma Agrária é extraída em arquivo PDF do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, disponibilizada por ordem de Superintendência Regional e data de criação/reconhecimento do projeto, constando a denominação, município de localização, área, capacidade e assentamento de famílias, bem como os tipos dos PAs.

fazendo sentido o questionamento da oportunidade e da necessidade de reforma agrária, muito menos da sua “competitividade”. Uma segunda corrente de pensamentos aceita a realização de assentamentos somente se eles lograrem igualar ou superar o nível de rentabilidade econômica das empresas rurais já existentes. E existem aqueles que procuram fundamentar a noção de competitividade econômica dos assentamentos em torno do custo de oportunidade do trabalho dos assentados.

Representando a primeira corrente, as diversas entidades que representam o movimento de luta pela terra e o movimento sindical rural, a implantação de assentamento se justifica por uma questão social que não se resolveria com políticas sociais de renda mínima para uma população desempregada expulsa do campo pelo progresso técnico das grandes lavouras e pela expropriação realizada pelo latifúndio. Para esta população que não encontra oportunidade de vender sua força de trabalho o Estado deveria garantir terra. Esta posição é reforçada por diversos estudos sobre a questão dos assentamentos. Graziano da Silva (2008), afirma que mesmo que o campo brasileiro tenha elevado os índices de produtividade sem reforma agrária, ela continua necessária como medida para enfrentar a questão do desemprego. Medeiros (2007), citando os estudos de Sparovek (2003), Leite et al (2004) e Medeiros e Leite (2004), aponta que os assentamentos rurais geram ocupação, diversificam a pauta produtiva dos municípios, levam ao aumento dos postos de trabalho (agrícola e não-agrícola), elevam a qualidade de vida das famílias beneficiárias e chegam a provocar a reorganização do espaço rural em algumas situações.

Outro ângulo de análise dos assentamentos pode ser encontrado no trabalho de Castro (1992), citado por Abramovay (1994), em que o autor conclui, com base nos dados de um estudo do BNDES realizado em 1992, que apenas 20% dos agricultores assentados são exitosos em se tornar agricultores profissionais, com renda monetária suficiente para viver dignamente e continuar a reinvestir na produção agrícola. E que, portanto, a reforma agrária não seria uma medida eficaz de redistribuição de renda. Castro (1992) não computou a produção consumida pela família para integralizar a renda monetária auferida pelas famílias, pois seu critério de avaliação é a taxa de lucro do capital investido na agricultura, ou seja, o custo de oportunidade do capital.

A terceira corrente de pensamento discute a competitividade dos assentamentos rurais, considerando também as rendas não monetárias e o custo de oportunidade do trabalho. Basilar dessa posição foi o estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-1992), segundo o qual a renda total das famílias resultava da soma da renda

agrícola líquida, o valor da produção destinada ao autoconsumo e as rendas não-agrícolas. Este valor da renda total das famílias foi confrontado, pelo estudo, com os níveis de renda que elas conseguiriam obter em outros setores da economia, demonstrando ser a reforma agrária uma política mais eficaz de enfrentamento da pobreza.

Para Santos (2001) e Araújo Filho (1996), a reforma agrária está relacionada, também, ao resgate da cidadania das famílias que estão excluídas do processo econômico e social devido à crescente e generalizada exigência de maior qualificação dos trabalhadores urbanos e o fato de que o crescimento econômico, nas últimas décadas, não foi suficiente para gerar postos de trabalho para toda a população economicamente ativa do país.

Para Furtado & Furtado (2000) qualquer estratégia que vise o desenvolvimento dos assentamentos deve ter como premissa o seu entendimento como,

Uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também, uma instituição tutelada e burocratizada que, com muita frequência resiste à emancipação. São comunidades de agricultores construídas nos processos de luta pela terra e também de organizações formais, associações ou cooperativas, seus instrumentos de negociação com o poder (FURTADO & FURTADO, 2000, p. 56).

Para Zander Navarro (1997) os assentamentos realizados nos anos precedentes (supostamente a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária, da Nova República e, principalmente, depois da promulgação da Lei Agrária, em 1993¹²), seu papel e resultados, eram temas importantes para o debate. Acrescentava a pergunta se eles mereceriam a aprovação, como resultado da aplicação dos fundos públicos. Para Navarro, se os assentamentos forem avaliados por seus resultados produtivos e tecnológicos, as centenas de assentamentos já formados evidenciam poucos resultados, largamente insatisfatórios, na maior parte dos casos. Para o autor, estes resultados decorrem de equívocos de duas naturezas: organizativa e tecnológica. A imposição, pelas direções dos movimentos sociais a que estão ligados os assentamentos, de um modelo de organização da produção altamente controlado e até militarizado confronta-se com as expectativas e trajetórias das famílias assentadas. Os conflitos decorrentes impedem a consolidação de formas cooperativas necessárias ao sucesso dos assentamentos. Sobre o aspecto tecnológico, Navarro (1997) diz que a maioria das

¹² Segundo Sparovek (2003) foram assentadas até 1994, no Brasil, aproximadamente 130 mil famílias em 800 projetos de assentamento. Segundo este mesmo autor, de 1995 a 2001 foram implantados mais 3.500 assentamentos e beneficiadas 330 mil famílias.

famílias assentadas se divide entre duas trajetórias: aquelas que praticam uma agricultura de subsistência e outras que adotam o padrão tecnológico da agricultura “moderna”, dependente de insumos agroindustriais adquiridos via mercado e endividamento junto ao sistema bancário. Num e outro caso poucas chances terão de sobreviver economicamente no médio prazo. O autor ainda assevera que existem padrões alternativos mais adequados, mas que na maioria dos casos a ATER¹³ (Assistência Técnica e Extensão Rural) ainda não possibilitou o acesso das famílias assentadas a esse conhecimento.

A questão da produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária também foi tratada por Guilherme C. Delgado em publicação da Revista Reforma Agrária, da ABRA¹⁴, em 2007. Nesta, Delgado afirma que “[...] O assentamento de reforma agrária é uma construção inacabada, carente de projeto viável de transformação socioeconômica”. O autor prossegue em sua argumentação dizendo que o assentamento rural é uma figura jurídica nova e que carece da complementação de outras ações do Estado no sentido da execução da reforma agrária para consistir num projeto de desenvolvimento.

Segundo Delgado (2007b), o desenvolvimento do assentamento tem uma finalidade bem definida, que é “[...] atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. A produtividade social do trabalho é um conceito chave na argumentação de Delgado, ao lado da criação de empregos para toda a força de trabalho atual dos assentamentos e também a das futuras gerações, consolidando a transformação da estrutura de propriedade fundiária. A elevação da produtividade é um imperativo para que as famílias gerem excedentes monetários suficientes para escapar de uma economia de subsistência.

Para o autor, a produtividade social do trabalho num assentamento rural deve diferir fundamentalmente daquela nas propriedades do chamado “agronegócio”, no qual os custos considerados são apenas os privados, relegando os custos sociais a meras externalidades. A produtividade social do trabalho deverá cobrir os custos privados de produção, permitir a apropriação da renda fundiária locacional e de fertilidade do solo, evitar danos aos recursos

¹³ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural. No assentamento Itamarati existe a AGRAER, agência de extensão rural. “[...] A equipe de assistência técnica do P. A. Itamarati atende a totalidade das famílias assentadas, com uma equipe composta por 02 engenheiros agrônomos, 01 técnico em agropecuária e 01 extensionista social rural, o que dá uma relação aproximada de 229 famílias por técnico. Isso provoca uma queda na qualidade dos trabalhos, o que gera um mal-estar entre os assentados, embora estejam cientes das causas reais deste problema” (PDA, 2002. p.25).

¹⁴ABRA = Associação Brasileira de Reforma Agrária.

naturais, incorporar inovações técnicas adequadas, viabilizar a cooperação entre as famílias assentadas (DELGADO, 2007b).

Segundo Delgado (2007b), a elevação da produtividade do trabalho nos assentamentos rurais requer o planejamento a partir do espaço público. Entretanto, não um planejamento onde o Estado assume também a execução, mas um planejamento no qual ele toma algumas medidas que apóiem e induzam a viabilidade social do assentamento.

Delgado (2007a), em seu texto *Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos*, apresenta a ideia de que é necessário desenvolver os assentamentos para que possam se reinserir economicamente em novas bases. O projeto alternativo de desenvolvimento seria realizado pela geração de um excedente econômico sob novas relações de trabalho, outra organização produtiva e práticas ecológicas de cuidado ambiental. Tal projeto pode (e deve) ser estimulado por políticas públicas. O autor destaca dentre elas o PRONAF (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), encaminhados por um melhor arranjo institucional dos órgãos envolvidos (MDA/INCRA, MDS e CONAB/MAPA).

Os trabalhos de Navarro (1997) e Delgado (2007) convergem quando ambos dizem que os assentamentos rurais resultam numa melhora nas condições de vida e na produtividade da força de trabalho das famílias beneficiárias em relação à sua situação anterior à entrada nos lotes. E também convergem quando anotam que esse desenvolvimento está aquém do necessário para garantir o sucesso ou a continuidade das famílias na agricultura. Na questão da produtividade social do trabalho, aspecto que deriva do progresso técnico, os autores identificam duas tendências nas experiências existentes de assentamentos: a prática de uma agricultura de “subsistência” ou a adoção do padrão tecnológico da agricultura “moderna”. E convergem, ainda, na ideia de que é necessário elevar a produtividade do trabalho, mas implementando um padrão tecnológico distinto daquele do “agronegócio”¹⁵.

¹⁵ Agronegócio: É a modalidade econômica que reúne relações comerciais e industriais que envolvem a chamada cadeia produtiva agrícola e/ou pecuária.

2.3.Desenvolvimento

Segundo Vasconcellos & Garcia (1998), desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir:

[...]as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Para Souza (2009), o desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas. As origens teóricas são encontradas no pensamento mercantilista presente no pacto colonial. Já as origens empíricas estão vinculadas a conjunturas vividas pela economia mundial, no qual o resultado foi o aumento da concentração de renda e riquezas dentro dos países e pelo agravamento de disparidades no desenvolvimento entre países pobres e ricos.

[...]a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento(FURTADO, 1974, p.75).

Para o autor, captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil, haja vista as suas múltiplas dimensões. Os parâmetros para medi-lo são o grau de acumulação de capital direcionado aos processos produtivos e o grau de acesso a gama de bens finais oriundos dessa acumulação de capital. O subdesenvolvimento, portanto, estaria relacionado a uma maior heterogeneidade tecnológica resultante da natureza das relações externas desse tipo de economia.

O conceito de desenvolvimento é dinâmico e apresentou mudanças ao longo do tempo. Segundo Dias (2011), desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970, o termo desenvolvimento era entendido como sinônimo de crescimento econômico, tendo na industrialização seu principal alavanque. Ademais, conforme complementa a autora, “[...] os projetos de industrialização haviam sido insuficientes para garantir processos socialmente includentes, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades” (DIAS,

2011, p. 62), e procurou-se incluir no conceito alguns qualificativos que dessem conta de suas lacunas, a exemplo do aspecto social trazido ao conceito.

Mendes e Teixeira (2004) fazem uma releitura das principais ideias de Furtado (1974), no que diz respeito ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Os autores apontam a relevância da questão regional e o papel do mercado interno como fator dinâmico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país, segundo a ótica de Furtado. Nesse sentido, cabe a seguinte passagem dos autores:

Fica clara, portanto, a mensagem que perpassa toda a obra de Furtado que o crescimento econômico não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento, mas somente mediante a aplicação de reformas estruturais importantes, entre as quais, a superação das desigualdades sócio-econômicas, que em última instância estão refletidas em desigualdades regionais de renda, produto, educação, salário, saúde, etc. (MENDES e TEIXEIRA, 2004, p. 15).

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) fazem uso das palavras de Mendes e Teixeira quando se trata de desigualdades socioeconômicas e desenvolvimento:

Dessa forma Mendes e Teixeira (2004) defendem que a superação das desigualdades socioeconômicas regionais proporcionaria ao mercado interno o papel de dinamizador do desenvolvimento econômico sustentado do país, de forma que esse processo não seja comprometido por choques externos de cunho comercial, tecnológico ou financeiro (BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Souza (2009) concorda que não existe uma aceção comum e inflexível sobre o conceito de desenvolvimento econômico, já que é notório que existem duas correntes de pensamento distintas sobre o assunto. Sobre isto, citando Souza (2009), Barbosa, Wolf e Schlindwein dizem:

[...] uma que o considera como sinônimo de crescimento econômico e outra que considera crescimento econômico como condição indispensável, mas não suficiente para o desenvolvimento econômico, o referido autor assim conceitua o desenvolvimento econômico: “[...] existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais” (SOUZA, 2009, p.7 *apud* BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Ainda sobre o desenvolvimento, os autores discorrem baseado em inovações tecnológicas e no crédito para custeio deste processo:

O desenvolvimento baseado em inovações tecnológicas, no papel do empresário para fomentar a inovação e no crédito destinado ao custeio do processo inovador, é apresentada por Schumpeter (1982). Para o referido autor, a economia sem desenvolvimento é representada por um fluxo circular em equilíbrio, no qual as inovações tecnológicas e o processo de produção são rotineiros, em que o empresário não exerce nenhum papel, assim como o crédito, haja vista que as próprias receitas do fluxo circular financiam a produção. No fluxo circular “[...] as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, sendo determinadas pelo ritmo de expansão demográfica” (SOUZA, 2009, p. 126 *apud* BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Os autores continuam citando Schumpeter: (1982, p. 47), define desenvolvimento econômico como “[...] uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47 *apud* BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Assim, há desenvolvimento quando existe o rompimento do fluxo circular, ajuizado por novas combinações de meios produtivos, o que acaba gerando inovações. O empresário é o responsável por coordenar essas inovações e sua principal função é pô-las em prática e acumulando algumas outras funções como a econômica e administrativa. Desta maneira, o crédito para investimento de longo prazo torna-se imprescindível para a viabilização do desenvolvimento por meio do financiamento dos processos inovadores (BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Entender o impacto social de uma inovação tecnológica requer o entendimento do que é a própria inovação e para tal a abordagem schumpeteriana nos parece pertinente. Schumpeter (1964) afirma que o processo de inovação contribui fortemente na configuração do caráter dinâmico e evolutivo do capitalismo por meio do fenômeno da destruição criadora, ou seja, um fenômeno de mutação industrial, que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo-a e recriando-a (BIN, 2004).

Em contraste às visões sobre desenvolvimento até aqui apresentadas, os autores citam ainda a obra de Sen (2000): “[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, e complementam:

“O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”(SEN,2000, p.17 *apud* BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Neste sentido, a obtenção das liberdades, por si só, constitui-se em um dos objetivos do processo de desenvolvimento e se pode entender o subdesenvolvimento como a privação destas liberdades. A proposição do desenvolvimento como liberdade reflete uma análise mais ampla sobre o conceito de desenvolvimento que se opõe à habitual abordagem de considerar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico ou de considerar que desenvolvimento é uma consequência do crescimento.

Para Melo e Parré (2007), ao se analisar desenvolvimento devem ser consideradas tanto as transformações tecnológicas quanto as sociais, as distributivas e as econômicas. É um conceito complexo e multissetorial que abrange uma gama de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais.

Kageyama (2004) diz que “o desenvolvimento econômico, social, cultural e político é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem *decomposição* de alguns de seus aspectos e *aproximação* por algumas formas de medidas” (KAGEYAMA, 2004, p. 1, grifos da autora *apud* BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011).

Os autores continuam sobre Kageyama “a autora complementa que, devido à complexidade do conceito recorre-se a simplificações mentais para o seu estudo, a exemplo de estudar separadamente o ‘desenvolvimento econômico’ ou o ‘lado rural do desenvolvimento’” (Idem).

Assim, a considerar as teorias sobre desenvolvimento aqui apresentadas, pode-se entender que desenvolvimento é a melhoria das dimensões econômica, social, ambiental e institucional, sendo estas melhorias mensuradas por variáveis e/ou indicadores, podendo ser entendidas como melhoria nas condições de vida e de bem estar das pessoas.

2.3.1.Desenvolvimento: Visão Empírica e Associação com Rural

Lucena e Souza (2001) pesquisaram a influência do setor agrícola no processo de desenvolvimento brasileiro entre 1990 a 1998, focando o estudo na influência das políticas agrícolas do Estado e a influência dos produtos vinculados à agricultura nas modificações da estrutura produtiva da economia brasileira e seus respectivos impactos sobre o desenvolvimento brasileiro. Fizeram uso do modelo de Leontief para chegar à matriz dos coeficientes diretos e indiretos de insumo-produto, e com o auxílio do método de Rasmussen-

Jones, os autores calcularam índices de encadeamento vertical e horizontal da produção e do emprego, chegando à conclusão de que a atividade agrícola exerce intensas simplificações de encadeamento entre produção e emprego originados no seio dessa atividade, tanto por meio da compra como pela venda de insumos agrícolas.

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) apontam que os trabalhos de Mueller e Martha Júnior (2008) mostram a evolução da agropecuária em regiões do cerrado que classificaram de dinâmicas e buscaram mensurar a evolução do nível de desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, por meio da análise da evolução da média ponderada do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), para os municípios abrangidos por essas regiões, com a ponderação dada pela participação da população dos municípios na população total da região, para o período de 1991 e 2000. Os estudiosos mostram que Muller e Júnior (2008) concluíram que, apesar das melhoras do IDH ocorridas nos municípios que foram abrangidos pelo estudo, o incremento de bem-estar da população não foi tão expressivo como apontou a evolução do IDH e isto, segundo os autores, deve-se à manutenção da estrutura de posse de terra (grandes latifúndios) e ao pequeno crescimento de setores não-agrícolas. Segundo os autores isto comprometeu o desenvolvimento.

Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011) mostram sobre os estudos de outros pesquisadores:

Santos, Gualda e Campos (2011) analisaram duas abordagens de políticas regionais voltadas para o desenvolvimento do Nordeste: a primeira delas, baseada nas ideias de Celso Furtado de 1960 a 1980 e a segunda, relacionada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste (PNDE), elaborada durante o primeiro governo Lula. Os autores concluíram que, em geral, há convergência entre as duas estratégias de desenvolvimento apresentadas (BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011, p.25).

Isto ocorre pelo acúmulo de conhecimento das realidades socioeconômicas e políticas regionais, na diversidade territorial e dos agentes sociais, na regionalização nas estratégias de desenvolvimento, na distribuição de ativos sociais com vistas a atacar a raiz da pobreza e exclusão social e na inserção competitiva da economia regional do Nordeste nos cenários nacional e internacional, via condições logísticas, infraestruturais, de capacitação e inovação.

Sobre o índice de desenvolvimento rural, Barbosa, Wolf e Schlindwein, (2011) defendem:

Melo e Parré (2007) mensuraram o índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses identificando os fatores determinantes do desenvolvimento destes. Considerando o aspecto fundamental de que o rural não é apenas sinônimo de agrícola, os autores alertaram que houve um grande número de municípios paranaenses em situação de baixo nível de desenvolvimento rural, o que denota que, mesmo estando o processo de modernização da agricultura do Paraná bastante difundido, esse processo não foi expandido de forma homogênea em todo o espaço rural do estado (BARBOSA, WOLF e SCHLINDWEIN, 2011, p. 30).

Os autores continuam, agora apontando para estudos de Silva *et al* (2009) e Shikida (2009), os primeiros sobre municípios mineiros em regiões homogêneas e os segundos para o IDS (Índice de Desenvolvimento Social) do estado do Paraná, respectivamente:

Silva *et al.* (2009) agruparam 853 municípios mineiros em 5 regiões relativamente homogêneas, identificadas a partir das características sociais, econômicas, jurídicas e institucionais de desenvolvimento rural sustentável desses municípios. Foram selecionados 21 indicadores para o estudo, atendendo as seis diretrizes propostas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para se atingir o desenvolvimento rural sustentável. Fazendo uso dos métodos de componentes principais e análise de *cluster*, os autores obtiveram sete eixos fatoriais (que representaram 62,93% da variância dos dados), construíram o Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS) e classificaram os municípios em 5 categorias (*clusters*) quanto ao grau de desenvolvimento. Os resultados apontaram predominância dos municípios enquadrados no *cluster* 1, com exceção de algumas porções concentradas de municípios enquadradas no *cluster* 2, situação observada em parte das regiões mineiras denominadas Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e também no Sul de Minas. A minoria dos municípios foi classificada nos *clusters* 4 e 5.

Shikida (2009) fez uso do método dos componentes principais, ferramental da estatística multivariada semelhante à análise fatorial, para calcular o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para os 399 municípios do Estado do Paraná, a partir de 10 variáveis de dimensões de desenvolvimento humano, educação, saúde, renda, cultura e finanças públicas municipais, e analisar a força da correlação entre esse índice e a incidência de crimes violentos para cada município pesquisado. O trabalho concluiu que houve uma correlação negativa entre os crimes violentos e o IDS (os primeiros tendem a cair quando aumenta o IDS), embora a correlação encontrada tenha sido muito fraca (-0,06)(IDEM, p. 31).

Santos e Schlindwein (2011), ao analisarem o nível de desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul, fizeram uma comparação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul em relação à região Centro-Oeste. Na área econômica, constataram que o Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul é o menor dentre as outras unidades federativas situadas na região (Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso) para o ano de 2007 e também um das menores do Brasil.

Na Microrregião de Dourados, Barbosa, Wolf e Schlindwein (2011), pesquisaram se ocorreram incrementos no desenvolvimento socioeconômico nos municípios que compõem a

região no período que compreende os anos de 1991 e 2000. Os autores concluíram que não houve uma relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico para a Microrregião estudada e foi constatado um nível desigual de desenvolvimento entre os municípios da Microrregião. Concluíram ainda que, de forma geral, os municípios da Microrregião de Dourados seguiram a tendência do país de melhora dos indicadores socioeconômicos a partir da estabilidade econômica, porém, que havia ainda muitos desafios para melhorar esses indicadores em níveis que refletiriam altos padrões de qualidade de vida, como observado nos países mais desenvolvidos.

Na sequência apresentamos o quadro que sintetiza as abordagens conferidas aos autores que nos referenciamos para realizar nosso trabalho de pesquisa:

Quadro 1: Abordagens dos Autores

AUTORES	AGRICULTURAS
Mazoyer (2003)	As transformações da agricultura, levou a alcance de grandes produtividade, ao empobrecimento e exclusão de alguns agricultores;
Ploeg (2000)	Agricultura é um processo que o homem interfere no ecossistema para produzir alimentos e bens uteis; Apesar da forte pressão produzida pela revolução verde, os agricultores responderam de forma diferente;
Araújo (2005)	Agricultura não é só atividade primária, evoluiu a um grande sistema, o agronegócio;
Miguel (2006)	Agricultura Moderna chegou no Brasil a partir da década de 1960;
Dufumier (1990, 2007).	Os agricultores reagiram de formas diversas ao pacote tecnológico da revolução verde;
Jesus (1996)	Alguns agricultores fizeram surgir a agricultora alternativa (agroecologia);
Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1999)	Agricultura alternativa é a utilização ótima dos recursos naturais e a menor dependência de insumos externos;
Bonny (1993)	Agricultura exige qualidade e redução da poluição, aproveitar melhor o espaço e uso de técnicas mais “éticas”, com competitividade;
AUTORES	SISTEMAS DE PRODUÇÃO
Mazoyer & Roudart (2001)	É a combinação específica entre natureza e proporções de atividades produtivas;
Cochet & Devienne (2006)	Abrange a estrutura e a organização e funcionamento da unidade de produção;
Wunsch (1995)	É a combinação dos fatores de produção (Terra, capital e trabalho);
Dufumier (2007)	É o modo de combinação entre terra e os meios de trabalho para fins de produção vegetal ou animal;
Apollin & Eberhart (1999)	É o funcionamento da unidade de produção, suas parcelas, seus trabalhadores e sua produção se
Ploeg (1994)	É o fluxo organizado de atividades através do tempo;

AUTORES	ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA
Abramovay (1994)	Existe três correntes para justificar a implantação de assentamentos: 1) Implantar pela questão social, luta e cidadania; 2) Implantar se produzir igual as empresas rurais; 3) Implantar se for competitivo em relação ao custo de oportunidade do trabalho do assentado (mercado);
Santos (2001)	A reforma agrária resgata a cidadania e oportuniza ocupação aos trabalhadores excluído da produção urbana;
Furtado (2000)	São comunidades de agricultores construídas com luta pela terra e suas organizações formais, associações ou cooperativas funcionam como instrumentos de negociação com o poder;
Navarro (1997)	Assentados tem dois perfis: 1) Aquele que produz para a subsistência; 2) Aquele que adota o padrão técnico da agricultura moderna; Obs.: ambos com pouca viabilidade no médio prazo.
Delgado (2007)	Os assentamentos são uma construção inacabada, carente de projeto viável de transformação socioeconômica”
AUTORES	DESENVOLVIMENTO - Conceitos
Vasconcellos & Garcia (1998)	Desenvolvimento sempre deve resultar em crescimento econômico;
Souza (2009)	Desenvolvimento tem raízes teóricas e empíricas;
Dias (2011)	Desenvolvimento tem conceito dinâmico;
Furtado (1974)	Crescimento econômico não é condição suficiente para a superação do subdesenvolvimento;
Souza (2009)	Desenvolvimento tem duas correntes: 1) Sinônimo de crescimento; 2) Crescimento como condição indispensável, mas insuficiente;
Schumpeter (1982)	Desenvolvimento é uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente;
Sem (2000)	Desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades;
Melo & Parré (2007)	Desenvolvimento possui conceito complexo e multissetorial, com indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais;
Kageyama (2004)	Desenvolvimento é a melhoria das dimensões econômicas, sociais, ambiental e institucional, mensuradas a partir de indicadores;
AUTOR	DESENVOLVIMENTO : Associação com rural
Lucena & Souza (2001)	A atividade agrícola exerce intenso encadeamento entre produção e emprego, contribuindo assim para o desenvolvimento;
Mueller & Júnior (2008)	A evolução da agropecuária nas regiões de cerrado melhorou o IDH, mais não melhorou na mesma proporção o bem estar da população. Motivo foi a manutenção da posse da terra; (Grandes latifúndios)
Shikida (2009)	Estudos do Paraná mostrou que há uma relação negativa entre crimes violentos e Índice de Desenvolvimento Social;
Santos & Schindwein (2011)	Estudos da Região Centro Oeste brasileira, mostram que não há uma relação direta entre crescimento e desenvolvimento socioeconômico;

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta seção, buscamos construir nosso referencial teórico com autores que produziram e são referência em seus respectivos campos de conhecimento e que atendem ao que este trabalho se propôs a produzir em relação ao desenvolvimento da agricultura.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo buscou-se demonstrar como o trabalho foi executado para se atingir os objetivos propostos. Primeiramente, buscou-se caracterizar a pesquisa com relação aos objetivos e aos procedimentos, ao mesmo tempo em que se descreveram as populações componentes da pesquisa. Segundo, abordou-se o método de análise.

A pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva e de corte transversal, pois busca descrever as características de populações que se julgaram distintas em um dado momento de tempo. As populações a serem estudadas são residentes do Assentamento Itamarati I, subdivididas em dois grupos:

- Grupo 1: composto por Agricultores Familiares Assentados Titulares, que são aqueles selecionados pelo INCRA, utilizando-se de metodologia própria e ainda seguindo a legislação vigente. Estes beneficiários constam de relação publicada pelo INCRA por ocasião da implantação do Assentamento Itamarati I;

- Grupo 2: composto por Agricultores Possesores, caracterizados como sendo aqueles que sucederam ou sucedem os Agricultores Familiares Assentados Titulares que se evadiram do lote ou que até o momento atual o INCRA ainda não os reconhecem formalmente como assentados titulares.

A escolha do Assentamento Itamarati I se deu por ser o maior assentamento rural da América Latina e um dos maiores do mundo, por estar localizado no Município de Ponta Porã/MS, visto que o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de MS funciona no Campus de Ponta Porã, isto facilitou a execução da pesquisa empírica ao se considerar a pouca distância entre a sede do município e o assentamento objeto da realização desta pesquisa. Também se considerou que este trabalho de pesquisa poderá ser referenciado em ações concretas no processo de desenvolvimento do assentamento, desenvolvimento local e também regional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este é um estudo de levantamentos, uma vez que se pretende levantar, em campo, dados de um número significativo de representantes das populações a serem estudadas, por meio de escalas métricas e não-métricas, fazendo uso do método denominado Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades

Agropecuárias(APOIA SOCIAL), desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Para Lakatos e Marconi (1991), a seleção do instrumental metodológico está diretamente relacionada com o problema a ser estudado. A escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queiram confirmar, ao tipo de informações com que se vai entrar em contato.

Utilizou-se o método “Sistema de Avaliação de Impacto Social de Atividades Agropecuárias (APOIASOCIAL)” desenvolvido por pesquisadores da Embrapa, método este que possibilita a avaliação de impactos, seja de projetos de desenvolvimento, programas ou políticas públicas e até mesmo de atividades produtivas em estabelecimentos rurais, podendo ainda ser aplicado nas avaliações de impactos nas inovações tecnológicas, para subsidiar a instrução de projetos de desenvolvimento, e ainda na indicação, transferência e adoção tecnológica (RODRIGUES, 1998; RODRIGUES *et al.*, 2000; RODRIGUES *et al.*, 2002; 2003a; 2003b).

Este sistema de avaliação foi composto a partir de uma revisão de métodos de AIA¹⁶ descritos na literatura (NEHER, 1992; STOCKLE *et al.*, 1994; BOCKSTALLER *et al.*, 1997; McDONALD e SMITH, 1998; GIRARDIN *et al.*, 1999; BOSSHARD, 2000; RODRIGUES *et al.*, 2000; ROSSI e NOTA, 2000; RODRIGUES e CAMPANHOLA, 2003), discussões em grupos e consultas a especialistas, produtores rurais e gestores do agronegócio. Os indicadores são construídos utilizando-se variáveis quantitativas de desempenho da atividade agropecuária para o desenvolvimento local sustentável, em matrizes de ponderação (plataforma MSEXCEL®), nas quais os dados obtidos em campo, expressados em acordo com o conhecimento do agricultor ou do administrador do estabelecimento, são automaticamente transformados em índices de impactos e expressos graficamente. O índice de impacto de cada indicador é traduzido a um Valor de Utilidade (0 a 1), empregando-se funções e coeficientes especificamente derivados para cada indicador (BISSET, 1987).

¹⁶ (AIA) Avaliação de Impactos Ambiental: é uma ferramenta analítica de caráter quantitativo e qualitativo que tem como intuito prever os impactos causados pela ação antrópica, em diversos níveis, sejam eles socioeconômicos, culturais e geofísicos.

A composição das curvas de correspondência entre os indicadores e o desempenho social definido em Valores de Utilidade baseou-se em testes de sensibilidade e de probabilidade, caso a caso para cada indicador (GIRARDIN et al., 1999; RODRIGUES et al., 2002; RODRIGUES e CAMPANHOLA, 2003).

No teste de sensibilidade define-se o significado e a importância da alteração causada pela atividade agropecuária, segundo o objetivo da avaliação de impacto, que, no caso do Sistema APOIA SOCIAL, busca indicar as contribuições para o desempenho do estabelecimento avaliado, visando o desenvolvimento local sustentável. O significado da alteração produzida pela atividade permite julgar se uma alteração é aceitável ou não (ou seja, se é positiva ou negativa); e a importância determina a extensão na qual a alteração contribui (ou prejudica) o atendimento do objetivo estabelecido.

No teste de probabilidade estabelece-se a relação de valor entre o índice de impacto obtido para o indicador e o desempenho da atividade para atingir o objetivo definido, segundo correspondência entre a escala de ocorrência do índice de impacto e o padrão, ou linha de base de desempenho para o indicador, permitindo definir a função de transformação para expressão do indicador em Valores de Utilidade (GIRARDIN et al., 1999). A linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao ponto de probabilidade no qual não tenha ocorrido efeito negativo da atividade agropecuária em avaliação.

As curvas de correspondência entre os índices de impacto dos indicadores e os Valores de Utilidade (as funções de transformação) são expressas em equações multicoeficientes, derivadas caso a caso, com ajustes mínimos correspondentes a $R^2=0,95$ (HYAMS, 1995). As equações e coeficientes foram inseridos nas matrizes de ponderação e vinculados aos índices de impacto, traduzindo-os diretamente em Valores de Utilidade para expressão gráfica e cálculo do índice de impacto social da atividade agropecuária para cada indicador. Finaliza, com os Valores de Utilidade para todos os indicadores agregados e compõe o Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária.

QUADRO 2: Índice de Impacto Social da Atividade Agropecuária

A S P E C T O S			
Emprego/Trabalho	Economia	Saúde	Gestão / Administração
INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES
<p>1) Acesso a Educação - proporção de estudantes</p> <p>2) Nível Educacional</p> <p>3) Qualidade do trabalho</p> <p>4) Oportunidade de trabalho local, qualificação</p>	<p>5) Renda Líquida do estabelecimento</p> <p>6) Acesso a serviços Básicos</p> <p>7) Padrão de consumo</p> <p>8) Diversidades de fontes de renda</p> <p>9) Distribuição de Renda</p> <p>10) Nível de Endividamento</p> <p>11) Valor da Propriedade</p> <p>12) Qualidade da moradia</p>	<p>13) Incidência de vetores de doenças endêmicas</p> <p>14) Segurança e saúde ocupacional</p> <p>15) Dedicção a esporte e lazer</p>	<p>16) Dedicção e perfil do responsável</p> <p>17) Condição de comercialização</p> <p>18) Disposição de resíduos</p> <p>19) Gestão de insumos químicos</p> <p>20) Relacionamento institucional</p>

Elaborado por: Geraldo Stachetti Rodrigues & Clayton Campanhola

Obs.: Adaptado pelo autor.

Aspecto Emprego/Trabalho: Este aspecto baseia-se na análise de quatro indicadores: Acesso à educação[consistindo de dois indicadores, (1) Acesso a Educação/Proporção de estudantes e (2) Nível Educacional], (3) Qualidade do trabalho e (4) Oportunidade de trabalho local qualificado. Os indicadores da dedicação à educação abrangem três tipos de treinamentos passíveis de serem atendidos pelos residentes do estabelecimento, com fatores de ponderação crescentes de importância, quais sejam (i) treinamento local de curta duração (fator de ponderação = 2), (ii) especialização de curta duração (fator de ponderação = 5), e (iii) cursos oficiais regulares de ensino (fator de ponderação = 10). Os residentes no estabelecimento considerados neste indicador são o responsável/administrador, os parceiros/meeiros e os empregados permanentes, bem como os familiares pertencentes a essas três categorias.

Indicador (1): Acesso a Educação/Proporção de estudantes é calculado segundo a razão entre a soma dos residentes com acesso a uma das formas de educação no período anual da avaliação e o total de residentes no estabelecimento.

Indicador (2): Nível Educacional considera a razão entre o produto do fator de ponderação para importância do tipo de treinamento e a diferença entre a soma dos residentes com acesso depois da implementação da atividade e antes desta, pelo total de residentes.

Indicador (3): Qualidade do Trabalho: Refere-se ao responsável/administrador, trabalhadores permanentes, incluindo-se os parceiros/meeiros e os trabalhadores temporários. O emprego é qualificado segundo a proporção de cada uma das categorias de ocupação, com garantia de atendimento a condições básicas como idade mínima, jornada máxima de trabalho, formalidade e auxílios e benefícios previstos pelas leis trabalhistas brasileiras.

Indicador (4): Oportunidade de trabalho, qualificação: pondera crescentemente a qualificação exigida para o trabalho proporcionado pela atividade em avaliação, como braçal (fator de ponderação = 1), braçal especializado (fator de ponderação = 2), técnico médio (fator de ponderação = 3) e técnico de nível superior (fator de ponderação = 4). Ademais, a matriz pondera crescentemente a origem do trabalhador ocupado segundo a qualificação, desde o trabalhador proveniente da região (fator de ponderação = 1), do local ou município (fator de ponderação = 5) ou da própria propriedade (fator de ponderação = 10). A ponderação realiza-se sobre a porcentagem do pessoal ocupado na atividade, e os fatores de ponderação valorizam sobremaneira a origem local do trabalhador, em virtude da opção pelo objetivo proposto para a avaliação do APOIA SOCIAL, de contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Aspecto Economia: O aspecto Economia consiste na avaliação de oito indicadores, quais sejam: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de Consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

Indicador (5): Renda líquida do estabelecimento, é condicionado pela tendência em ocorrer aumento, manter-se inalterada ou ocorrer redução na renda, como resultado da implementação da atividade avaliada. Os atributos da renda considerados nesse indicador são a segurança, estabilidade e o montante, avaliados segundo efeito causado pela atividade estudada. O atributo segurança refere-se à garantia de obtenção da renda esperada, relativamente à situação anterior à implementação da atividade; a estabilidade refere-se à distribuição temporal ou sazonal da renda; e o montante ao total da renda auferida no

estabelecimento, sob a influência da atividade. Devido à resistência de muitos produtores/administradores em declarar os quantitativos absolutos da renda do estabelecimento, a matriz de ponderação simplesmente aborda a tendência dos atributos da renda descritos, inserindo-se o algarismo 1 (um) para o atributo correspondente ao efeito da atividade.

Indicador (6): Acesso a serviços básicos, consiste na ocorrência ou não ocorrenciados atributos considerados nesse indicador (antes e depois):água potável, luz, esgotamento sanitário, telefone, coleta de lixo, transporte público, posto de saúde e escola rural.

Indicador (7): Padrão de consumo, consiste na ocorrência ou não ocorrência dos atributos considerados nesse indicador (antes e depois), que são: fogão à gás, geladeira, aparelho de televisor, aparelho de rádio, freezer, antena parabólica, computador, automóvel, máquina de lavar roupas e forno de micro-ondas.

Indicador (8): Diversidade de fontes de renda,avalia as proporções de procedência da renda familiar do responsável/administrador e dos empregados posterior à implementação da atividade. Documenta-se a diversificação das origens da renda, desde aquelas ligadas às atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento, ao trabalho assalariado fora do estabelecimento e outras fontes, como pensões e ajudas financeiras. As diferentes origens da renda recebem ponderação variável, privilegiando-se aquelas fontes de renda favorecidas pela atividade no âmbito do estabelecimento.

Indicador (9): Distribuição da renda,aborda a razão entre o montante da renda líquida e o total dos salários pagos no estabelecimento, averiguada antes e depois da implementação da atividade. A matriz de ponderação avalia a tendência do efeito da atividade sobre a distribuição da renda, demandando a inserção do algarismo 1 (um) nas células correspondentes às situações da relação entre renda e total de salários pagos, antes e após a sua implementação. Essa relação varia de menor ou igual a 1, até 6 a 10 vezes o total da renda em relação aos salários pagos, ponderando-se mais fortemente a tendência a uma distribuição mais equitativa sob a influência da atividade (fator de ponderação = 10 para total equivalência entre renda e salários) do que o nível de distribuição.

Indicador (10): Nível de endividamento, aborda o valor da dívida em relação à renda líquida do estabelecimento, sob efeito da atividade, em uma construção da matriz de ponderação semelhante àquela empregada para o indicador de Distribuição de renda. Similarmente, os fatores de ponderação são definidos de forma a favorecer a tendência à

redução da dívida relativa à renda, em função da atividade, sobre o nível de endividamento relativo às situações anterior e posterior a sua implementação.

Indicador (11): Valor da propriedade, aponta se houve aumento ou redução do valor da terra, sob efeito da atividade, segundo causas locais ou causas externas ao estabelecimento. As causas locais são representadas por benfeitorias, qualidade e conservação dos recursos naturais e infraestrutura pública no estabelecimento, favorecidas com fatores de ponderação maiores; enquanto as causas externas, que apresentam fatores de ponderação menores, dependem dos agentes de mercado e políticas públicas independentes do efeito direto da adoção tecnológica, como variações nos preços de produtos e serviços, política tributária ou especulação imobiliária à qual o estabelecimento possa ter estado sujeito.

Indicador (12): Qualidade da moradia, indica a partir da quantidade de pessoas por aposento, considerando ainda os atributos do tipo de residência, sendo: residência do tipo I, deverá ser em alvenaria rebocada e com forro; residência do tipo II, deverá ser em alvenaria sem reboco ou forro; residência do tipo III, deverá ser em madeira e residência do tipo IV, em taipa.

Aspecto Saúde: é estudado a partir da avaliação de três indicadores para a sua análise: incidência de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e dedicação ao esporte e lazer.

Indicador (13): Incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, avalia o número de áreas que se configuram como criadouros de potenciais transmissores de doenças, avaliando a atividade como responsável pela criação, manutenção ou eliminação desses focos.

Indicador (14): Segurança e saúde ocupacional, retrata o número de trabalhadores expostos a fatores de periculosidade e de insalubridade em virtude da atividade, relativo ao total de trabalhadores ocupados. Os atributos de periculosidade e insalubridade são aqueles definidos na legislação trabalhista brasileira, e não há ponderação diferencial para esses atributos ou para as diferentes categorias de trabalhadores ocupados, considerando-se toda exposição como um efeito potencialmente negativo.

Indicador (15): Dedicção ao esporte e lazer, aborda as horas dedicadas ao esporte e ao lazer pelos residentes no estabelecimento estudado, comparativamente entre a situação anterior e posterior à implementação da atividade. O índice de dedicação ao esporte e lazer é calculado pela simples variação percentual no tempo dedicado a essas atividades.

Aspecto Gestão e Administração: É formado por cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional.

Indicador (16): Dedicção e perfil do responsável, é constituído por variáveis que contemplam fatores e mecanismos que facilitam e aprimoram o gerenciamento, por medidas relativas ao responsável pelo estabelecimento, tais como residência no local, dedicação exclusiva e capacitação dirigida à atividade avaliada, engajamento familiar nos negócios do estabelecimento, uso de sistema contábil e aplicação de modelo formal de planejamento. Todos esses atributos são considerados positivos em relação à capacidade gerencial do responsável pelo estabelecimento e são computados pela inclusão do algarismo 1 (um) nas células correspondentes, sem ponderação de importância diferencial.

Indicador (17): Condição de comercialização, inclui os atributos descritores da inclusão no mercado, como: venda direta, antecipada ou cooperada, processamento local, armazenamento local, transporte próprio, propaganda, marca própria, encadeamento com outros produtos e venda de produtos de outros produtores.

Indicador (18): Disposição de resíduos, avalia a existência de medidas de reciclagem dos resíduos produzidos no estabelecimento, em associação com a implementação da atividade. Tanto os resíduos da produção quanto os resíduos domésticos são considerados na composição do indicador e que não há ponderação diferencial de importância para os destinos dados aos resíduos, todos esses incluídos como aditivamente positivos.

Indicador (19): Gestão de insumos químicos, trata da ocorrência de atributos característicos da gestão de insumos químicos utilizados no estabelecimento rural. Este indicador aborda atributos da coleta seletiva, compostagem, disposição sanitária, reaproveitamento e destinação e tratamento final. Todos esses atributos são considerados favoráveis à gestão e administração do estabelecimento, sendo aditivamente computados sem ponderação diferencial de importância.

Indicador (20): Relacionamento institucional, trata da ocorrência de atributos característicos da capacidade institucional do estabelecimento rural com a atividade avaliada, do preparo profissionalizante do responsável e dos empregados. O indicador aborda atributos de acesso à assistência técnica, associativismo e filiação tecnológica, assessoria legal e vistoria. Todos esses atributos são considerados favoráveis à gestão e administração do estabelecimento, sendo aditivamente computados sem ponderação diferencial de importância.

Assim o Sistema APOIA SOCIAL consiste em um método integrado suficiente para aplicação em campo, na avaliação do impacto de uma atividade agropecuária, bem como de uma unidade produtiva como um todo. O método aborda a dimensão social (RODRIGUES et al., 2002, 2003a, 2003b), proporcionando medidas da contribuição da implementação de atividades agropecuárias para o desenvolvimento local sustentável. Permite a apresentação gráfica dos resultados de desempenho para cada indicador individual, oferece um diagnóstico para o agricultor ou administrador, apontando a situação de conformidade com padrões sociais em cada aspecto do impacto da atividade para as condições do estabelecimento. Os gráficos agregados dos resultados para as diferentes dimensões sociais proporcionam aos tomadores de decisão uma visão das contribuições, positivas ou negativas, da atividade para o desenvolvimento local sustentável, facilitando a definição de medidas de promoção ou controle da atividade no âmbito da comunidade. Finalmente, proporcionam uma unidade de medida objetiva de impacto, auxiliando na qualificação, seleção e transferência de tecnologias agropecuárias e formas adequadas de manejo.

Ávila e Wadt (2015), através da metodologia APOIA SOCIAL realizaram estudos cujo objetivo foi quantificar os impactos ambientais das atividades rurais em projetos de assentamento, em duas regiões do Estado do Acre. O primeiro ambiente, nos municípios de Feijó/Tarauacá, situado em uma região onde a economia está baseada na extração dos recursos florestais. O segundo trecho, localizado no município de Acrelândia, com uma economia assentada na exploração de baixo e médio impacto tecnológico.

Também Sabagg (2008), realizou estudo de caso junto a propriedades da Associação dos Produtores de Abacaxi do Município de Guaraçai (APAMG) e visou monitorar e avaliar os impactos ambientais das unidades produtivas, na fase pós-certificação EurepGap, ferramenta mercadológica aplicada em parceria com a certificadora OIA Brasil e o Sebrae/SP, através do programa Sistema Agroindustrial Integrado (SAI).

Trabalho de Filho, Frigheto, Rodrigues, Campanhola, Hermes, Rodrigues e Brombal (2007), avaliou o desempenho ambiental da atividade de agroturismo em Venda Nova do Imigrante, situado na região serrana do Espírito Santo, utilizando o sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-NovoRural).

3.1. APOIA SOCIAL NA PRÁTICA

A pesquisa foi realizada a partir de dados primários levantados em campo durante o mês de fevereiro de 2017, utilizando-se de entrevistas, tendo como instrumento a aplicação de questionários fechados.

Segundo Marconi e Lakatos(1999, p. 94), entrevista é: “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. A entrevista foi estruturada, pois o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido.

Nestas entrevistas foram aplicados questionários, que de acordo com Marconi e Lakatos(1999, p.100) é “[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”.

Assim, o questionário constante do APÊNDICE 1, foi aplicado para quatro pessoas/liderança da comunidade, ligadas aos movimentos de luta pela terra. O questionário do grupo de assentados ligado à CUT foi respondido pela Extensionista social Mariza Madalena Dahmer. Já o do MST, foi respondido pelo assentado titular Cleiton Alexandre; na Amffi o questionário foi respondido pelo assentado titular Jorge Dolores Pereira e na Fetagri o questionário foi respondido pelo assentado titular Marcos Silas Miotto.

A tabela abaixo apresenta a sistematização dos dados constantes nos questionários (APÊNDICE 1) que sistematizados encontrou-se os seguintes resultados:

Tabela 1: Composição dos Grupos

Movimentos Sociais	G1: Assentado Titular	Part%	G2: Agricultor Posseiro	Part %	Total	Part %
CUT	168	60,00	112	40,00	280	100
MST	188	58,75	132	41,25	320	100
FETAGRI	233	58,99	162	41,01	395	100
AMFFI	94	62,67	56	37,33	150	100
TOTAL	683	59,65	462	40,35	1145	100

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados levantados pela pesquisa.

A tabela 1 mostra a evasão consolidada até o período da pesquisa, sabendo que a evasão consiste na saída do assentado titular da unidade produtiva/lote. Esta evasão no caso do Assentamento Itamarati 1 apresentou média de 40,35% (quarenta por cento e trinta e cinco décimos) significando que 462 (quatrocentas e sessenta e duas) famílias deixaram o assentamento Itamarati 1, e destas famílias originou-se então o grupo denominado de Agricultores Posseiros. No entanto, 683 (seiscentas e oitenta e três) famílias permaneceram desde o início e constituem o Grupo de Assentados Titulares.

No movimento social CUT, do total de 280 (duzentas e oitenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, 168 (cento e sessenta e oito), que representam 60% (sessenta por cento) do grupo inicial ainda permanecem no lote, na condição de assentado titular; enquanto 112 (cento e doze), que representam 40% (quarenta por cento) evadiram-se, dando origem ao grupo de agricultores posseiros.

Já o movimento social MST foi o que apresentou a menor taxa de permanência dos Agricultores Assentados inicialmente, com 58,75% (cinquenta e oito por cento e setenta e cinco décimos), o que representa 188 (cento e oitenta e oito) famílias assentadas titulares que permaneceram no lote, enquanto 132 (cento e trinta e duas), que representam 41,25% (quarenta e um por cento e vinte e cinco décimos) evadiram-se, dando origem ao grupo de agricultores posseiros.

O movimento social FETAGRI, que inicialmente tinha 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias assentadas titulares pelo INCRA, permanece com um total de 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de famílias nos lotes, o que representa 233 (duzentas e trinta e três) famílias, enquanto 162 (cento e sessenta e duas) famílias evadiram-se dos mesmos, o que representa 41,01% (quarenta e um por cento e um décimo), dando assim, origem ao grupo de agricultores posseiros.

No movimento social AMFFI encontramos o menor índice de evasão, pois 37% (trinta e sete por cento) que totaliza 56 (cinquenta e seis) famílias evadiram-se e deram origem ao grupo de agricultores posseiros, enquanto o grupo que representa os assentados titulares, e que portanto permaneceram no lote/unidade produtiva são 62,67% (sessenta e dois por cento e sessenta e sete décimos), que representam 94 (noventa e quatro) famílias.

A questão da evasão das famílias assentadas não constitui neste trabalho tema central a ser estudado, entretanto poderá constituir novo tema e fazer parte de futuros estudos em trabalhos de pesquisa, onde pode ser pesquisado quais causas provocaram esta evasão das famílias e quais as novas perspectivas para elas.

Dando sequência ao trabalho, calculou-se o tamanho da amostra a ser utilizada para pesquisar os agricultores através do questionário constante do anexo 1. Para tanto, utilizou-se a calculadora on-line disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>> (Acesso em: 19/11/2016). Onde se tem:

- **Erro amostral:** é a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor. Neste caso define-se que o erro amostral será de 10% (dez por cento).

- **Nível de confiança:** é a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor que o erro amostral admitido pela pesquisa. Como se definiu que o erro amostral é de 10% (dez por cento), o nível de confiança indica a probabilidade de que o erro cometido pela pesquisa não exceda a 10% (dez por cento). Estipulou-se que o nível de confiança é de 90% (noventa por cento).
- **População:** é o número de elementos existentes no universo da pesquisa. Neste caso, tem-se que a população é o total de assentados do Assentamento Itamarati 1, que segundo o INCRA, é de 1.145 famílias.
- **Fórmula de cálculo:** A calculadora on-line utiliza a seguinte fórmula para cálculo do tamanho da amostra:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada (quantidade de questionários);

N - população - assentados total 1145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias e/ou lotes;

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança;

p - verdadeira probabilidade do evento - 90% (noventa por cento);

e - erro amostral - 10% (dez por cento).

Para este caso o valor de “**n** - amostra calculada” é de 64 (sessenta e quatro) questionários que foram aplicados no assentamento como um todo, abrangendo todos os Movimentos Sociais (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e os dois grupos caracterizados como Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Possesores.

Para definição do tamanho das amostras, ou seja, quantidade de questionários que foram aplicados em cada Movimento Social utilizou-se como parâmetro a participação percentual proporcional atribuída a cada Movimento Social dentro do total de famílias, que segundo dados oficiais do INCRA foram de mil cento e quarenta e cinco famílias assentadas no Assentamento Itamarati I. Desta forma, segue abaixo o cálculo:

Tabela 2: Tamanho da amostra em cada movimento

MOVIMENTOS	Total de Famílias	Part. % em relação ao total(*)	Amostra total (questionários)
CUT	280	24,50%	16
MST	320	28%	18
FETAGRI	395	34,50%	22
AMFFI	150	13%	08
TOTAL	1145 (*)	100 %	64

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 2 está quantificado o tamanho da amostra (famílias a serem pesquisadas) em cada movimento social.

No movimento social CUT, com 280 (duzentas e oitenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, que representam 24,50% (vinte e quatro por cento e cinquenta décimos) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Assim, das 64 famílias que perfazem o total da amostragem, 16 (dezesesseis) foram pesquisadas, representando os 24,50% do percentual da pesquisa.

Já no movimento social MST, 320 (trezentas e vinte) famílias foram assentadas inicialmente pelo INCRA, o que representa 28% (vinte e oito por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Sabendo-se que a amostragem total é de 64 famílias, logo 28% destas totalizam 18 (dezoito) famílias pesquisadas.

O Movimento Social FETAGRI teve 395 (trezentas e noventa e cinco) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, o que representa 34,50% (trinta e quatro e meio por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Sabendo-se que a amostragem total é de 64 famílias, logo 34,50% destas têm-se 22 (vinte e duas) famílias pesquisadas.

O Movimento Social AMFFI teve 150 (cento e cinquenta) famílias assentadas inicialmente pelo INCRA, que representam 13% (treze por cento) das 1.145 (mil cento e quarenta e cinco) famílias assentadas. Como o total da amostragem é de 64 famílias, logo 13% destas são 08 (oito) famílias pesquisadas.

Na sequência do trabalho de pesquisa, calculou-se o tamanho das amostras a serem aplicadas em cada Movimento Social considerando-se: Grupo 1-Agricultores Posseiros e Grupo 2 - Assentados Titulares. Para tanto, utilizou-se a participação percentual de cada grupo dentro do seu respectivo movimento social, tendo como fonte as informações levantadas no questionário (APÊNDICE 1), que após sistematizados ficaram conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Tamanho da amostra em cada Grupo

MOVIMENTOS	Amostra Total	G1: Agricultores Possseiros		G2: Assentados Titulares	
		Part %	Amostra	Part %	Amostra
CUT	16	40 %	06	60,00	10
MST	18	41,25	07	58,75	11
FETAGRI	22	41,01	09	58,99	13
AMFFI	08	37,33	03	62,67	05
TOTAL	64	40,35	25	59,65	39

Fonte: Elaborado pelo autor

Na tabela 3 está quantificado o tamanho da amostra para o Grupo Agricultores Possseiros e Assentados Titulares dentro de seus respectivos movimentos.

No movimento social CUT, que possui 40% (quarenta por cento) de agricultores posseiros e 60% (sessenta por cento) de assentados titulares e conforme tabela 2, foi aplicado um total de 16 (dezesseis) questionários, sendo seis questionários no grupo de agricultores posseiros e dez questionários nos grupos de assentados titulares.

No movimento social MST, que possui 41,25% (quarenta e um por cento e vinte e cinco décimos) de agricultores posseiros e 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de assentados titulares e conforme tabela 2, foram aplicados 18 (dezoito) questionários, sendo nove questionários no grupo de agricultores posseiros e treze questionários no grupo de assentados titulares.

No movimento social FETAGRI, que possui 41,01% (quarenta e um por cento e um décimo) de agricultores posseiros e 58,99% (cinquenta e oito por cento e noventa e nove décimos) de assentados titulares e ainda, conforme tabela 2, foram aplicados 22 (vinte e dois) questionários, sendo nove questionários aplicados no grupo de agricultores posseiros e treze questionários no grupo de assentados titulares.

No movimento social AMFFI que possui 37,33% (trinta e sete por cento e trinta e três décimos) de agricultores posseiros e 62,67% (sessenta e dois por cento e sessenta e sete décimos) de assentados titulares e ainda, conforme tabela 2, foram aplicados um total de oito questionários, sendo três questionários aplicados no grupo de agricultores posseiros e cinco questionários no grupo de assentados titulares.

Na sequência, por meio de entrevista estruturada aplicou-se o questionário fechado (ANEXO 1), na proporções demonstradas na Tabela 3, com vinte e cinco questionários no Grupo 1 (Agricultores Possseiros) e trinta e nove questionários no Grupo 2 (assentados titulares), totalizando, desta forma, 64 (sessenta e quatro) questionários aplicados.

Com isto, atendeu-se ao quantitativo determinado para o tamanho da amostra preconizado pela metodologia garantindo, assim, que se tenha verdadeira probabilidade do evento em 90% (noventa por cento) e erro amostral de 10% (dez por cento).

O trabalho de campo foi realizado seguindo a proposta metodológica que preconiza serem os dados obtidos em campo; as respostas fidedignas, proferidas pelos agricultores e/ou administradores em virtude de seus conhecimentos e saberes.

Finalizado o trabalho de campo, procedeu-se o lançamento dos dados constantes dos questionários na plataforma MSEXcel®, que foram processados e automaticamente transformados em índices de impactos, também expressos graficamente, conforme descrito no próximo capítulo deste trabalho de pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como objetivo demonstrar os principais resultados aferidos com a aplicação da metodologia e também analisar os índices e os impactos resultantes da agricultura praticada pelo grupo de agricultores assentados e pelo grupo de agricultores posseiros que integram os quatro movimentos sociais presentes no Assentamento Itamarati 1.

4.1. Resultados no Movimento CUT

Nesta seção serão retratados os resultados dos grupos ligados ao Movimento Social CUT, do qual foram pesquisadas 06 (seis) famílias de agricultores posseiros e 10 (dez) famílias de agricultores assentados titulares. Depois de aplicado o questionário, realizou-se o processamento na plataforma MS Excel® de onde se obteve os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

Tabela 4: Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento CUT

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	CUT - 04	0,89	0,81	0,04	0,26	0,70
2	CUT - 08	0,65	0,76	0,36	0,60	0,80
3	CUT - 11	0,65	0,78	0,28	0,57	0,79
4	CUT - 12	0,65	0,78	0,67	0,64	0,88
5	CUT - 163	0,72	0,76	0,21	0,61	0,79
6	CUT - 164	0,65	0,78	0,21	0,64	0,79
	MÉDIA	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 4 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Posseiros pertencentes ao Movimento Social CUT, no qual se considerou as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia preconiza que a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao ponto de probabilidade no qual a partir dele não tenha ocorrido efeito negativo na unidade avaliada.

No aspecto Trabalho têm-se como base de análise quatro indicadores: acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas, duas se destacaram: CUT

04, com índice médio igual a 0,89 e CUT 163, com índice médio de 0,72, ambas ficando com desempenho satisfatório, pois estão acima da linha base que é de 0,70. As demais unidades estudadas ficaram com índice médio de 0,65, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Destaca-se que o índice médio é de 0,70, valor que se situa na linha de base e, portanto, colocando o grupo estudado com resultado positivo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local.

No aspecto Economia, que consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base, com destaque para a unidade CUT 04, que apresentou média de 0,81. O resultado alcançado pelo grupo neste aspecto corresponde a um efeito positivo de estabilidade no desempenho da atividade em relação aos indicadores.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram com média abaixo da linha base. Causada especialmente pela presença de focos de vetores de doenças endêmicas em especial para aedes, carrapatos e roedores; também por situações que se referem à segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e também pelo pouco acesso à prática de esportes e ao lazer. Apenas a unidade CUT 12, com índice de 0,67 se aproximou da linha base.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional. Neste aspecto, todas as unidades estudadas estão abaixo da linha base. Com destaque negativo para a unidade CUT 04, que apresentou média de 0,26, causado principalmente por gargalhos no indicador condição de comercialização, na ausência de processo de reciclagem de resíduos e na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e também pelas condições de dedicação e perfil do responsável pela unidade. As demais unidades, apesar de ficarem abaixo da linha base, estão próximas desta.

Os resultados da avaliação do impacto com o Sistema APOIA SOCIAL são obtidos depois de calculados tendo como expressão a média dos valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores considerados. Para o caso do grupo CUT agricultores posseiros, o índice médio obtido de 0,79 resulta em impacto positivo e aponta para a melhoria de desempenho dos

estabelecimentos e contribuindo para o desenvolvimento local. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho aferido nos aspectos Trabalho e Economia, cada um com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos Saúde e Gestão/Administração ficaram com índices aquém da linha base e, portanto, não tendo contribuído para composição positiva do índice APOIA SOCIAL. Este bom desempenho tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

Tabela 5: Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento CUT

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	CUT - 02	0,74	0,81	0,21	0,6	0,82
2	CUT - 06	0,65	0,83	0,36	0,72	0,87
3	CUT - 07	0,65	0,79	0,31	0,7	0,84
4	CUT - 09	0,65	0,82	0,31	0,60	0,82
5	CUT - 10	0,65	0,87	0,21	0,61	0,83
6	CUT - 13	0,65	0,83	0,31	0,64	0,84
7	CUT - 17	0,65	0,84	0,36	0,69	0,86
8	CUT - 18	0,65	0,84	0,40	0,65	0,86
9	CUT - 19	0,65	0,86	0,36	0,65	0,86
10	CUT - 267	0,65	0,82	0,79	0,65	0,92
	MÉDIA	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 5 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social CUT. Apresenta as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que se apresentar na linha base ou acima desta.

No aspecto Trabalho, têm-se como base de análise quatro indicadores: acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas a unidade CUT 02, com índice de 0,74, ficou acima da linha base. Todas demais unidades estudadas, bem como a média entre elas alcançaram índice de 0,65, situando-se ligeiramente abaixo da linha base.

No aspecto Economia, que consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de Consumo, diversidades de fontes de

renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base, inclusive a média geral entre ambas alcançou índice de 0,83. Resultado que corresponde a um efeito positivo de desempenho de estabilidade, contribuindo assim para o desenvolvimento local.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e cesso a esporte e lazer. Neste aspecto, com exceção da amostra CUT 19, que apresentou índice de 0,79, portanto acima da linha base, todas as demais unidades ficaram abaixo, tendo alcançado apenas a média de 0,38. As causas foram a existência de focos de vetores de doenças endêmicas com destaque para o para aedes, carrapatos e roedores, por situações que se referem a segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo pouco ou nenhum acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional. Neste aspecto, tem-se um quadro em que apenas a unidade CUT 06, com índice de 0,72 e CUT 07, com índice de 0,70 ficaram acima da linha base. Todas as demais unidades estudadas apresentaram índice abaixo da linha esperada. Este desempenho abaixo da linha base é motivado, sobretudo, por problemas nas condições de comercialização, na ausência de processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e também pelas condições de dedicação e perfil do responsável pela unidade. Destaca-se que a média geral entre todas as unidades estudadas alcança 0,65, índice que está abaixo da linha base, entretanto bem próximo desta.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL são obtidos depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do grupo CUT – Assentados Titulares obteve-se um impacto considerado positivo, pois todas as unidades estudadas ficaram com índice acima da linha base e se obteve média geral de 0,85. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho aferido nos aspectos Trabalho e Economia, com seus respectivos indicadores, uma vez que o aspecto Saúde e o aspecto Gestão/Administração ficaram com índices abaixo da linha base e, portanto, não tendo contribuído para composição positiva do índice APOIA SOCIAL. Este bom desempenho tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o

desenvolvimento local.

Tabela 6: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT

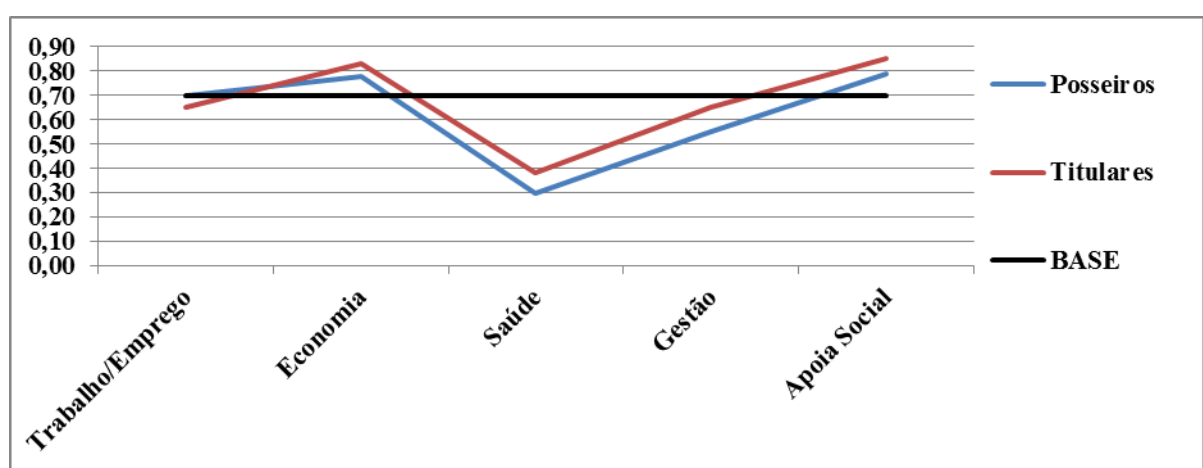
ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
2	TITULARES	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
	MÉDIA	0,68	0,81	0,34	0,60	0,82

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 6 mostra os resultados da agricultura praticada pelos dois grupos, Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros pertencentes ao Movimento Social CUT.

Realizou-se a sistematização dos índices considerando as médias alcançadas por cada aspecto em cada unidade estudada, também se calculou o índice APOIA SOCIAL. A metodologia preconiza que a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que alcançar esta linha base ou ficar acima dela, conforme demonstra o gráfico 1:

Gráfico1: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento CUT



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 1 retrata as médias obtidas por todos os grupos de agricultores pesquisados ligado à CUT.

No aspecto Trabalho são avaliados os indicadores: acesso a educação/proporção de

estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Neste aspecto, o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,70, portanto situado na linha base, enquanto o grupo de agricultores assentados titulares obteve o índice de 0,65, valor que fica abaixo da linha base. A média dos dois grupos está em 0,68, índice que está ligeiramente abaixo da linha base. O resultado deste aspecto é sustentado pelo desempenho demonstrado nos itens acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia engloba a avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Neste aspecto, todas as unidades pesquisadas ficaram acima da linha base. O grupo de agricultores posseiros apresenta índice de 0,78 e o grupo de agricultores assentados titulares índice de 0,83, bem como a média entre os dois grupos, que resulta num índice de 0,81 e que está acima da linha base. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde, são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso ao esporte e ao lazer. Neste aspecto, ambos os grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base com índices de 0,30 e 0,38, respectivamente aos agricultores posseiros e agricultores assentados titulares. Este resultado inferior da linha de base é alimentado pela presença de focos de vetores de doenças, com destaque para o Aedes, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática de esporte e lazer.

No aspecto gestão e administração, são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relacionamento institucional. Neste aspecto, têm-se um quadro com índices de 0,55 para o grupo de agricultores posseiros e de 0,65 para o grupo de agricultores assentados titulares, ficando assim ambos os grupos abaixo da linha base. Este desempenho situado ligeiramente abaixo da linha base é apoiado por problemas na condição de comercialização, falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e também pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIASOCIAL são obtidos depois de

calculado os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do Movimento Social CUT, obteve-se índices de 0,79 e 0,85 para o grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares respectivamente, ficando ambos os grupos acima da linha base. Este resultado é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e pelo aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Este resultado positivo tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

4.2. Resultados no Movimento MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)

Nesta seção serão mostrados os resultados dos grupos ligados ao Movimento Social MST, no qual foram pesquisadas 07 (sete) famílias de agricultores posseiros e 11 (onze) famílias de agricultores assentados titulares. Depois de aplicado o questionário, realizou-se o processamento na plataforma MS Excel® onde se obtiveram os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

TABELA 7: Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	MST - 09	0,70	0,73	0,65	0,27	0,74
2	MST - 10	0,65	0,76	0,36	0,34	0,72
3	MST - 80	0,65	0,72	0,43	0,25	0,68
4	MST - 94	0,65	0,77	0,31	0,34	0,71
5	MST - 98	0,70	0,74	0,12	0,39	0,69
6	MST - 99	0,70	0,74	0,12	0,39	0,69
7	MST - 105	0,70	0,78	0,60	0,46	0,89
	MÉDIA	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 7 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Posseiros do Movimento Social MST no qual se apresentam as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo

valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada que se apresentar na linha base ou acima desta.

No Aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas, quatro (MST 09, MST 98, MST 99 e MST 105) obtiveram índice 0,70, valor que alcança igualdade com a linha de base. As demais unidades pesquisadas ficaram com índice de 0,65, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Estes valores garantiram ao grupo um desempenho com índice médio de 0,68, que embora esteja abaixo da linha base, situa-se bem próxima desta. Este resultado tem sustentação no bom desempenho do indicador acesso a educação/proporção de estudantes e pelo indicador qualidade do trabalho.

No aspecto Economia, todas as unidades pesquisadas ficaram com índice acima da linha base, sendo que a unidade MST 80 obteve índice de 0,72, o menor dentro do grupo agricultores posseiros; enquanto a unidade MST 105 obteve índice de 0,78, o maior dentro do grupo. Já a média geral do grupo, no aspecto Economia, ficou com índice de 0,75. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho dos indicadores – renda líquida do estabelecimento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

No aspecto Saúde, todas as unidades estudadas ficaram com índices abaixo da linha base, tendo alcançado média de 0,37. Este resultado tem sustentação na avaliação negativa do indicador incidência de focos de vetores de doenças endêmicas (Aedes, carrapatos e roedores), do indicador segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo indicador (ausência ou pouca) prática de esporte e lazer.

No aspecto gestão e administração, todas as unidades estudadas estão com índices abaixo da linha base. O destaque negativo é para a unidade MST 80, que apresentou índice de 0,25. Já a média obtida pelo grupo é 0,35, valor que está bem abaixo da linha base. Este desempenho situado bem abaixo da linha base é amparado por problemas na condição de comercialização, pela falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pouca relação institucional e ainda pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtida depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Estas unidades apresentaram impactos considerados positivos, pois todas ficaram com índice acima da linha

base com uma média de 0,73. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e o aspecto gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo na condição de desempenho satisfatório, o que contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

Tabela 8: Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	MST - 08	0,65	0,77	0,43	0,56	0,81
2	MST - 23	0,65	0,75	0,50	0,39	0,75
3	MST - 25	0,65	0,81	0,38	0,46	0,78
4	MST - 32	0,70	0,73	0,43	0,18	0,68
5	MST - 88	0,71	0,77	0,53	0,37	0,78
6	MST - 93	0,65	0,74	0,24	0,46	0,72
7	MST - 96	0,65	0,77	0,22	0,38	0,63
8	MST - 104	0,65	0,83	0,32	0,50	0,79
9	MST - 106	0,65	0,74	0,43	0,38	0,74
10	MST - 108	0,65	0,65	0,10	0,31	0,60
11	MST - 233	0,73	0,85	0,82	0,74	0,99
	MÉDIA	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 8 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social MST, onde se considerou as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL. Continuou-se com a metodologia já aplicada nos questionamentos anteriores, utilizando-se do índice APOIA SOCIAL, definido como linha de base pelo Valor de Utilidade igual a 0,70, correspondente ao efeito de estabilidade de desempenho da atividade questionada e se apresenta sustentabilidade e desenvolvimento.

No aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas destacam-se a MST 32, com índice de 0,70, a MST 88, com índice de 0,71 e a MST 233 com índice 0,73, valores que apontam desempenho positivo, pois estão na linha de base e acima dela. Todas as demais unidades estudadas ficaram com índice de 0,65, portanto, abaixo da linha base. O grupo obteve índice médio de 0,67, que embora se situe abaixo da linha base, fica bem próximo

desta. Este resultado é sustentado pelo desempenho do indicador acesso a educação/proporção de estudantes e pelo indicador qualidade do trabalho.

O aspecto Economia, das onze unidades estudadas,apresentou dez que ficaram com índice acima da linha de base, a única que ficou abaixo foi a MST 108, que apresentou índice 0,65. A média geral obtida por este grupo alcançou índice de 0,77, valor que está acima da linha de base. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho dos indicadores de renda líquida do estabelecimento, valor da propriedade e qualidade da moradia.

O aspecto Saúde apresentou apenas a amostra MST 233 com índice de 0,82 e que ficou acima da linha base, as demais unidades pesquisadas ficaram abaixo da linha de base, assim como também o índice médio foi baixo, sendo classificado em 0,39. Este foi o resultado da avaliação negativa dos indicadores incidência de focos de vetores de doenças endêmicas como o Aedes, carrapatos e roedores, do indicador segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pelo indicador (ausência ou pouca) prática do esporte e do lazer.

No aspecto gestão e administração, das onze unidades estudadas,apenas a unidade MST 233, com índice de 0,74, ficou com resultado acima da linha base. Todas as demais unidades estudadas,bem como a média, com valor de 0,42, ficaram abaixo da linha base. Este resultado é negativo, pois está situado bem abaixo da linha base e tem como causa os gargalos no indicador condições de comercialização, pela falta de processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e ainda pelo baixo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtida depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Para o caso do grupo MST – Assentados Titulares,das onze unidades estudadas, a MST 32, com índice de 0,68, a MST 96, com índice de 0,63 e a MST 108, com índice 0,60, ficaram abaixo da linha de base.Todas as demais unidades,bem como a média, com valor de 0,75,apresentaram um índice com impacto considerado positivo, pois alcançaram valores acima da linha base. Este resultado positivo é garantido pelo bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia,com seus respectivos indicadores, tendo em vista que os aspectos saúde e gestão/administração tiveram desempenho negativo, pois ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto, este valor deste índice, obtido através do método APOIA SOCIAL, coloca o grupo na

condição de desempenho satisfatório, o que contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

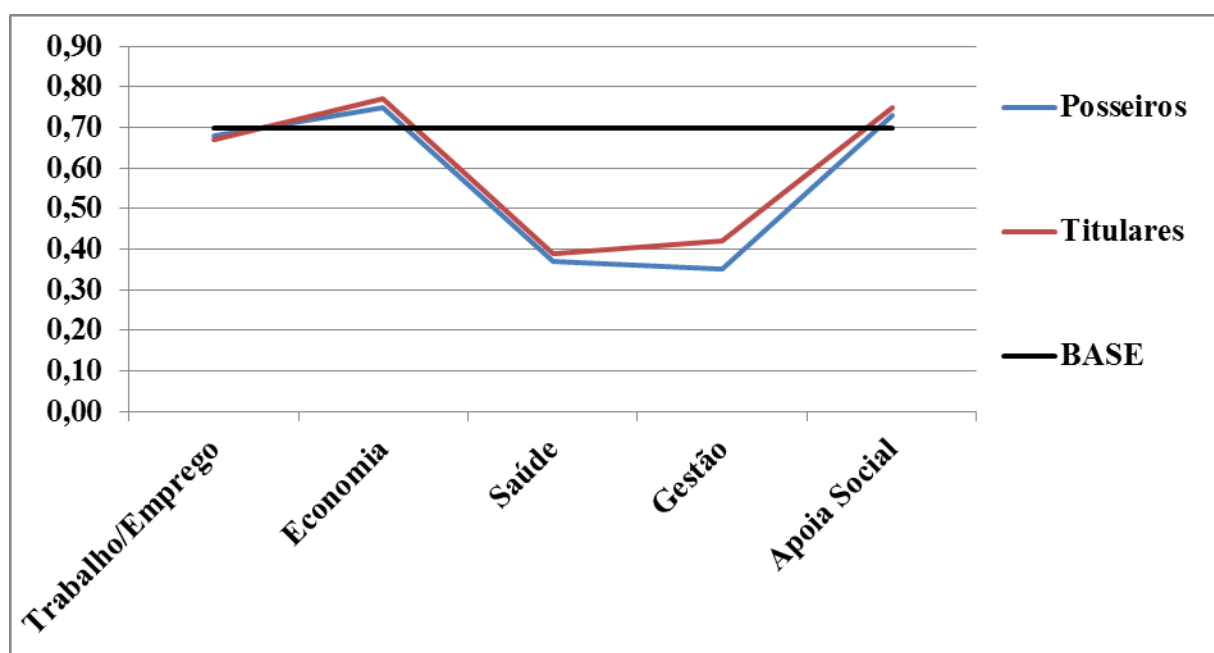
TABELA 9: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
2	TITULARES	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
	MÉDIA	0,68	0,76	0,38	0,39	0,74

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 9 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social MST. Para tanto, realizou-se a sistematização dos índices considerando as médias alcançadas por cada aspecto em cada unidade estudada e também pelo índice APOIA SOCIAL. A metodologia indica que a linha de base é definida pelo valor de Utilidade igual a 0,70, índice que corresponde a um efeito de estabilidade no desempenho da atividade em relação ao indicador avaliado e, portanto, representando nível satisfatório de sustentabilidade para a unidade estudada quando esta alcança este valor ou ficar acima dele, conforme demonstra o gráfico 2.

GRÁFICO 2: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento MST



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 2 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares que foram pesquisados e são vinculados ao movimento social MST.

No aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros está com índice igual a 0,68 e o grupo de assentados titulares com índice igual a 0,67, ficando, portanto, ambos os grupos, abaixo da linha de base. O resultado deste aspecto é amparado pelo desempenho acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia apresentou todas as unidades pesquisadas acima da linha base, sendo que o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,75 e o grupo de agricultores assentados titulares alcançaram índice 0,77. Assim, a média de ambos ficou com valor de 0,77. Este resultado é sustentado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto Economia.

No aspecto Saúde os dois grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base e a média obtida por ambos foi de 0,38, valor é bem abaixo da linha base. Este resultado é fruto da presença de focos de vetores de doenças com destaque para o Aedes, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

O aspecto Gestão e Administração apresentou o grupo de agricultores posseiros com índice de 0,35 e o grupo de assentados titulares com índice de 0,42. A média entre ambos com índice de 0,39 constitui valores que estão bem abaixo da linha base. Este desempenho está abaixo da linha base por apresentar problemas em todos os itens questionados.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL foi obtido depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. Os grupos pertencentes ao Movimento Social MST obtiveram índices de 0,73 e 0,75, respectivamente, para o grupo de agricultores posseiros e grupo de agricultores assentados titulares, ficando com média de 0,74. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto, este valor positivo obtido através do índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo numa condição de

desempenho satisfatório, contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.

4.3. Resultados no Movimento FETAGRI

Nesta seção serão mostrados os resultados obtidos pelo grupo de famílias pertencentes ao Movimento Social FETAGRI, no qual foram pesquisadas 09 (nove) famílias de agricultores posseiros e 13 (treze) de assentados titulares. Depois de aplicado o questionário realizou-se o processamento na plataforma MS Excel® de onde se obteve os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

TABELA 10: Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento FETAGRI

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	FETAGRI-303	0,65	0,82	0,23	0,61	0,80
2	FETAGRI-350	0,65	0,82	0,23	0,61	0,80
3	FETAGRI-351	0,70	0,78	0,33	0,63	0,83
4	FETAGRI-352	0,65	0,81	0,33	0,63	0,83
5	FETAGRI-353	0,78	0,80	0,42	0,70	0,89
6	FETAGRI-356	0,70	0,83	0,38	0,81	0,92
7	FETAGRI-358	0,70	0,84	0,28	0,70	0,87
8	FETAGRI-386	0,65	0,86	0,33	0,63	0,85
9	FETAGRI-389	0,72	0,83	0,23	0,66	0,84
	MÉDIA	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 10 apresenta os resultados da agricultura praticada pelos nove Agricultores Posseiros pesquisados e pertencentes ao Movimento Social FETAGRI. Assim como nas tabelas anteriores, foram consideradas as médias alcançadas por cada aspecto e também pelo índice APOIA SOCIAL.

No aspecto Trabalho, dentre todas as unidades pesquisadas cinco (FETAGRI 351, FETAGRI 353, FETAGRI 356, FETAGRI 358, FETAGRI 389) obtiveram índice entre 0,70 e 0,78, valores que ficam na linha de base e acima dela. As demais unidades pesquisadas ficaram com índice de 0,65 e a média obtida pelo grupo foi de 0,69, valor que está ligeiramente abaixo da linha base.

No aspecto Economia, a unidade FETAGRI 351, com índice de 0,78, apresentou menor valor e a unidade FETAGRI 386, com índice de 0,86, apresentou maior valor. A média geral do grupo ficou em 0,82 do índice, valor que está acima da linha de base. Este resultado positivo é fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados neste aspecto.

No aspecto Saúde todas as unidades estudadas, bem como a média entre ambas, com índice de 0,31, apresentaram valores que estão abaixo da linha base. Este resultado negativo, abaixo da linha de base, é fruto da presença de focos de vetores de doenças, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática de esportes e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração, obteve-se um quadro em que apenas as unidades FETAGRI 353, com índice de 0,70, FETAGRI 356, com índice de 0,81 e FETAGRI 358, com índice 0,70 ficaram no limite positivo, ou seja na linha de base ou acima desta. As demais unidades ficaram com índices que variam entre 0,61 e 0,66 inclusive a média entre ambos ficou com índice de 0,66, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Este desempenho situado abaixo da linha base é causado por problemas em todos os itens averiguados.

A composição do índice de impacto social de todas as unidades estudadas foi positiva, pois todas as unidades ficaram com índice acima da linha base e obtiveram média geral de 0,85. Este resultado positivo tem sua causa no bom desempenho dos aspectos Trabalho e Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. O valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, aponta o grupo com uma condição de desempenho satisfatório e contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar bem como para o desenvolvimento local.

TABELA 11: Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento FETAGRI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	FETAGRI-072	0,65	0,78	0,02	0,71	0,78
2	FETAGRI-283	0,65	0,86	0,02	0,71	0,82
3	FETAGRI-304	0,65	0,80	0,29	0,67	0,83
4	FETAGRI-305	0,65	0,82	0,33	0,70	0,85
5	FETAGRI-306	0,65	0,87	0,04	0,67	0,81
6	FETAGRI-307	0,65	0,85	0,28	0,67	0,85
7	FETAGRI-354	0,70	0,85	0,79	0,59	0,94
8	FETAGRI-355	0,70	0,85	0,79	0,59	0,94
9	FETAGRI-359	0,65	0,83	0,26	0,64	0,82
10	FETAGRI-360	0,70	0,77	0,36	0,66	0,83
11	FETAGRI-361	0,75	0,81	0,18	0,80	0,88
12	FETAGRI-377	0,65	0,80	0,04	0,70	0,79
13	FETAGRI-378	0,78	0,81	0,26	0,67	0,86
	MÉDIA	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 11 mostra os resultados da agricultura praticada pelos Agricultores Assentados Titulares pertencentes ao Movimento Social FETAGRI. Assim como os dados apresentados anteriormente, estes também seguem o mesmo padrão.

Assim, o aspecto Trabalho é calculado com base na análise de quatro indicadores: acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação. Dentre todas as unidades pesquisadas a FETAGRI 354, 355, 360, 361 e 378 ficaram com índices entre 0,70 e ,078, localizando-se acima da linha base. As demais obtiveram índices de 0,65 e a média entre ambas é de 0,67, valores que estão abaixo da linha base.

O aspecto Economia consiste na avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia. Todas as treze unidades estudadas ficaram com índices que variam entre 0,77 e 0,87, valores que estão acima da linha de base. Este resultado positivo tem causa e potencialização no bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer. Neste

aspecto, apenas as unidades FETAGRI 354 e 355, que apresentaram índice de 0,79, ficaram com valores acima da linha base, todas as demais unidades pesquisadas ficaram abaixo. Destaque negativo para as unidades FETAGRI 072 e 283, que apresentaram os piores índices - 0,02. A média geral obtida por este grupo alcança o índice de 0,33, valor muito abaixo da linha de base. Este resultado aquém da linha de base é fruto da existência de focos de vetores de doenças, pelas condições de periculosidade e insalubridade da segurança e da saúde ocupacional e, ainda, pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração são avaliados os indicadores de perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relação institucional. Neste aspecto tem-se um quadro em que das treze unidades estudadas, oito unidades ficaram com índices que variam entre 0,59 e 0,67, portanto, abaixo da linha de base, enquanto as outras cinco unidades ficaram com índices que variam entre 0,70 e 0,80, valores estes que ficam acima da linha base. A média geral alcançou índice de 0,67, valor que está ligeiramente abaixo da linha base. Este desempenho negativo tem causa em problemas em todos os indicadores estudados.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL, para o caso do grupo FETAGRI – Assentados Titulares, todas as treze unidades estudadas ficaram com índices que variam entre 0,78 e 0,94 e a média em 0,85, valores que estão acima da linha base. O resultado positivo foi alcançado através do bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo na condição de desempenho satisfatório, assim contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

TABELA 12: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento–Fetagri

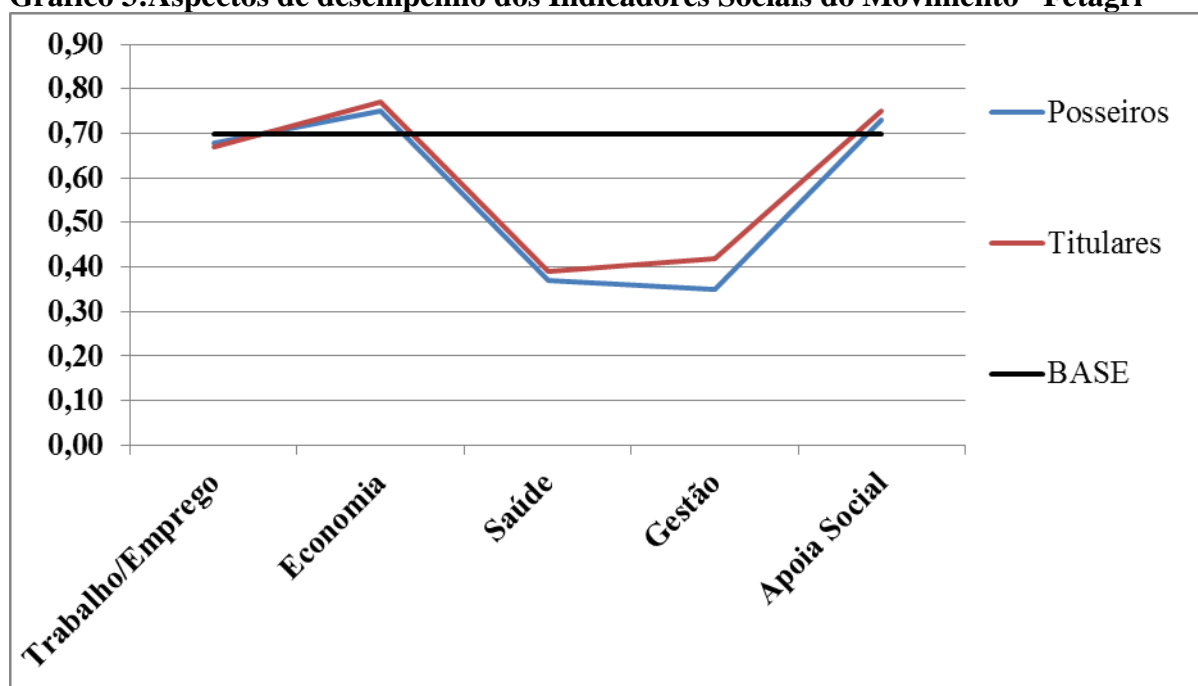
ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
2	TITULARES	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
	MÉDIAS	0,69	0,82	0,32	0,67	0,85

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 12 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos, Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social FETAGRI,

conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento –Fetagri



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 3 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros e pelo grupo de assentados titulares vinculados ao movimento social FETAGRI. No aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,69 e o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,68. A média entre ambos foi de 0,69, valores que estão ligeiramente abaixo da linha de base. Este resultado negativo teve causa no desempenho dos indicadores.

No aspecto Economia os grupos ficaram com índice de 0,82, valor que está acima da linha base. Este resultado positivo foi obtido por ser fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados neste aspecto. Já no aspecto Saúde, ambos os grupos alcançaram índices de 0,31 e 0,33, respectivamente, e a média de 0,32, todos os valores que estão bem abaixo da linha base. Este resultado é negativo e, portanto, aquém da linha de base, fruto de baixos índices em todos os itens avaliados.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,66, enquanto o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,67. A média ficou em 0,67, todos são valores que estão abaixo da linha de base, porém bem próximos desta, o que denota resultado negativo para o aspecto em questão.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL para o Movimento Social FETAGRI indicou que ambos os grupos pesquisados ficaram com índice de 0,85, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo é sustentado, sobretudo, pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e Renda, uma vez que os aspectos saúde e gestão/administração ficaram com médias abaixo da linha de base. Entretanto este valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, posiciona o grupo na condição de desempenho satisfatório e assim contribui para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

4.4. Resultados no Movimento AMFFI

Nesta seção serão mostrados os resultados do grupo de famílias pertencentes ao Movimento Social AMFFI, do qual foram pesquisadas 03 (três) famílias de agricultores posseiros e 05 (cinco) de assentados titulares. Depois de realizada a aplicação do questionário realizou-se o processamento na plataforma MSEXCEL®, de onde obteve-se os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo.

TABELA 13: Índices do Grupo Agricultores Posseiros – Movimento AMFFI

ORD	AMOSTRAS	ÍNDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	AMFFI - 054	0,84	0,84	0,06	0,26	0,72
2	AMFFI - 117	0,75	0,78	0,69	0,22	0,78
3	AMFFI - 147	0,72	0,72	0,07	0,23	0,63
	MÉDIA	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 13 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos Agricultores Posseiros ligados ao Movimento Social AMFFI. Partindo da mesma premissa, no aspecto Trabalho as três unidades pesquisadas obtiveram índice que variam entre 0,72 e 0,84 e média de 0,77, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo do aspecto trabalho deu-se pelo bom desempenho dos indicadores: acesso à educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local/qualificação.

O aspecto Economia apresentou as três unidades pesquisadas com índices que variam

entre 0,72 a 0,84 e índice médio de 0,78, valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo tem origem no bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto Economia.

No aspecto Saúde as unidades pesquisadas ficaram com índices que variam entre 0,06 a 0,69 e o índice médio de 0,27, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado negativo é sustentado pela deficiência presente em todos ou quase todos os itens pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração as unidades estudadas alcançaram índices que variam entre 0,22 a 0,26 e média de 0,24 valores, que estão bem abaixo da linha base. Este resultado negativo tem como causa as dificuldades ocorridas no indicador condição de comercialização, pela falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL é obtido depois de calculados os valores para o conjunto de 20 (vinte) indicadores a partir dos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores e pela expressão da média desses valores que compõem o índice de impacto social de todas as unidades estudadas. A composição do índice de impacto social das unidades AMFFI 054 e 117 foram, respectivamente, 0,72 e 0,78 e a média com índice de 0,71, valores que estão acima da linha base. A unidade AMFFI 147, com índice de 0,63 ficou abaixo da linha de base. O resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho no aspecto Trabalho e Renda, colocando o grupo na condição de desempenho satisfatório, colaborando para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento local.

TABELA 14: Índices do Grupo Agricultores Titulares – Movimento AMFFI

ORD	AMOSTRAS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	AMFFI - 110	0,70	0,71	0,46	0,61	0,81
2	AMFFI - 120	0,70	0,72	0,01	0,46	0,69
3	AMFFI - 124	0,70	0,81	0,19	0,64	0,82
4	AMFFI - 134	0,70	0,70	0,01	0,49	0,68
5	AMFFI - 144	0,72	0,69	0,21	0,38	0,68
	MÉDIA	0,71	0,73	0,14	0,50	0,73

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 14 demonstra os resultados da agricultura praticada pelo grupo, Agricultores Assentados Titulares ligados ao Movimento Social AMFFI, de acordo com a metodologia melhor classificada para a pesquisa.

No aspecto Trabalho todas as unidades pesquisadas ficaram com índices na linha de base ou acima dela e a média alcançou índice de 0,71, valor que está situado ligeiramente acima da linha base. Este resultado positivo do aspecto trabalho deu-se pelo bom desempenho dos indicadores pesquisados. Já o aspecto Economia, que avalia oito indicadores, apresenta a unidade AMFFI 144, que, com índice de 0,69, foi a única com valor abaixo da linha base, as demais unidades pesquisadas AMFFI 110, 120, 124 e 134 ficaram com índices que variam entre 0,70 a 0,81. A média de 0,73 está acima da linha base. Este resultado positivo é sustentado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados no aspecto economia.

No aspecto Saúde todas as unidades estudadas ficaram abaixo da linha base, com destaque negativo para as unidades AMFFI 120 e 134 que alcançaram índice de 0,01. A média obtida pelo grupo é de 0,14, valor que está muito abaixo da linha base. Este resultado negativo bem aquém da linha base tem sua causa no mau desempenho dos indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração tem-se, também, um quadro em que todas as cinco unidades estudadas alcançaram índices que variam de 0,38 a 0,64 e a média ficando com índice de 0,50, valores que estão abaixo da linha base. Este resultado negativo tem causa em problemas de comercialização, de processos de reciclagem de resíduos, problemas na gestão de insumos químicos, dentre outros.

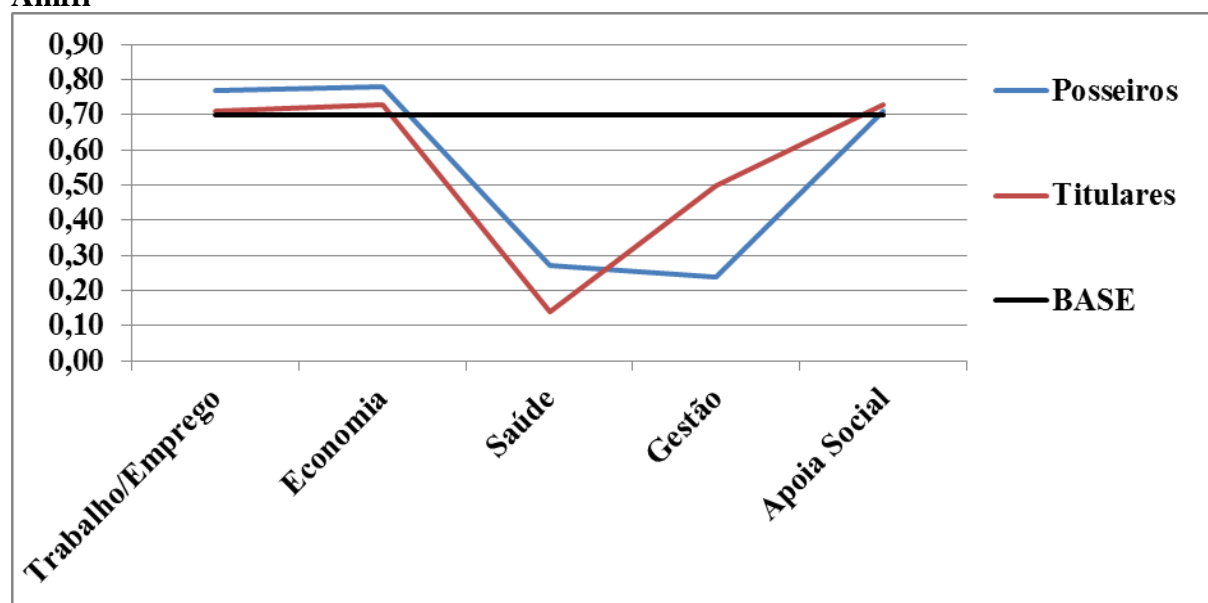
A avaliação de impacto com o Sistema APOIA SOCIAL, no caso do Movimento AMFFI – Grupo Assentados Titulares obtivemos que as unidades AMFFI 120, 134 e 144 alcançaram índices que variam entre 0,68 e 0,69, valores que estão abaixo da linha de base, enquanto as unidades AMFFI 110 e 124 obtiveram índices de 0,81 e 0,82, respectivamente, e se situam acima da linha de base. Já a média entre os grupos ficou com índice de 0,73. O resultado positivo é sustentado, novamente pelo bom desempenho nos aspectos Trabalho e Economia, com seus respectivos indicadores, colocando o grupo em condições de desempenho satisfatório, com contribuição para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local.

TABELA 15: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento

ORD	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
1	POSSEIROS	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
2	TITULARES	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
	MÉDIA	0,74	0,76	0,21	0,37	0,72

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 15 apresenta os resultados da agricultura praticada pelos grupos de Agricultores Assentados Titulares e Agricultores Possesores ligados ao Movimento Social AMFFI, de acordo com o que demonstra o gráfico 4.

GRÁFICO 4: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais do Movimento - Amffi

Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 4 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores possesores e pelo grupo de assentados titulares que são vinculados ao movimento social AMFFI, desta maneira, no aspecto Trabalho o grupo de agricultores possesores obteve índice de 0,77 e o grupo de assentados titulares alcançou índice igual a 0,71, estabelecendo uma média de 0,74, valores que estão acima da linha base. O resultado positivo neste aspecto tem causa no bom desempenho dos indicadores.

No aspecto Economia o grupo de agricultores posseiros obteve índice de 0,78 e o grupo de assentados titulares índice de 0,73. A média entre ambos alcançou índice de 0,76, e todos são valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo obtido pelo aspecto economia é fruto do bom desempenho médio de todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde ambos os grupos de agricultores avaliados ficaram bem abaixo da linha base, uma vez que tanto o grupo de agricultores posseiros quanto o grupo de assentados titulares alcançaram, respectivamente, índices de 0,27 e 0,14 e a média alcançada entre ambos foi de 0,21, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado é negativo por mau desempenho médio de todos os indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,24, enquanto o grupo de assentados titulares alcançou índice de 0,50. A média entre ambos foi de 0,37, valores que estão abaixo da linha base. Este resultado, também negativo, tem causa no desempenho pouco exitoso dos indicadores que aparecem na pesquisa.

Na avaliação de impacto desta pesquisa, utilizando o Sistema APOIA SOCIAL, verificou-se que para o caso do movimento AMFFI, o impacto é considerado positivo, pois o índice de 0,72 está situado acima da linha base. Este resultado positivo teve, igualmente, causa no bom desempenho dos aspectos Trabalho e Economia, uma vez que o aspecto saúde e o aspecto gestão/administração ficaram com médias bem abaixo da linha de base. O bom resultado apresentados pelos aspectos Trabalho e Economia colocam o grupo em condição de desempenho e desenvolvimento satisfatório.

4.5. Resultado: Todos os Movimentos - Grupo de Agricultores Posseiros

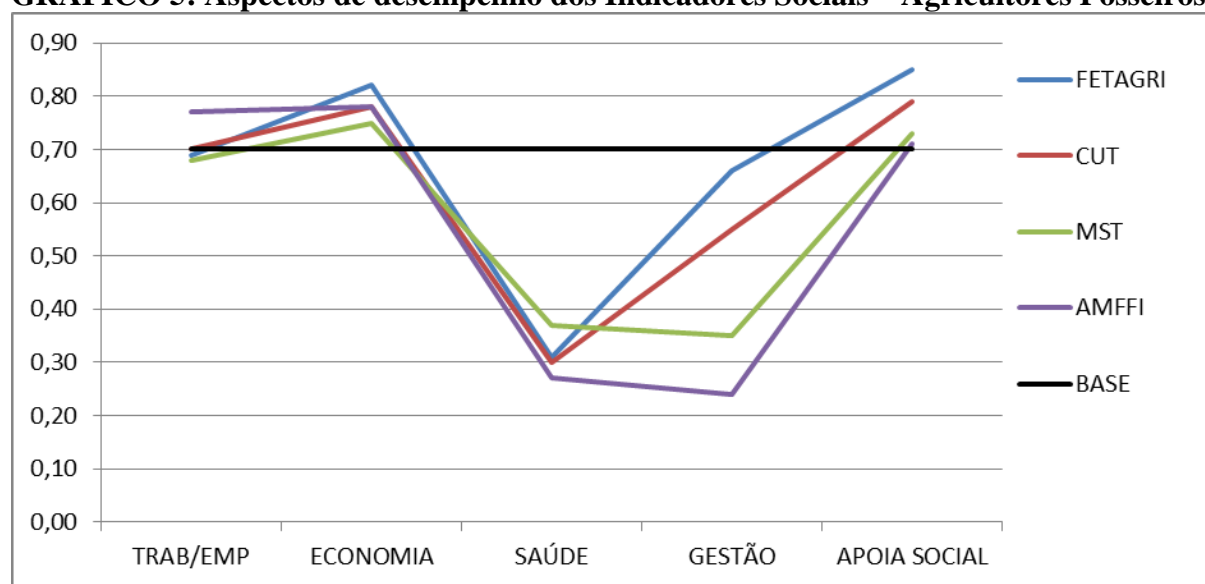
Nesta seção apresentam-se os resultados obtidos pelo grupo de Agricultores Posseiros, uma vez que, conforme determinado pela metodologia da pesquisa, foram entrevistadas vinte e cinco famílias, assim distribuídas: seis do movimento CUT, sete do MST, nove da FETAGRI e três da AMFFI. Assim que foram realizadas as aplicações dos questionários, fez-se o processamento dos dados na plataforma MS Excel®, de onde se obtiveram os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo.

TABELA 16: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros

Grupo	Mov.	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
Agricultores Posseiros	FETAGRI	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
	CUT	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
	MST	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
	AMFFI	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
	MÉDIA	0,71	0,78	0,31	0,45	0,77

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 16 traz os resultados da agricultura praticada pelo grupo de Agricultores Posseiros ligados a todos os Movimentos Sociais pesquisados. Consideraram-se as médias obtidas por cada aspecto e também para o índice APOIA SOCIAL, conforme demonstra o gráfico 5.

GRÁFICO 5: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Posseiros

FONTE: Elaborado pelo autor

O gráfico 5 retrata as médias obtidas pelo grupo de agricultores posseiros, com ênfase no movimento social do qual fazem parte (CUT, MST, FETAGRI ou AMFFI).

De acordo com o gráfico acima, no Aspecto Trabalho o grupo de agricultores posseiros atingiu índices que variam entre 0,67 a 0,77 e índice médio de 0,71, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo é causado pelo bom desempenho dos indicadores de acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local e também a qualificação.

O aspecto Economia que engloba a avaliação de oito indicadores: renda líquida do estabelecimento, acesso a serviços básicos, padrão de consumo, diversidades de fontes de renda, distribuição da renda, nível de endividamento, valor da propriedade e qualidade da moradia indica que o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variam de 0,75 a 0,82 e média de 0,78, valores que também estão acima da linha de base. O resultado positivo obtido pelo aspecto economia tem sua causa no bom desempenho médio alcançado por todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde em que são considerados três indicadores: incidência de focos de vetores de doenças endêmicas, segurança e saúde ocupacional e acesso a esporte e lazer, o grupo de agricultores posseiros alcançou índices que variam entre 0,27 a 0,37 e média de 0,31 valores que estão bem abaixo da linha base. Estes resultados se apresentam negativos, uma vez que possuem problemas em todos os indicadores pesquisados.

No aspecto Gestão e Administração, em que são avaliados os indicadores de perfil do responsável pela unidade, as condições de comercialização, a disposição de resíduos, a gestão de insumos químicos e a relação institucional. Neste aspecto o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variam entre 0,24 a 0,66 e com média de 0,45 valores que estão bem abaixo da linha de base. Este resultado negativo, situado muito abaixo da linha base, tem como causa a presença de dificuldades em todos os indicadores.

Na avaliação de impacto com uso do Sistema APOIA SOCIAL, notou-se que o grupo de agricultores posseiros obteve índices que variaram de 0,71 a 0,85 e média de 0,77, valores que estão acima da linha base. Este resultado positivo tem sustentação no desempenho equilibrado do aspecto Trabalho e no aspecto Economia, com seus respectivos indicadores.

4.6. Resultados: Todos os Movimentos - Grupo Agricultores Assentados Titulares

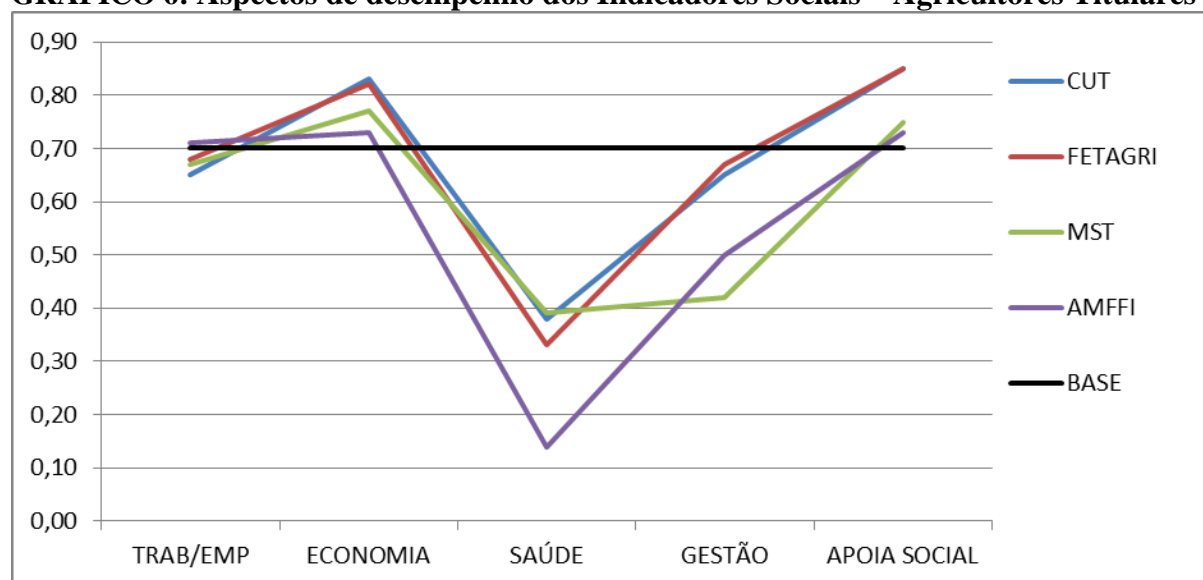
Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos pelo grupo de Agricultores Assentados Titulares, que conforme determinado pela metodologia foram pesquisados trinta e nove famílias sendo: dez famílias pertencentes ao movimento CUT, onze inseridas no MST, treze na FETAGRI e cinco famílias inseridas na AMFFI. Com a aplicação dos questionários fez-se, em seguida, o processamento dos dados na plataforma MS Excel®. Assim, obtiveram-se os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

TABELA 17: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Assentados Titulares

GRUPO	MOV.	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
Assentados Titulares	CUT	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
	Fetagri	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
	MST	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
	AMFFI	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
	MÉDIA	0,68	0,79	0,31	0,56	0,80

FONTE: Elaborado pelo autor

A tabela 17 apresenta os resultados da agricultura praticada pelo grupo de Agricultores Assentados titulares ligados a todos os Movimentos Sociais pesquisados, conforme demonstra o gráfico 6:

GRÁFICO 6: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Agricultores Titulares

FONTE:Elaborado pelo autor.

O gráfico 6 retrata as médias obtidas pelo grupo de Assentados Titulares de acordo com os movimentos sociais que integram (CUT, MST, FETAGRI ou AMFFI).

Assim, no aspecto Trabalho o grupo de assentados titulares obteve índices que variam entre 0,67 a 0,71 e média de 0,68, valores que estão ligeiramente abaixo da linha base. Este resultado negativo é causado pelo desempenho médio dos indicadores de acesso a educação/proporção de estudantes, nível educacional, qualidade do trabalho e oportunidade de trabalho local e também a qualificação.

O aspecto Economia demonstra que o grupo de assentados titulares obteve índices

que variam de 0,73 a 0,83 e índice médio de 0,79, valores que estão bem acima da linha de base. Este resultado positivo obtido pelo aspecto economia tem sustentação no bom desempenho médio alcançado em todos os indicadores avaliados.

No aspecto Saúde o grupo de assentados titulares de todos os movimentos obtiveram índices que variaram entre 0,14 a 0,39 e média de 0,31, valores que estão muito abaixo da linha base. Este resultado negativo situado abaixo da linha de base é fruto da presença de focos de vetores de doenças com destaque para o Aedes, carrapatos e roedores, pelas condições de segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e ainda pela ausência e/ou pouco acesso à prática do esporte e ao lazer.

No aspecto Gestão e Administração o grupo de assentados titulares de todos os movimentos alcançaram índices que variam de 0,42 a 0,67 e índice médio de 0,56, valores que estão bem abaixo da linha base. Este resultado negativo situado muito abaixo da linha base tem causa na ocorrência de problemas nas condições de comercialização, na falta de um processo de reciclagem de resíduos, por problemas na gestão de insumos químicos, pela pouca relação institucional e pelo nível de dedicação e perfil do responsável pela unidade.

A avaliação de impacto através do Sistema APOIA SOCIAL, demonstra que o grupo de assentados titulares com amostras presentes em todos os movimentos obteve índices que variam entre 0,73 a 0,85 e índice médio de 0,80, valores que estão bem acima da linha base. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho, novamente, dos aspectos Trabalho e Economia, apesar de os aspectos saúde e gestão/administração ficarem com médias abaixo da linha de base. Apesar do mau desempenho destes últimos, o valor alcançado pelo índice APOIA SOCIAL, coloca o grupo em condições de desempenho satisfatório, contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar, bem como do desenvolvimento local.

4.7. Resultados: Aspectos de Desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e Todos os Grupos

Os resultados obtidos por todos os movimentos serão mostrados nesta seção. Conforme determinado pela metodologia, foram pesquisadas sessenta e quatro famílias dos grupos de Agricultores Posseiros e Assentados Titulares, assim distribuídas: dezesseis inseridas no movimento CUT, dezoito famílias inseridas no movimento MST, vinte e duas famílias inseridas no movimento FETAGRI e oito inseridas no movimento AMFFI. Após a realização da pesquisa de campo, com a aplicação do questionário, alimentou-se a plataforma

MSEXCEL®, obtendo-se os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

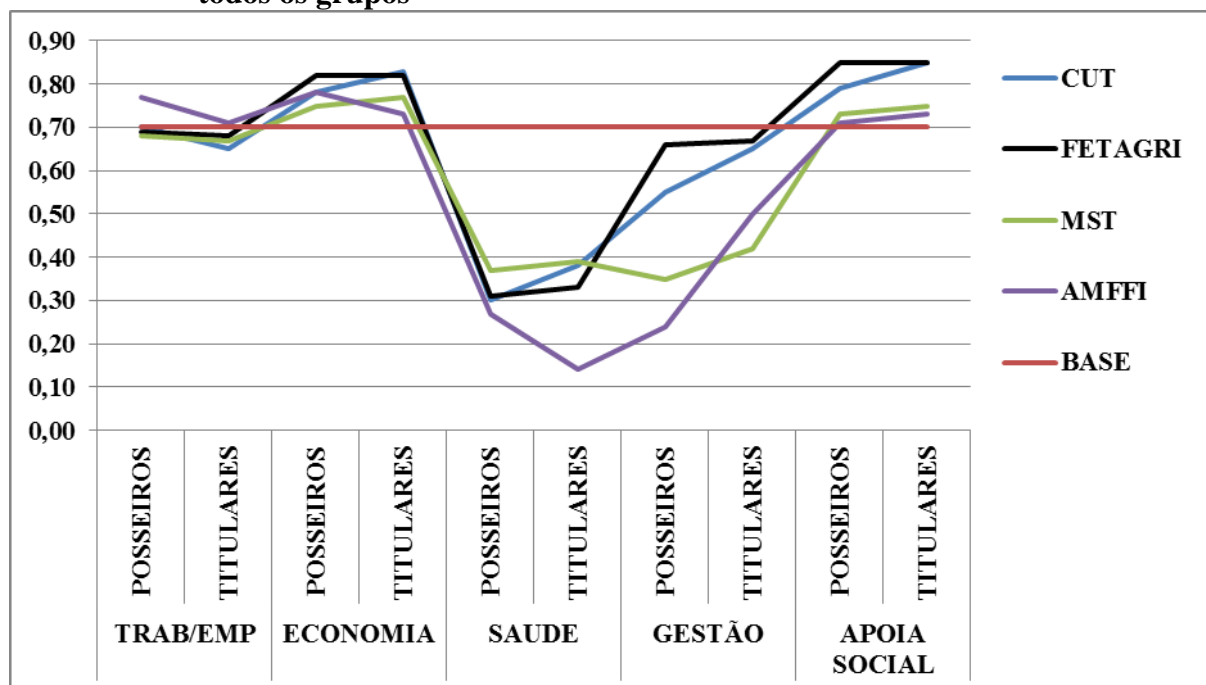
TABELA 18: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e todos os grupos

MOV.	GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
		TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
CUT	Posseiros	0,70	0,78	0,30	0,55	0,79
	Titulares	0,65	0,83	0,38	0,65	0,85
FETAGRI	Posseiros	0,69	0,82	0,31	0,66	0,85
	Titulares	0,68	0,82	0,33	0,67	0,85
MST	Posseiros	0,68	0,75	0,37	0,35	0,73
	Titulares	0,67	0,77	0,39	0,42	0,75
AMFFI	Posseiros	0,77	0,78	0,27	0,24	0,71
	Titulares	0,71	0,73	0,14	0,5	0,73
	MÉDIA	0,69	0,79	0,31	0,51	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 18 mostra os resultados da agricultura praticada por todos os grupos de Agricultores Posseiros e Assentados titulares integrantes de todos os Movimentos Sociais, conforme demonstra o gráfico 7.

GRÁFICO 7: Aspectos de desempenho dos Indicadores Sociais – Todos os Movimentos e todos os grupos



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 7 retrata as médias obtidas por todos os grupos de Agricultores Posseiros e

Agricultores Assentados Titulares pesquisados com ênfase no desempenho destes grupos dentro dos movimentos a que pertencem.

Assim, o **Aspecto Trabalho** obteve a segunda menor diferença entre o desempenho dos grupos, tendo apresentado como menor índice 0,65 (CUT titulares) e o maior índice 0,77 (AMFFI Posseiros), procedendo a uma diferença de apenas 0,12 (doze décimos), ficando como o segundo aspecto mais homogêneo dentre os quatro aspectos propostos pela metodologia. Ressalta-se, ainda, que embora a média 0,69 deste aspecto situa-se ligeiramente abaixo da linha base é também a segunda melhor média dentre os quatro aspectos pesquisados, que aliado à homogeneidade dos resultados constitui um ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribui para o desenvolvimento local. Segue abaixo avaliação dos resultados obtidos pelos movimentos no aspecto Trabalho para cada movimento:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,65 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,70 e a média entre ambos ficou em 0,68. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, está bem próximo desta. Para melhorar o desempenho deste índice, precisam-se programar ações que visem superar os problemas apontados pelo indicador Acesso a Educação, em especial com oferta de cursos de curta duração, cursos de especialização e cursos regulares.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,67 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,68 e a média entre ambos ficou em 0,68. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, também está bem próximo desta. Portanto, melhorar este índice implica na implementação de ações iguais às que forem implantadas nos grupos de movimentos da CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,68 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,69 e a média entre ambos ficou em 0,69. Este resultado, apesar de apresentar média ligeiramente abaixo da linha base, está bem próximo desta. Para melhorar estes índices, basta seguir a mesma orientação dada aos grupos MST e CUT.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,71 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,77 e a média entre ambos ficou em 0,74. Esta média colocou o movimento AMFFI como melhor desempenho no aspecto trabalho dentre todos os quatro movimentos pesquisados (CUT,

MST, FETAGRI e AMFFI). Este desempenho é justificado principalmente pelo perfil dos agricultores deste movimento, que na sua maioria, é composto por técnicos especializados que atuavam no antigo empreendimento da Fazenda Itamarati. Este resultado apesar de apresentar média acima da linha base, também pode ser incrementado com ações que visem a melhoria do indicador Acesso a Educação, em especial com oferta de cursos de curta duração, cursos de especialização e cursos regulares.

No **Aspecto Economia** os resultados apontam que este aspecto teve a menor diferença entre o desempenho dos grupos, tendo obtido como menor índice 0,73 (AMFFI titulares) e o maior índice 0,83 (CUT posseiros), resultando numa diferença de apenas 0,10 (dez décimos) e ficando com o título de aspecto mais homogêneo dentre os quatro propostos pela metodologia. Ressalta-se que a média obtida de 0,79 está acima da linha base, sendo, ainda, a melhor média dentre todos os aspectos pesquisados. Assim, o resultado positivo, bem como o nível de homogeneidade dos índices obtidos, constitui em ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I, contribuindo, portanto, para o processo de desenvolvimento local. Segue detalhamento abaixo do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Economia:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,83 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,78 e a média obtida por ambos foi de 0,81. Este resultado positivo foi o segundo melhor índice para o Aspecto Economia e tem sustentação no bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Entretanto, o incremento deste aspecto implica intervir na busca de melhoria para os indicadores: Diversidades de Renda, Distribuição de Renda e Acesso a Serviços Básicos. Importante ressaltar que se ocorrerem melhorias/incrementos no desempenho dos índices do Aspecto Trabalho e do Aspecto Gestão/Administração, isto poderá também resultar em incrementos no desempenho do Aspecto Economia.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,77 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,75 e a média entre ambos os grupos foi de 0,76. Este resultado positivo foi causado pelo bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem o aspecto economia. Da mesma forma que no grupo anterior, o incremento deste aspecto implica implantar ações que visem a melhoria dos indicadores: Diversidades de Renda, Distribuição de Renda e Acesso a Serviços Básicos. Ressaltando-se, ainda, que se ocorrerem ações que melhorem o desempenho dos índices do Aspecto Trabalho e do Aspecto Gestão/Administração poderão resultar também em

incrementos nos índices do Aspecto Economia.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,82 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,82 e a média entre ambos os grupos ficou com 0,82. Este resultado positivo coloca o Movimento Fetagri com o maior índice para do Aspecto Economia (entre todos os demais movimentos sociais) e tem causa no bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Apesar dos bons resultados, também é necessário implementar ações que visem melhorar os índices, da mesma forma que com os grupos CUT e MST.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,73 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,78 e a média entre ambos ficou em 0,76. Este resultado positivo tem sustentação no bom desempenho médio de todos os indicadores que compõem este aspecto. Para melhorar os desempenhos deste item no movimento AMFFI é necessário seguir os passos das sugestões dadas aos outros grupos de assentados.

Aspecto Saúde: Neste aspecto são avaliados três indicadores: incidência de vetores de doenças endêmicas, segurança/saúde ocupacional e dedicação a esporte e lazer. Aqui se encontrou a segunda maior diferença entre o desempenho dos grupos, tendo obtido como menor índice 0,14 (AMFFI titulares) e o maior índice 0,39 (MST Titulares), constituindo-se uma diferença de 0,25 (vinte e cinco décimos), valores que dão ao aspecto saúde características de desempenho heterogêneo. A média de 0,31 obtida pelos grupos está muito abaixo da linha base e também é a menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Este resultado negativo, aliado ao desempenho heterogêneo, coloca o aspecto saúde em primeiro lugar na demanda por políticas públicas que melhorem drasticamente este problema e também muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca de superação das dificuldades identificadas neste aspecto. A seguir vê-se o detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Saúde:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,38 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,30 e a média entre ambos foi de 0,34. Este resultado negativo é a menor média dentre os índices obtidos pelos quatro aspectos pesquisados e tem causa no baixo desempenho de todos os indicadores avaliados no aspecto saúde. Demanda ações preventivas e corretivas que visem minimizar ou eliminar a incidência de focos de vetores de doenças endêmicas com destaque para as mais presentes – o Aedes, os carrapatos e os roedores, e também a implementação de ações que

busquem melhorar as condições de segurança e saúde ocupacional, diminuindo a periculosidade e a insalubridade, assim como também se deve disponibilizar condições de acesso à prática do esporte e ao lazer.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,39 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,37 e a média entre ambos ficou em 0,38. Este resultado negativo é a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados, entretanto foi a melhor média do Aspecto Saúde entre os quatro movimentos pesquisados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI). Este desempenho tem causa no baixo valor dos índices obtidos pelos indicadores que compõem o aspecto saúde, o que requer as mesmas ações preventivas e corretivas que visem minimizar ou eliminar os problemas do grupo CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,33 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,31 e a média entre ambos foi de 0,32. Este resultado negativo constitui-se como a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados e tem sua causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto saúde, o que requer ações preventivas e corretivas que visem, assim como nos grupos anteriores, minimizar e/ou eliminar os problemas detectados.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,14 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,27 e a média entre ambos foi de 0,21. Este resultado negativo foi a menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados e ainda é a menor média do Aspecto Saúde entre os quatro movimentos pesquisados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI), desempenho que tem causa nos baixos índices obtidos pelos indicadores avaliados no aspecto saúde. As ações que forem promovidas para sanar os problemas de saúde para os outros grupos de assentados devem ser tomadas no âmbito geral, uma vez que as melhorias não podem ser oferecidas a apenas um dos grupos, não devem ser pensadas para atender apenas especificidades e sim para melhorar a qualidade de vida da população do assentamento como um todo.

Aspecto Gestão e Administração: neste aspecto são avaliados cinco indicadores: dedicação e perfil do responsável pela unidade, condição de comercialização, disposição de resíduos, gestão de insumos químicos e relação institucional. Este aspecto obteve a maior diferença entre o desempenho dos grupos, tendo alcançado como menor índice 0,24 (AMFFI posseiros) e o maior índice 0,67 (FETAGRI titulares), constituindo uma diferença de 0,43 (quarenta e três décimos), o que caracteriza este aspecto como tendo perfil heterogêneo no

desempenho. O índice médio de 0,51, valor que está muito abaixo da linha base e também é a segunda menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Estes resultado negativo no valor dos índices obtidos, aliado ao perfil heterogêneo do Aspecto Gestão e Administração fica identificado na necessidade de implementação de políticas públicas, bem como exige muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca dos problemas identificados na pesquisa que são os relacionados com a dedicação e perfil dos responsáveis pelas unidades produtivas, na condição de comercialização, na disposição de resíduos, na gestão de insumos químicos e no relacionamento institucional (cooperativismo, assistência técnica e treinamento profissionalizante). Segue detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no aspecto Gestão/administração:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,65 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,55 e a média entre ambos os grupos é de 0,60. Estes índices estão abaixo da linha base e também representam a segunda menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados. Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão /administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores: dedicação e perfil do responsável pelas unidades produtivas, indicador condição de comercialização, do indicador disposição de resíduos, do indicador gestão de insumos químicos e do indicador relacionamento institucional (cooperativismo, assistência técnica e treinamento profissionalizante).

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,42 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,35 e a média entre ambos foi de 0,39. Estes índices são a segunda menor média de índices obtidos entre os quatro aspectos pesquisados. Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão/administração e também requer ações corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores avaliados.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,67 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,66 e a média entre ambos é de 0,67. Estes índices estão ligeiramente abaixo da linha base é também a melhor média para o Aspecto Gestão e Administração dentre todos os movimentos (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI). O resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão /administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,50 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançaram índice de 0,24 e a média entre ambos foi de 0,37. Estes índices estão bem abaixo da linha base são também a menor média para o Aspecto Gestão e Administração dentre todos os movimentos (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI). Este resultado negativo tem causa no baixo desempenho dos indicadores avaliados no aspecto Gestão/administração, o que requer ações preventivas e corretivas que visem melhorar o desempenho dos indicadores. Em todos os grupos, assim como o indicador anterior, as ações devem ter uma abrangência total e não ações isoladas que beneficiariam apenas um ou outro grupo em particular. Todas as ações de melhorias devem atingir todos os grupos de assentados.

O índice APOIA SOCIAL: este índice obteve bom desempenho em todos os movimentos estudados (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI) tendo obtido como menor índice 0,71 (AMFFI posseiros) e o maior índice 0,85 (CUT titulares, FETAGRI titulares e FETAGRI posseiros) alcançando a média de 0,78 valor que está bem acima da linha base e se equipara ao índice médio do Aspecto Economia que obteve valor de 0,79. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, isto porque o desempenho do Aspecto Saúde e do Aspecto Gestão/administração ficaram com índices bem abaixo da linha base e, inclusive, demandam a implementação de ações que visem obter melhorias na busca de níveis de equilíbrio e estabilidade no desempenho deste aspecto, na perspectiva de melhorar os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e também de desenvolvimento local. Segue detalhamento do desempenho obtido pelos movimentos no índice APOIA SOCIAL:

Resultados no movimento CUT: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,85 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,79 e a média entre ambos os grupos foi de 0,82. Este resultado positivo é o segundo melhor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia com seus respectivos indicadores, uma vez que os Aspectos Saúde e Gestão/administração obtiveram desempenho bem abaixo da linha base. Assim, o incremento no desempenho do índice APOIA SOCIAL implica na implementação de ações que visem superar os gargalhos existentes no Aspecto Saúde e no Aspecto Gestão/administração.

Resultados no movimento MST: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,75 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,73 enquanto

que a média entre ambos foi de 0,74. Este resultado positivo tem sustentação no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia. Neste sentido, incrementar este indicador implica seguir as mesmas sugestões feitas para o grupo CUT.

Resultados no movimento FETAGRI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,85 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,85 e a média entre ambos foi de 0,85. Este resultado positivo foi o melhor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem sustentação no bom desempenho do Aspecto Trabalho e Aspecto Economia.

Resultados no movimento AMFFI: o grupo de agricultores assentados titulares obteve índice de 0,73 enquanto o grupo de agricultores posseiros alcançou índice de 0,71 e a média entre ambos foi de 0,72. Este resultado positivo foi o menor desempenho do índice APOIA SOCIAL dentre todos os movimentos pesquisados (CUT, FETAGRI, MST e AMFFI) e tem sustentação no baixo desempenho dos Aspectos Trabalho e Economia. Assim, não apenas neste grupo de assentados, mas também nos outros, urge o incremento deste indicador com ações para superar os gargalhos do Aspecto Saúde e no Aspecto Gestão/administração.

4.8. Resultado Final Consolidado – Agricultores Posseiros e Assentados Titulares

Aqui será demonstrado o resultado final consolidado do trabalho de pesquisa. Nele estará retratado o desempenho obtido pelo grupo de Agricultores Posseiros e grupo de Assentados Titulares, uma vez que, conforme determinado pela metodologia, foram pesquisadas sessenta e quatro famílias, assim distribuídas: Grupo Agricultores Assentados Titulares com 39 (trinta e nove) famílias pesquisadas e Grupo Agricultores Posseiros com 25 (vinte e cinco) famílias pesquisadas. Depois de realizado o trabalho de campo com a aplicação do questionário, foi alimentada a plataforma MS Excel®, da qual se obtiveram obtivemos os índices que foram sistematizados e agrupados na tabela abaixo:

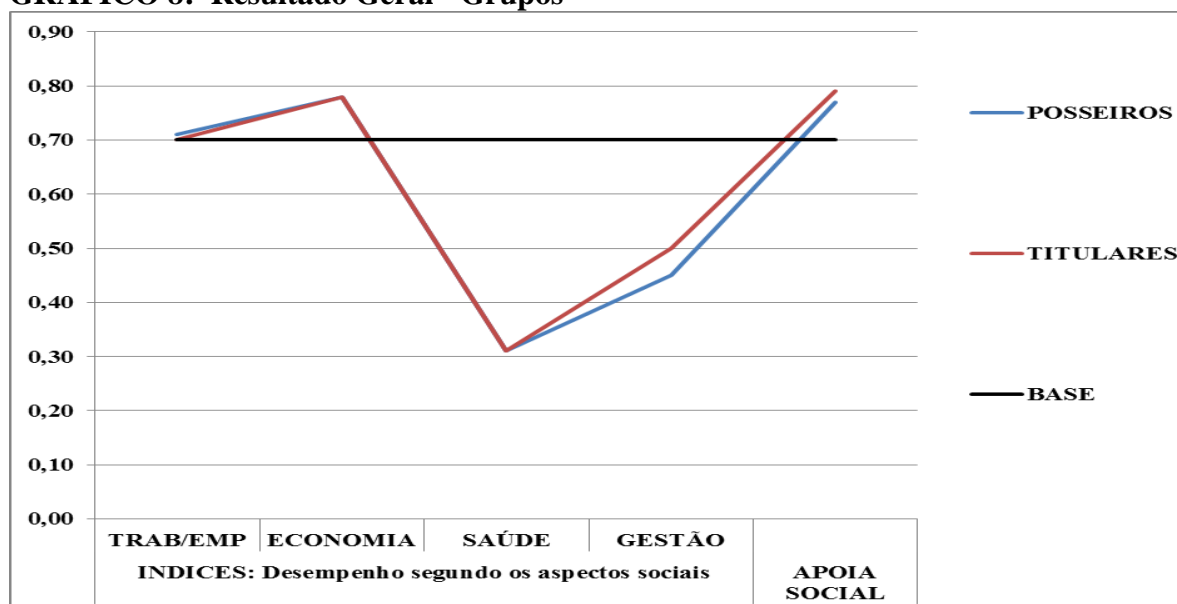
TABELA 19: Resultado final consolidado– Grupos: Agricultores Posseiros e Assentados Titulares.

GRUPOS	INDICES: Desempenho segundo os aspectos sociais				APOIA SOCIAL
	TRAB/EMP	ECONOMIA	SAÚDE	GESTÃO	
POSSEIROS	0,71	0,78	0,31	0,45	0,77
TITULARES	0,70	0,78	0,31	0,50	0,79
MÉDIAS	0,705	0,78	0,31	0,475	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 19 mostra os resultados da agricultura praticada pelos grupos de Agricultores Possesiros e de Assentados titulares de acordo com o que demonstra o gráfico 8.

GRÁFICO 8: Resultado Geral - Grupos



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 8 retrata as médias obtidas pelos grupos de Agricultores Possesiros e Agricultores Assentados Titulares, com ênfase para o desempenho nos Aspecto Trabalho, Aspecto Economia, Aspecto Saúde e Aspecto Gestão, também e no índice APOIA SOCIAL, conforme descrito abaixo:

Grupo de Agricultores Possesiros: No aspecto Trabalho, o grupo de agricultores posseiro obteve média de 0,71, valor que está acima do valor da linha base, e também acima da média obtida pelo grupo de agricultores assentados titulares. Este resultado positivo garante que o grupo de Agricultores Possesiros, neste aspecto, está contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e também para o desenvolvimento local.

No Aspecto Economia o grupo de Agricultores Possesiros obteve índice de 0,78, valor foi igual ao índice obtido pelo grupo de Agricultores Assentados Titulares e também está acima da linha base. Ressalta-se que a média 0,78, obtida neste aspecto, é a maior dentre os quatro aspectos considerados neste trabalho de pesquisa devendo ser considerado como um ponto forte no processo de desenvolvimento da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribuindo também para o desenvolvimento local.

No Aspecto Saúde, o grupo Agricultores Possesiros obteve média de 0,31, valor igual ao desempenho alcançado pelo Grupo de Agricultores Assentados Titulares, valor que está

muito abaixo da linha base e constituindo a menor média dentre os todos aspectos pesquisados.

No Aspecto Gestão e Administração, o Grupo de Agricultores Possesiros alcançou média de 0,45, valor que está abaixo do índice alcançado pelos Agricultores Assentados Titulares e também muito abaixo da linha base. Com este resultado identifica-se a necessidade de intervenção no Aspecto Gestão e Administração no sentido de implementar políticas públicas com muita dedicação e compromisso dos grupos de agricultores na busca de superação dos problemas apontados pelos indicadores.

O índice APOIA SOCIAL aponta que no grupo de Agricultores Possesiros, obteve média de 0,77, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo tem causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, isto porque o desempenho do Aspecto Saúde e do Aspecto Gestão/administração ficou com índices bem abaixo da linha base e, inclusive, demanda a implementação de ações que visem obter melhorias na busca de níveis de equilíbrio e estabilidade na performance deste aspecto, na perspectiva de melhorar os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e também de desenvolvimento local.

Grupo de Agricultores Assentados Titulares: no aspecto Trabalho, o grupo de agricultores Assentados Titulares obteve média de 0,70, valor que está igual ao valor da linha de base, entretanto abaixo do índice alcançado pelos agricultores possesiros. Este resultado positivo garante que o grupo de Agricultores Titulares, neste aspecto, está contribuindo para o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e também para o desenvolvimento local.

No Aspecto Economia, o grupo de Agricultores Assentados Titulares obteve índice de 0,78, valor que é igual ao índice obtido pelo grupo de Agricultores Possesiros e também está acima da linha base. Ressalta-se, ainda, que a média (0,78), deste aspecto, é a maior dentre os quatro aspectos considerados neste trabalho de pesquisa, podendo ser considerado um ponto forte no desempenho da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I e, portanto, contribuindo também para o processo de desenvolvimento local.

No Aspecto Saúde o grupo de Agricultores Assentados Titulares obteve média de 0,31, valor igual ao desempenho alcançado pelo Grupo de Agricultores Possesiros e também valor que está muito abaixo da linha base, sendo também a menor média dentre todos os aspectos pesquisados. Com este resultado, o Aspecto Saúde requer a implementação de políticas públicas e muita dedicação e compromisso do grupo de agricultores na busca de superação das dificuldades identificadas.

No Aspecto Gestão e Administração o Grupo de Agricultores Assentados Titulares alcançou média de 0,50, valor que está acima do índice alcançado pelos Agricultores Possesores, entretanto muito abaixo da linha base. Com este resultado, identifica-se a necessidade de intervenção neste aspecto, com a criação de políticas públicas, pois com muita dedicação e compromisso as dificuldades podem ser superadas.

O índice APOIA SOCIAL obtido no grupo Agricultores Assentado Titulares foi de 0,79, valor que está bem acima da linha base. Este resultado positivo teve causa no bom desempenho do Aspecto Trabalho e no aspecto Economia com seus respectivos indicadores, contribuindo, desta maneira para o desenvolvimento local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa avaliou o desempenho dos grupos de Agricultores Familiares Assentados Titulares e de Agricultores Posseiros do Assentamento Itamarati I, localizado em Ponta Porã (MS), tendo que a implantação do referido assentamento se deu no ano de 2002. O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e principalmente na pesquisa de campo realizada pelo autor no período de fevereiro e março de 2017.

Buscou-se, com este procedimento, gerar indicadores quantitativos que visem enfatizar o desempenho das famílias de agricultores assentadas no Assentamento Itamarati I, em contraste com a agricultura da sua região (região de fronteira: Brasil/Paraguay) e também com a agricultura familiar praticada no Estado de MS e no Brasil e, ainda, contribuir para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para o desenvolvimento local e regional.

Em 2017 o Assentamento Itamarati I completa quinze anos de implantação e neste período as famílias realizaram trajetórias distintas na produção agrícola, decorrentes de seus recursos e de suas estratégias. O trabalho foi estruturado considerando-se as organizações sociais presentes no Assentamento com foco nos movimentos (CUT, MST, FETAGRI e AMFFI), tendo, também, dividido as famílias em dois grupos, com perfis distintos em relação à posse da terra. Assim ficou decidido: o grupo de Famílias Assentadas Titulares, que permaneceram no lote desde 2002 e o grupo de Agricultores Familiares Posseiros, que assumiram o lote em períodos diversos a partir da desistência de algum Assentado Titular e sua permanência se deram até o período de realização da pesquisa de campo.

A metodologia utilizada gerou o índice APOIA SOCIAL, os índices relativos ao desempenho dos Aspectos Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/Administração e ainda um conjunto de vinte indicadores, que a partir da execução dos levantamentos de campo, estes foram processados na plataforma MSEXCEL®) e posteriormente sistematizados e seus resultados demonstrados graficamente. O índice de impacto de cada indicador é traduzido com um Valor de Utilidade posicionado entre (0 a 1), empregando-se funções e coeficientes especificamente derivados para cada indicador, a linha de base é definida com o Valor de Utilidade igual a 0,70, valor que correspondente ao ponto de probabilidade no qual não tenha ocorrido efeito negativo no aspecto e no indicador avaliado.

No Aspecto Trabalho, que avalia os indicadores de acesso à educação/proporção de estudantes e nível educacional considerou-se a quantidade de pessoas moradora na unidade de

produção que freqüentam ou freqüentaram (antes do assentamento) cursos de curta duração, cursos de especialização e ainda cursos regulares. Já no indicador qualidade do trabalho foi considerada a presença/ausência de menores de 15 anos de idade no trabalho dentro da unidade de produção, o tamanho da jornada de trabalho que não deve exceder a 44 (quarenta e quatro) horas trabalhadas, o acesso à moradia, à renda, à alimentação, ao transporte e acesso à educação e à saúde. No indicador de oportunidade de trabalho local/qualificação considerou-se se o trabalho é acessado na unidade de produção, na comunidade ou na região. Sobre a qualificação considerou-se o trabalho braçal, o trabalho braçal especializado, o trabalho técnico médio e o trabalho técnico superior. Concluiu-se que no aspecto trabalho tanto o grupo de agricultores posseiros quanto o grupo de assentados titulares alcançaram desempenho dentro da margem que a metodologia considera como equilibrada e sustentável, visto terem obtido índice médio de 0,705.

O Aspecto Economia engloba a avaliação de oito indicadores. Assim, no indicador renda líquida do estabelecimento, considerou-se se a renda aumentou, se a renda manteve-se ou se a renda diminuiu em relação à renda anterior à chegada ao assentamento. No indicador acesso a serviços básicos considerou-se o acesso/ausência antes e depois de chegarem ao assentamento de: acesso/ausência à água potável, acesso/ausência à luz, acesso/ausência a esgotamento sanitário, acesso/ausência a telefone, acesso/ausência à coleta de lixo, acesso/ausência a transporte público, acesso/ausência a posto de saúde e acesso/ausência a escola. No indicador padrão de consumo considerou-se o acesso/ausência antes e depois de chegarem ao assentamento a: fogão a gás, geladeira, televisor, rádio, freezer, antena parabólica, computador, automóvel, máquina de lavar roupas e forno micro-ondas. No indicador diversidades de fontes de renda obtidas antes e depois de chegarem ao assentamento, consideraram-se as rendas agropecuárias obtidas na unidade de produção, as rendas não agropecuárias obtidas na unidade de produção, renda obtida com trabalho assalariado fora da unidade de produção, renda obtida com aposentadorias e pensões, renda obtida com ajudas financeiras diversas e ainda renda obtida com rendimentos financeiros e aluguel.

Ainda sobre o aspecto Economia, o indicador distribuição da renda foi considerado proporcionalmente antes e depois de chegarem ao assentamento. No indicador nível de endividamento também se considerou a proporção de endividamento antes e depois de assentados. Já no indicador valor da propriedade, foram consideradas as proporções de ocorrências de aumento/diminuição do valor da propriedade tendo como causas locais as

benfeitorias, a qualidade dos recursos naturais e as infraestruturas públicas e como causas externas, os preços de produtos e serviços, a política de custos financeiros, a política tributária, a legislação e a especulação imobiliária. No indicador de qualidade da moradia, foram considerados os tipos: residência em alvenaria com forro e rebocada, residência em alvenaria sem reboco ou sem forro, residência em madeira e a residência construída com taipa; também foi considerada a proporção de pessoas por aposentos. De todo este levantamento, concluiu-se que, no aspecto economia, tanto o grupo de Agricultores Posseiros quanto o grupo de Assentados Titulares alcançaram desempenho bem acima da linha base da qual a metodologia considera como equilibrada e sustentável, visto terem obtido índice médio de 0,78, valor que é o maior índice entre todos os aspectos estudados (Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/administração) e, portanto, constituindo-se no ponto forte do processo de desenvolvimento da agricultura familiar do Assentamento Itamarati I.

No aspecto Saúde foram avaliados os indicadores: incidência de vetores de doenças endêmicas, sendo considerado o aumento/manutenção/erradicação dos níveis de incidência dos vetores: Aedes, carrapatos, morcegos, roedores e outros; segurança e saúde ocupacional, nos qual foi considerada a exposição dos trabalhadores a fatores de periculosidade (radiação, explosivos, inflamáveis e eletricidade) e também a exposição a fatores de insalubridade (ruído, vibração, calor/frio, umidade, agentes físicos e agentes biológicos); dedicação a esporte e lazer, no qual se considerou o acesso/prática de esporte e lazer antes e depois de chegarem ao assentamento. Assim, chega-se à conclusão de que no Aspecto Saúde ambos os grupos de agricultores estudados obtiveram índice de 0,31, valor que consolida a menor média dentre todos os aspectos estudados e também está muito abaixo da linha base, resultado que indica a urgência na implementação de políticas públicas bem como no empenho, dedicação e compromisso dos agricultores na busca de superação dos gargalhos identificados na pesquisa, sobretudo no combate à existência de focos de vetores de doenças endêmicas, com destaque para o Aedes, os carrapatos e os roedores, na implantação de programas de melhoria na segurança e saúde ocupacional (periculosidade e insalubridade) e também projetos que disponibilizem acesso à prática do esporte e ao lazer.

No Aspecto Gestão e Administração, cinco indicadores foram avaliados. No indicador dedicação e perfil do responsável pela unidade, foi considerado se o assentado reside na unidade de produção, se a dedicação é exclusiva, se tem capacitação dirigida para as atividades desenvolvidas, se há engajamento familiar nos processos de produção, se usa sistema contábil e se utiliza modelo formal de planejamento. Já no indicador condições de

comercialização, levou-se em consideração o tipo de venda, se ela é direta, antecipada ou cooperada, se faz processamento local, se o armazenamento é local, se o transporte é próprio, se faz propaganda, se tem marca própria, se há encadeamento com produto/serviço anteriores e se pratica venda de produtos de outros produtores locais.

Continuando sobre o Aspecto Gestão e Administração, no indicador disposição de resíduos domésticos, verificou-se se os assentados fazem coleta seletiva, se fazem compostagem e disposição sanitária, e em relação à disposição de resíduos da produção, se fazem reaproveitamento ou se fazem destinação e tratamento final; no indicador de gestão de insumos químicos foi considerada a ocorrência dos atributos de estocagem adequada, de calibração e verificação dos equipamentos de aplicação, da utilização de equipamentos de proteção individual, de disposição final adequada de recipientes e embalagens e, finalmente, se fazem registro dos tratamentos. No indicador relação institucional foi considerada a presença dos atributos acesso a assistência técnica, prática do associativismo, filiação tecnológica, assessoria legal/vistorias, treinamento profissionalizante para o responsável e demais trabalhadores da unidade. Já no aspecto gestão/administração, o desempenho de ambos os grupos de agricultores pesquisados alcançou média de 0,475, índice muito abaixo da linha base, resultado que indica a necessidade da implementação de políticas públicas, do engajamento, da dedicação e do compromisso das lideranças e grupos de agricultores na busca por melhorias com vistas a consolidar o desempenho para que esteja dentro da linha base, com isto garantindo nível de equilíbrio e sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar e do processo de desenvolvimento local.

Finalizando, com o índice APOIA SOCIAL, índice representativo de todos os aspectos estudados e que se constituíram através do cálculo dos índices do conjunto de vinte indicadores que foram considerados aqui e dos quais foram avaliados como parte integrante de seus respectivos aspectos (Trabalho, Economia, Saúde e Gestão/administração). O resultado foi composto pelos Valores de Utilidade obtidos para cada um dos indicadores, e pela expressão da média desses valores, ficando assim constituído o índice de impacto social. Neste aspecto, todos os grupos de agricultores estudados ficaram com índice médio de 0,79, valor que está bem acima do índice base e, portanto, indicando resultado positivo. Entretanto, observa-se que o Índice APOIA SOCIAL obteve resultado positivo porque o desempenho do Aspecto Trabalho e seus indicadores, assim como o desempenho do Aspecto Economia obtiveram resultados positivos e contribuíram muito para a composição do índice. No entanto, o Aspecto Saúde e o Aspecto Gestão/administração ficaram com desempenho

inferior à linha base e, portanto, tendo contribuído de forma negativa para a composição deste resultado.

Este estudo demonstra os índices dos impactos gerados com as atividades da agricultura praticada pelos agricultores do Assentamento Itamarati I que permitem dizer que do ponto de vista geral, ou seja, a considerar a unidade de produção como um todo, inclusive considerando sua relação com o meio ambiente, com o entorno institucional, com o mercado e sobretudo com o poder público, é possível encontrar resultados que estão num nível de desempenho que garantem equilíbrio e sustentabilidade aos grupos de Assentados Titulares e Possesiros da área estudada. Destaca-se, entretanto, que, como ponto forte, está o desempenho do Aspecto Trabalho e do Aspecto Economia, assim como ponto fraco é o desempenho dos aspectos Saúde e Gestão/administração. Fica como desafio, que o poder público, por sua vez, possa implementar políticas públicas que estejam sintonizadas com estes pontos fortes e pontos fracos, levando-se em conta os processos internos de inovações da agricultura praticada.

Houve algumas dificuldades durante a realização deste trabalho, das quais duas podem ser destacadas, a primeira tem a ver com as condições meteorológicas ocorridas no período da realização da pesquisa de campo (fevereiro e março), com chuvas acima da média histórica e isto dificultou bastante a mobilidade e o acesso às unidades de produção; a segunda dificuldade foi a abordagem junto aos agricultores possesiros, pois eles sempre ficam desconfiados com “pé atrás”, como diz o ditado popular, em dar informações, pois cultivam o sentimento de estarem irregulares no lote, uma vez que o INCRA ainda não os reconheceram como assentados titulares e isto inclusive os exclui de acesso a algumas políticas públicas, sobretudo a política de crédito Pronaf e comercialização pelo PAA e PNAE.

Em relação à expectativa inicial, quanto ao resultado deste trabalho de pesquisa e em relação aos índices de desempenho, esperava-se um desempenho superior do Grupo de Agricultores Possesiros em relação ao desempenho do Grupo de Assentados Titulares, pois é comum nas rodas de técnicos e de lideranças a verbalização de que os Agricultores Possesiros estão mais bem estruturados e isto resulta num melhor desempenho destes. Os índices mostram um desempenho considerado homogêneo entre os grupos estudados, entretanto, é possível que se os agricultores possesiros tiverem sua titularidade reconhecida pelo INCRA e assim puderem acessar o conjunto de políticas públicas disponíveis para os agricultores familiares, poderão sim, melhorar o desempenho e elevar os índices que terão reflexos positivos para a agricultura familiar, principalmente para o desenvolvimento local e regional.

Este trabalho aponta para um conjunto de demandas de estudos e de implementação de políticas pública a qual se destacam: a) Motivação da evasão dos Assentados Titulares – processo de seleção, perfil dos agricultores, infraestrutura produtiva, qualidade dos recursos naturais; b) Gestão/administração: Projetos que visem o treinamento/capacitação direcionada para as atividades produtivas; c) Saúde: projetos de erradicação de vetores de doenças endêmicas e de melhoria das condições de saúde e segurança ocupacional; d) Projeto de acesso ao esporte e ao lazer; e) Ação institucional do INCRA: vistorias com emissão de documentos de deferimento/indeferimento.

De tudo que foi estudado, chegou-se aos índices de impactos que apresentam como resultados nas diferentes dimensões sociais, a possibilidade de todos os tomadores de decisão (agricultores, lideranças e poder público) ter uma visão das contribuições, positivas ou negativas de cada aspecto para o desenvolvimento local e regional sustentável, auxiliando-os na definição de medidas de promoção e de controle.

Os limites deste trabalho estão colocados na compreensão dos sistemas de produção que, como e porque praticam os agricultores em termos de agricultura, bem como avaliamos os resultados que aqui encontramos, sabendo-se que construir novas hipóteses e perspectivas de evolução das unidades de produção e conseqüentemente da agricultura familiar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas de um capitalismo agrário em questão. 2º Edição. Editora Hucitec Ltda. São Paulo/ SP, 1992.

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J.J. A objetividade no conhecimento das ciências sociais: o caso dos assentamentos. In: Reforma Agrária. São Paulo: ABRA, Vol. 24, n. 3, set/dez.1994, p.36-53.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba (RS): Agropecuaria, 2002.

APOLLIN, F.; EBERHART, C. Análisis y Diagnóstico de los Sistemas de Producción en el Medio Rural, Guía Metodológica. CARE, CESA, CICDARURALTER. Quito-Ecuador. 1999,

ARAÚJO FILHO, J.U. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira como medida fundamental de combate à fome. In: TEIXEIRA, E.L. e VIEIRA, W. da C. (Eds). Reforma da política agrícola e abertura econômica. Viçosa, 1996.

ARAUJO, M.J. Fundamentos de agronegócios. – 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005

ÁVILA, M. M.; WADT, P.G. S. Avaliação do impacto ambiental em assentamentos rurais do estado do acre, na Amazônia brasileira . Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Acre –IFAC, 2015.

BARBOSA, F. R. G. M.; WOLF, R.; SCHLINDWEIN, M. M. Análise de indicadores de desenvolvimento socioeconômico para a microrregião de Dourados-MS. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 13., 2011, Dourados. UFGD, 2011.

BIN, A. Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativa da pesquisa pública. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

BISSET, R. Methods for environmental impact assessment: a selective survey with case studies. In: BISWAS, A. K.; GEPING, Q., (Ed.). Environmental Impact Assessment for Developing Countries. London: TycoolyInternational, 1987.

BONNY, S. A padronização tecnológica na agricultura: formas, origem e perspectivas a partir do caso francês. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, 1993.

BROMBAL, J. C.. Avaliação do impacto ambiental do agro turismo em venda nova do imigrante (ES). Rev. Bras. Agroecologia, 2007.

COCHET, H. e DEVIENNE, S. Fonctionnement et performances économiques des systèmes de production agricole: une démarche à l'échelle régionale. In: Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures. Volume 15, n° 6, 578-83, Novembre-Décembre 2006, Note méthodologique.

CORONEL, D.A; SONAGLIO, C.M; ANGELO, H.D; ZAMBERLAN, C.O; SILVA, A.F; Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

DELGADO, G. C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. In: Reforma Agrária. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 57-62, jul/dez, 2007a.

_____. Condições para desenvolvimento dos projetos de assentamentos: alguns aspectos econômicos. In: Reforma Agrária. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 119-123, jul/dez, 2007b.

DIAS, C. A estratégia do planejamento nacional. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, ano 8, n. 69, p. 58-64, (Ed. esp.) 2011.

DUFUMIER, Marc. La importancia de la tipología de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnostico de realidades agrarias – Red internacional de metodología de investigación de sistemas de producción (RIMISP) – Santiago de Chile, 1990.

_____. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

FAO/INCRA (1998). Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt et alii. Agosto/1998.

FILHO, L. O.R.; FRIGHETTO, R.T.S.; RODRIGUES, G.S.; CAMPANHOLA, C.; HERMES, L. C.; RODRIGUES, I.; BROMBAL, J. C.. AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DO AGROTURISMO EM VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES). Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

FURTADO, Eliane & FURTADO, Ribamar. Repercussão da Reforma Agrária no Desenvolvimento Local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível In LEITE, Pedro Sisnando ET alii (orgs). Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRARDIN, P.; BOCKSTALLER, C.; VAN DER WERF, H. Indicators: tools to evaluate the environmental impacts of farming systems. *Jornal of Sustainable Agriculture*, [Binghamton], v. 13, n. 4, p. 5-21, 1999.

GIRARDI, E.P. Proposição teórico - metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira . 2008. Tese(Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível Em <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

GLIESSMAN, S.. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Vol. 5, nº4, p. 31-55, outubro-dezembro/1985.

_____. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. O renascimento da agenda agrária. Disponível em <http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art14.swf>.

ARKIN, H. e COLTON ,R., Tables for Statisticians/Extraído da Série Marketing de Bernardo de Felipe Júnior, 2ª. Ed. rev. ampl.. Brasília: Ed. SEBRAE, 1995, pg.21.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Dados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IDATERRA/MS. Plano de Desenvolvimento Rural do PA Itamarati 1. Ponta Porã (MS), 2003, mimeo.

INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

INCRA: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em 10/10/2016.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 42., 2004, Cuiabá-MT. Anais...Cuiabá-MT: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.

JESUS, E.L. Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais. In: *Agricultura Sustentável, Jaguariúna (SP)*, v.3, n.1/2, p. 13-27, jan./dez, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.[et al.]. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA, A. P. de et al. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2005a.

_____.Desenvolvimento da agricultura e sistemas de produção agroecológicos: um estudo no município de Ipê– RS. (Tese de Doutorado). Campinas (SP): Unicamp, 2005b.

LIMA,A.C.C; SIMÕES,R.F. Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional suas implicações de Política Econômica: O caso do Brasil. RDE. Ano XII.nr. 21. Julho, 2010.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 55-72, 2001.

MAZOYER, M. Defendiendo al campesinado en un contexto de globalizacion: crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Roma: FAO, 2001.

_____.Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo: causas e conseqüências. Palestra proferida no PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

_____.Rapport de SynthèseProvisoire. Colóquio “Dynamique de SystèmesAgraires”, Paris: Ministère de laRecherche et de l’EnseignementSupérieur/Ministère de laCoopération, 1987.

MAZOYER, M.; ROUDART, Laurence. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de José Luís Gudião.Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MEDEIROS, L.S. Dimensões da Questão Agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. In: Reforma Agrária. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 125-134, jul/dez, 2007.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.(orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CPDA, 1999.

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 329-365, 2007.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília: UNB, 12 ago. 2004. 19 p. (Texto para discussão, n. 320).

MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil. In: Workshop internacional Políticas Públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique, Maputo (Moçambique), 2006.

MUELLER, C. C.; MARTHA JÚNIOR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico recente do cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. Anais...Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. 1 CD-ROM.

NAVARRO, Z. Dilemas de um protagonista da luta pela terra. In: COSTA, L.F.C.; SANTOS, R. Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1997a.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: São Paulo em perspectiva. Vol. 11, n. 2, p. 86-93. São Paulo: Fundação Seade, 1997b.

NEHER, D. Ecological sustainability in agricultural systems: definition and measurement. *Journal of Sustainable Agriculture*, [Binghamton], v.2, n.3, p.51-61, 1992.

PLOEG, J.D. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Styles of Farming: an Introductory Note on Concepts and Methodology. In: PLOEG, Jan Douwe van der; LONG, Ann (eds.) Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7 – 30.

_____. Revitalizing Agriculture: Farming Economically as Starting Ground for Rural Development. In: *Sociologia Ruralis*, Vol 40, Number 4, October 2000. p 498-511.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Tradução John Cunha Comerford. 2.ed. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden, Holanda: ILEIA, 1999.

Roberto, J.M. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 39-52. UFRRJ/CPDA

RODRIGUES, G. S. Avaliação de Impactos Ambientais em Projetos de Pesquisas - fundamentos, princípios e introdução à metodologia. Jaguariúna (SP): Embrapa Meio Ambiente, 1998. 66 p, (Documentos 14).

RODRIGUES, G.S; CAMPANHOLA, C; KITAMURA, P.C; IRIAS, L.J.M; RODRIGUES, I. Sistema de avaliação de impacto social de atividades agropecuárias (apoia-social). *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 691-711, set./dez. 2005. p. 691-711.

SABBAG, O, J. Pesquisa Agropecuária Tropical. Goiania GO. v. 38, n. 4, p. 284-289, out./dez. 2008

SANTOS, F. L. G.; GUALDA, N. L. P.; CAMPOS, A. C. de. Diretrizes de desenvolvimento para o Nordeste: as idéias de Furtado frente ao plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO; ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 16., 2011, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza: BNB, 2011. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/gerados/artigos_2011.asp>.

SANTOS, G.E.O. Cálculo amostral: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>>.

SANTOS, R. F.; SCHLINDWEIN, M. M. Análise do nível de desenvolvimento socioeconômico do estado de Mato Grosso do Sul. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, v. 5, n. 9, p. 1-22, jan./jun. 2011.

SANTOS, M.J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, set./dez. 2001.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SHIKIDA, P. F. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o Estado do Paraná. In: MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN LAW AND ECONOMICS ASSOCIATION (ALACDE), 13., 2009, Barcelona. Anais eletrônicos... Barcelona, Espanha: Universitat Pompeu Fabra, 2009.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Ed. orig. de 1964. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

WÜNSCH, J. A. Diagnóstico de sistemas de produção: procedimentos para ações de desenvolvimento regional. (Dissertação de Mestrado). Piracicaba (SP): ESALQ/USP, 1995.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO – 2 (APOIA SOCIAL)

1) IDENTIFICAÇÃO

LOTE: _____ Data: __/__/__

Quem administra: () proprietário () gerente

Nome do responsável: _____

Área total da propriedade (ha): _____

Posse da terra: () Assentado pioneiro () Reassentado/2º ocupante

Local de residência do proprietário/gerente: () propriedade () urbano

Nível de escolaridade do proprietário/gerente: _____

Atividades praticadas na propriedade:

Atividade em avaliação: _____ Ano de início: _____

Indique 3 problemas na realização da atividade:

1) _____

2) _____

3) _____

2) ASPECTO EMPREGO

A) Acesso a educação (**preencher abaixo**):

nº pessoas propriedade

() responsável/administrador _____

() familiares _____

() parceiro/meeiro _____

() familiares (parceiro) _____

() temporário _____

() familiares (temporário) _____

Para cada item elencado acima, especificar para A e D:

Tipo de treinamento () curta duração () especialização () oficial regular

B) Qualidade do emprego

() responsável/administrador () empregado () temporário

Para cada item elencado acima, especificar % trabalhadores:

() > 15 anos _____ () até 44 hs _____ () carteira assinada _____ () Mais que 1 SM _____ (

) Aux Moradia _____ () Aux Alimentação _____ () Aux Transporte _____ () Aux

Educação _____ () Aux Saúde _____

C) Oportunidade de emprego local qualificado

Residência: () propriedade () local () região

Qualificação (**especificar % trabalhadores para cada item**)

() braçal____ () braçal especializado____ () técnico médio____ () técnico superior____

3) ASPECTO ECONOMIA

a) Renda líquida com atividade: () aumentou () manteve () diminuiu
Proporcionou melhoria na estabilidade/segurança? () S () N

b) Serviços básicos

() responsável/administrador () empregado () temporário

Para cada item elencado acima, especificar em relação ao A e D:

() água potável () luz () esgoto sanitário () telefone () coleta de lixo

() transporte público () posto de saúde () escola rural

c) Padrão de consumo

() responsável/administrador () empregado () temporário

Para cada item elencado acima, especificar em relação ao A e D:

() fogão a gás () geladeira () TV () rádio () freezer () parabólica ()

computador () automóvel () máquina de lavar roupa () microondas

d) Diversidade de fonte de renda (**valores % no A e D - fechar em 100**)

() **responsável/adm.:** () agrop no estab.____ () não agrop. noestab.____ () fora do estab.____

() aposent/pensões____ () ajuda financ.____ () outras aplic____

() **empregado.:** () agrop no estab.____ () não agrop. no estab. ____ () fora do estab.____ (

) aposent/pensões____ () ajuda financ.____ () outras aplic____

e) Distribuição da renda **especificar em relação ao A e D:**

A:() > 60 () 30-60 () 10-30 () <10 (com relação a salários/benefícios)

D:() > 60 () 30-60 () 10-30 () <10 (com relação a salários/benefícios)

f) Nível de endividamento (**% em relação à renda**)

Antes: () < 10 () 10-30 () 30-60 () >60

Depois: () < 10 () 10-30 () 30-60 () >60

g) Valor da propriedade: () aumentou () diminuiu

Causas (**fechar em 100%**): () benfeitorias____ () qualidade/conserv R.N.____ ()

infraestrutura pública____ () especulação imobiliária____ () preços

produtos/serviços____ () políticas____ () legislação (certificação)____

h) Qualidade de moradia (**para cada membro, especificar nº pessoas e marcar o tipo**)

() **responsável/adm** nº pessoas____ Tipo: alvenaria reb , alvenaria sem reb, madeira, taipa

() **empregado** nº pessoas____ Tipo: alvenaria reb , alvenaria sem reb, madeira, taipa

() **temporário** nº pessoas____ Tipo: alvenaria reb , alvenaria sem reb, madeira, taipa

Obs: Para o tipo escolhido, determinar nível de conforto, sendo 1-excelente;2-bom;3-regular e 4-ruim

4) ASPECTO SAÚDE

a) Focos de vetores: () aumentou () manteve () ERRADICOU

Nº ocorrências: _____

Especificar: () Aedes () Carrapatos () Morcegos () Roedores ()
Outros _____

b) Segurança e saúde ocupacional (**especificar nº trabalhadores, caso haja**) _____

Periculosidade: () radiação _____ () explosivo _____ () inflamáveis _____ ()
eletricidade _____ **Insalubridade:** () ruído _____ () vibração _____ () calor/frio _____ ()
umidade _____ () agentes químicos _____ () agentes biológicos

c) Acesso a esportes/lazer

() responsável/administrador () empregado () temporário

Para cada item acima, especificar nº horas/semana em relação ao A e D:

() esporte _____ hs/semana () lazer _____ hs/semana

5) ASPECTO GESTÃO

a) Dedicção e perfil do responsável

() residência local () dedicação exclusiva () capacitação da atividade () engajamento
familiar () sistema contábil () modelo de planejamento

b) Condição de comercialização

() venda direta/antecipada () processamento local () armazenamento local () transporte
local () propaganda () marca própria () encadeamento com outros produtos ()
venda de produtos para outros produtores

c) Reciclagem de resíduos

Domésticos: () coleta seletiva () compostagem () disposição sanitária

Produção: () Reaproveitamento () Destino e Tratamento adequado

d) Gestão de Insumos Químicos

() estocagem adequada () calibração () EPI () Disposição de embalagens ()
Registro tratamentos

e) Relacionamento Institucional (**especificar detalhes para cada item selecionado**)

() assistência técnica formal () associativismo () filiação tecnológica nominal ()
assessoria

Treinamento profissionalizante – gerente () () empregados especializados

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO

1) IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO A POSSE DA TERRA

Representante da CUT:.....

- 1) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) unidades produtivas/lotes ainda se encontram na condição de agricultores assentados titulares:.....
- 2) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) Unidades produtivas se encontram na condição de agricultores posseiros:.....

Representante do MST:.....

- 1) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) unidades produtivas/lotes ainda se encontram na condição de agricultores assentados titulares:.....
- 2) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) Unidades produtivas se encontram na condição de agricultores posseiros:.....

Representante da FETAGRI:.....

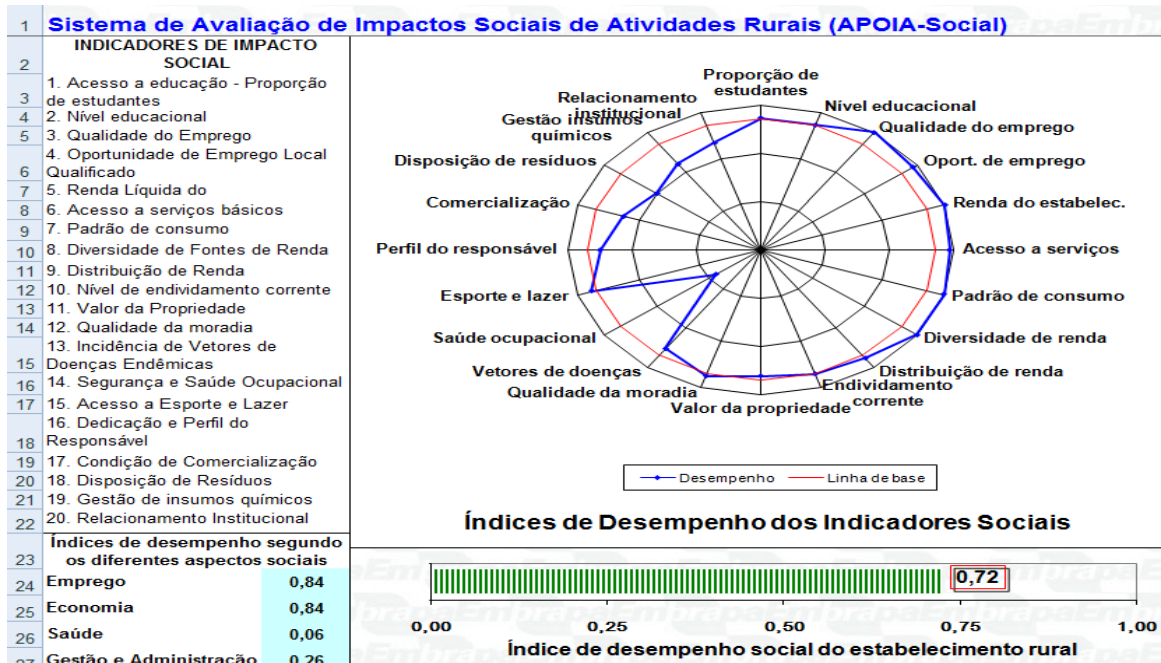
- 1) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) unidades produtivas/lotes ainda se encontram na condição de agricultores assentados titulares:.....
- 2) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) Unidades produtivas se encontram na condição de agricultores posseiros:.....

Representante da AMFFI:.....

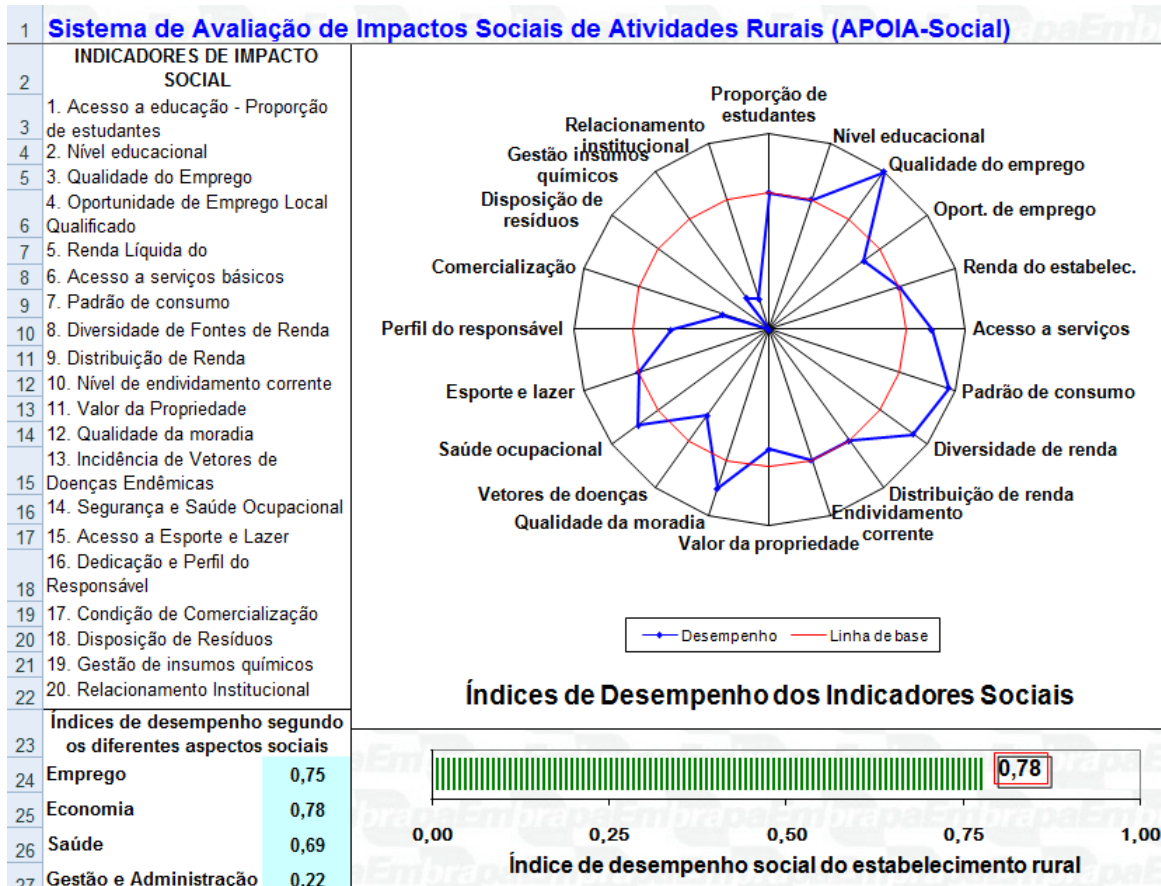
- 1) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) unidades produtivas/lotes ainda se encontram na condição de agricultores assentados titulares:.....
- 2) Quantas e quais (indique no croqui em anexo) Unidades produtivas se encontram na condição de agricultores posseiros:.....

APÊNDICE 2:

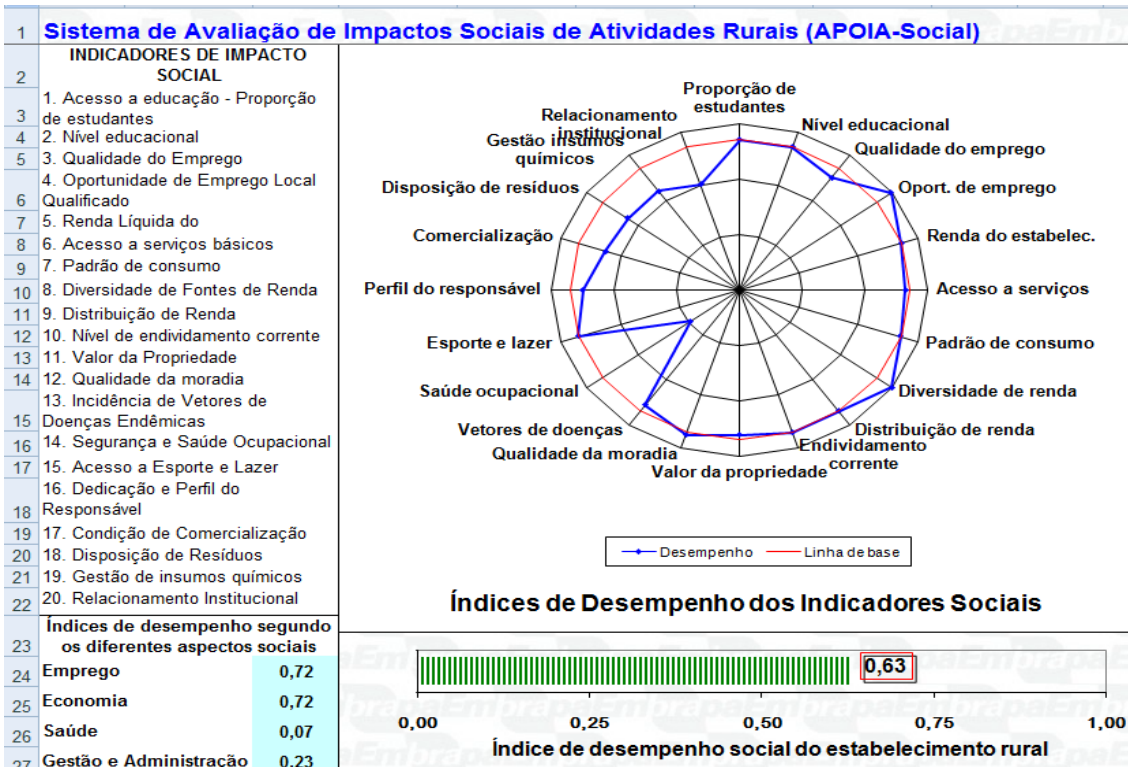
AMOSTRA: AMFFI 54 - AGRICULTOR POSSEIRO



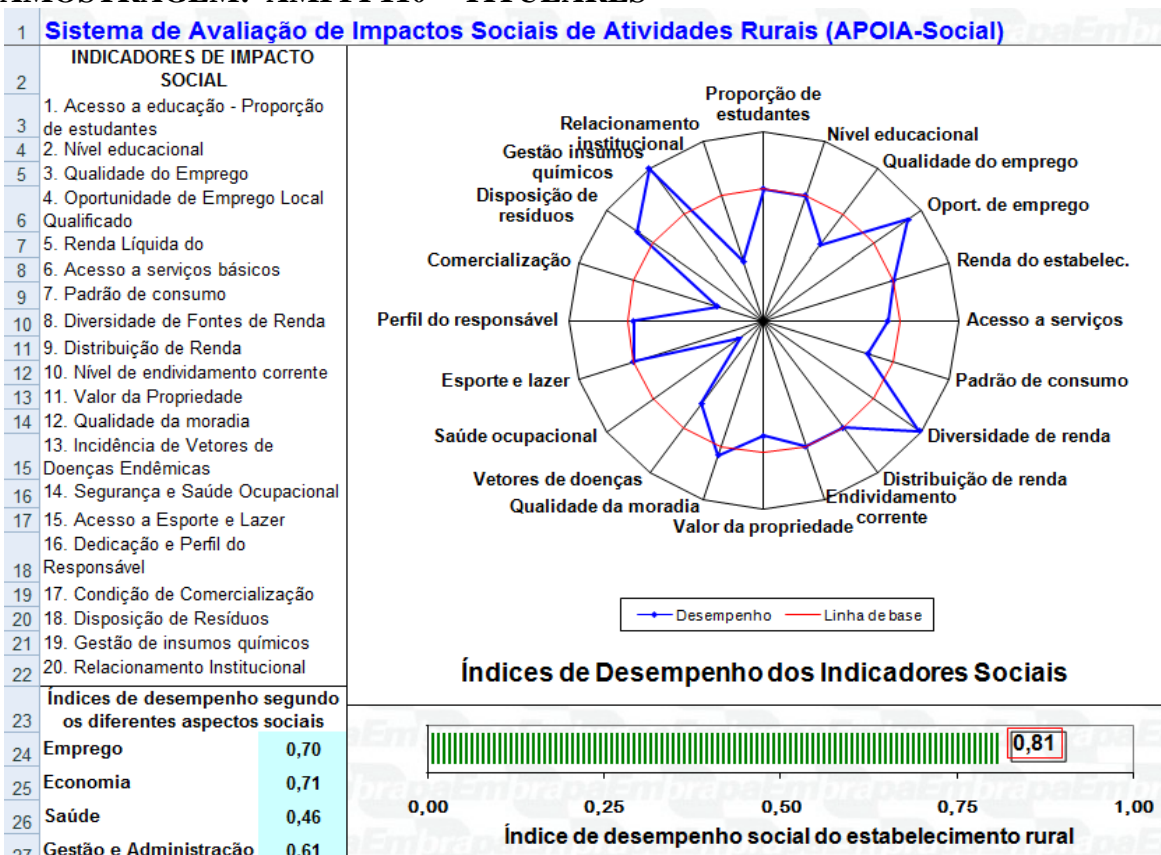
AMOSTRA: AMFFI 117 - AGRICULTOR POSSEIRO



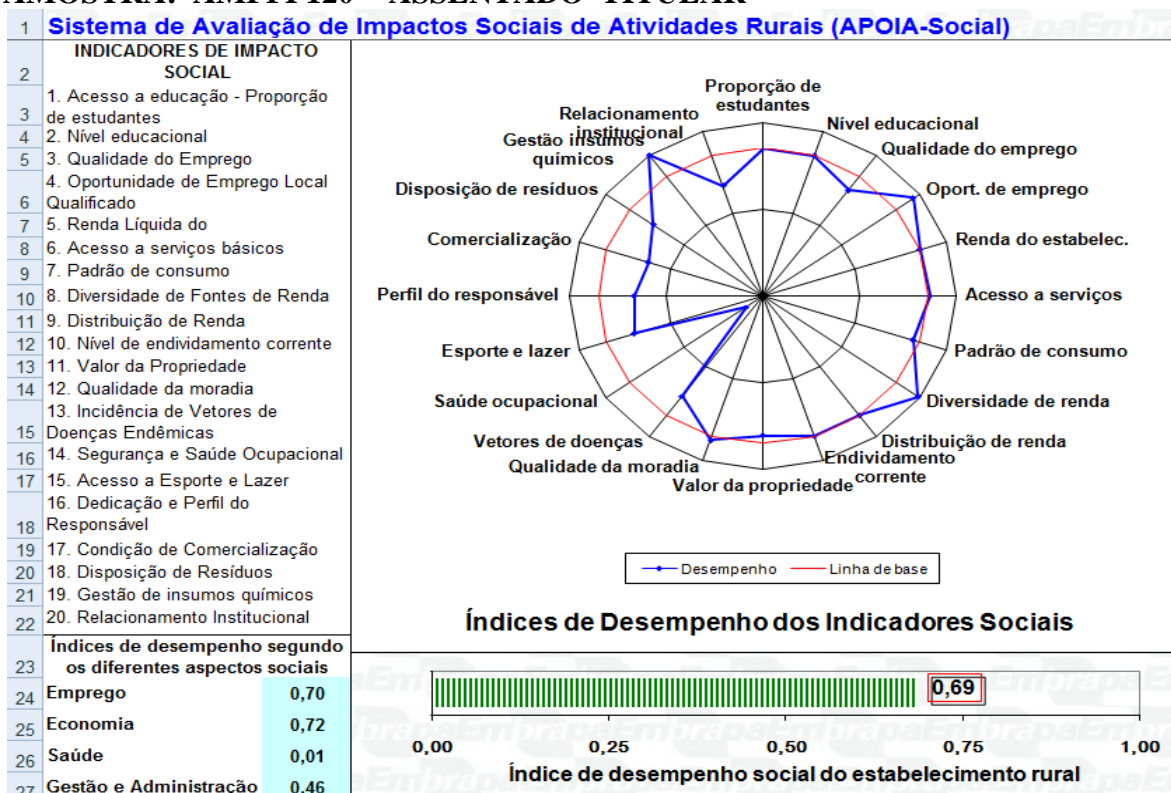
AMOSTRA: AMFFI 147 - AGRICULTOR POSSEIRO



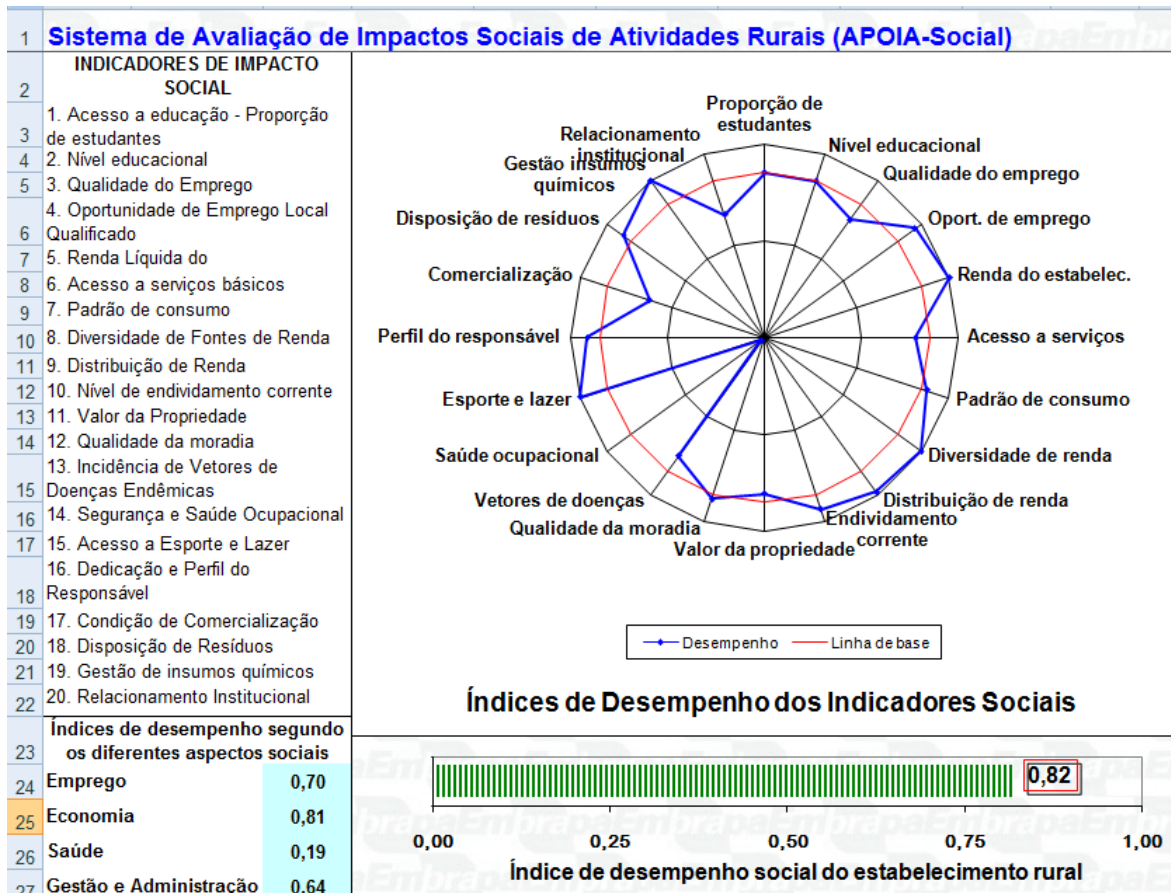
AMOSTRAGEM: AMFFI 110 - TITULARES



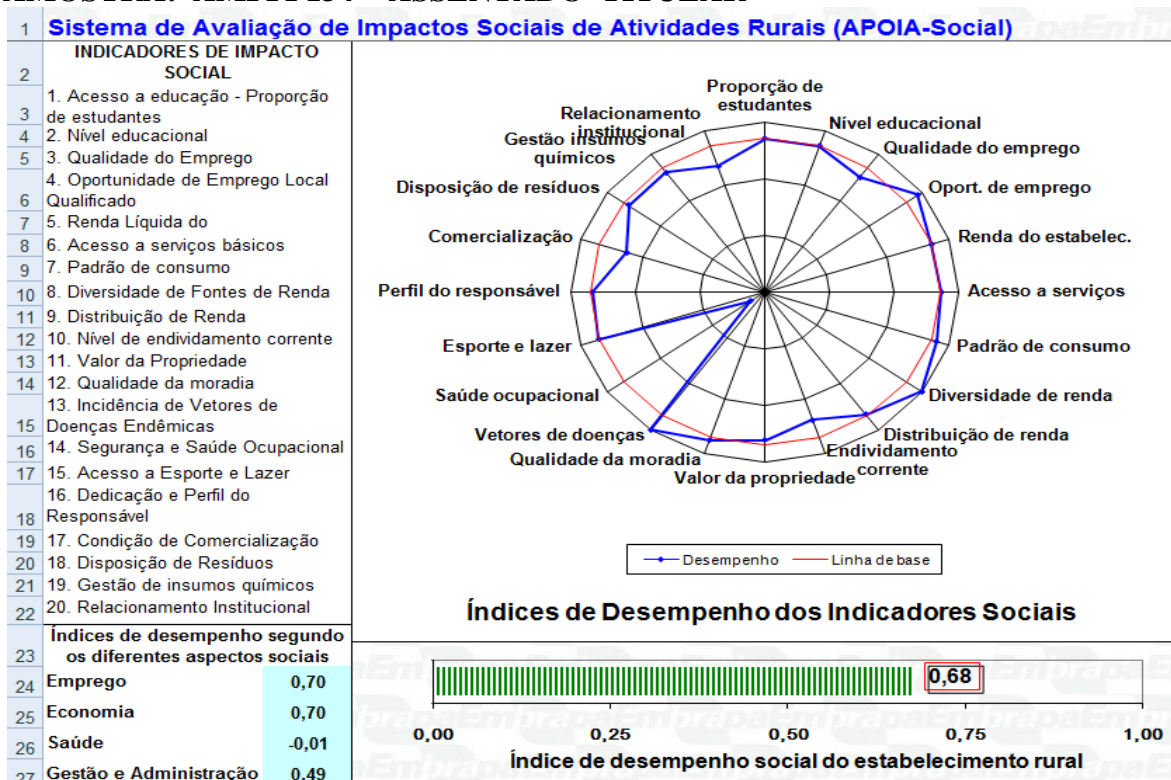
AMOSTRA: AMFFI 120 - ASSENTADO TITULAR



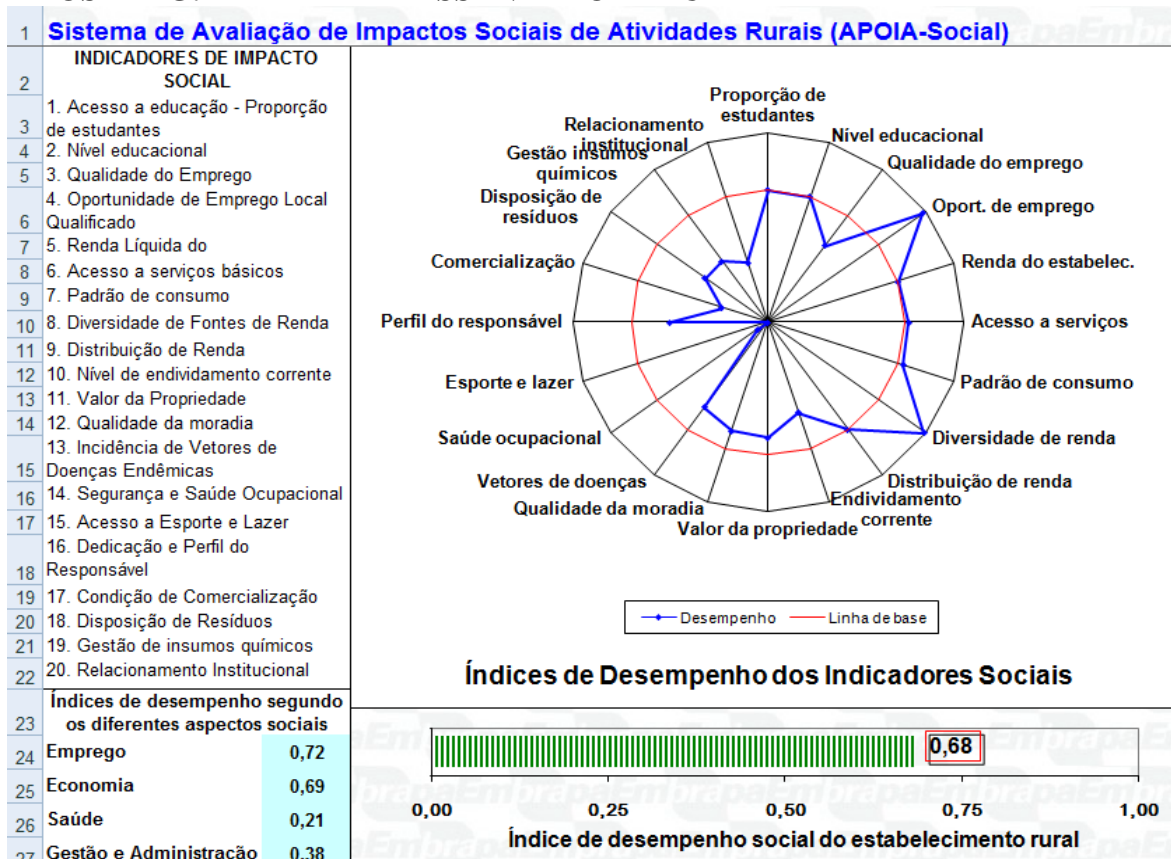
AMOSTRA: AMFFI 124 - ASSENTADO TITULAR



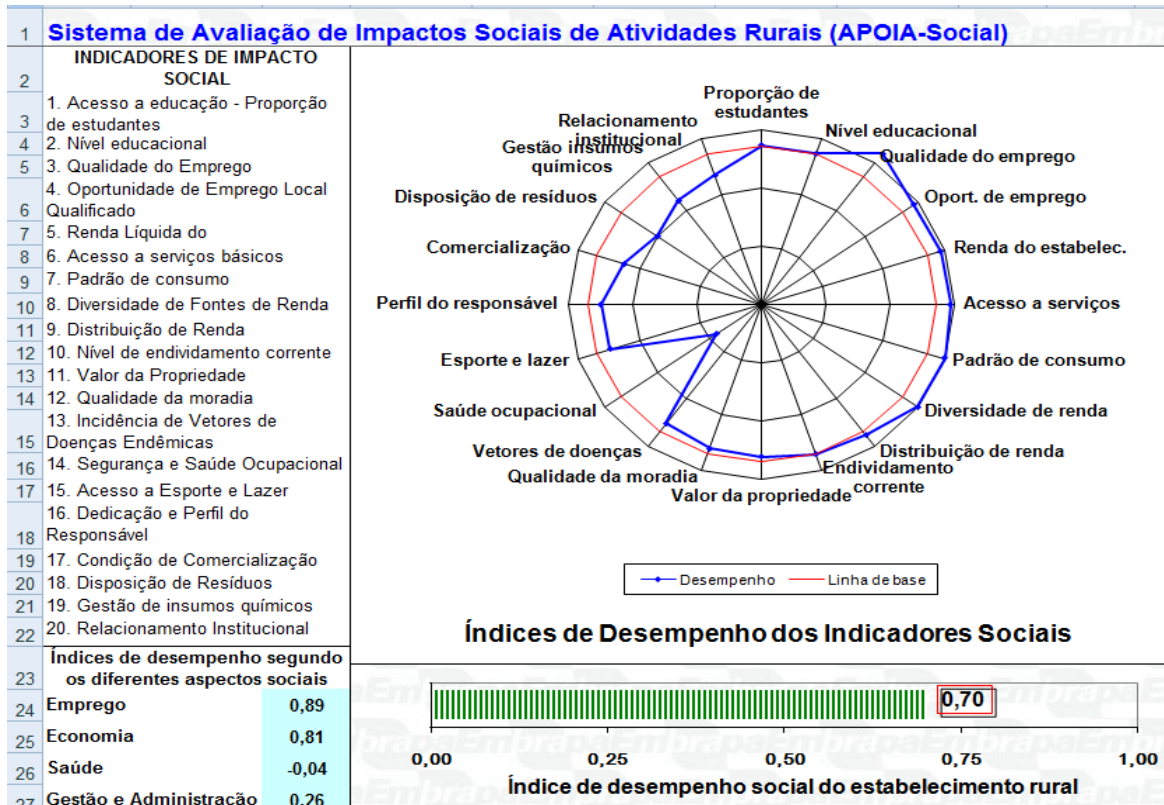
AMOSTRA: AMFFI 134 - ASSENTADO TITULAR



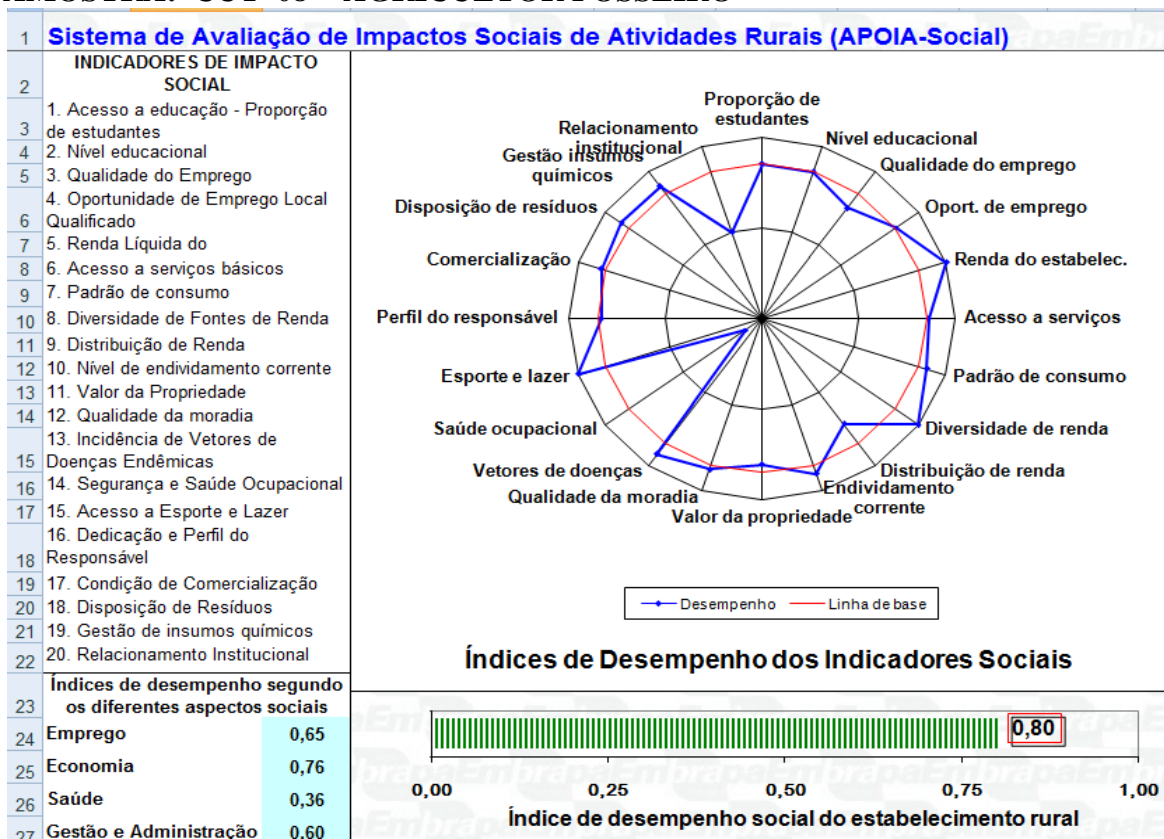
AMOSTRAG: AMFFI 144 - ASSENTADO TITULAR



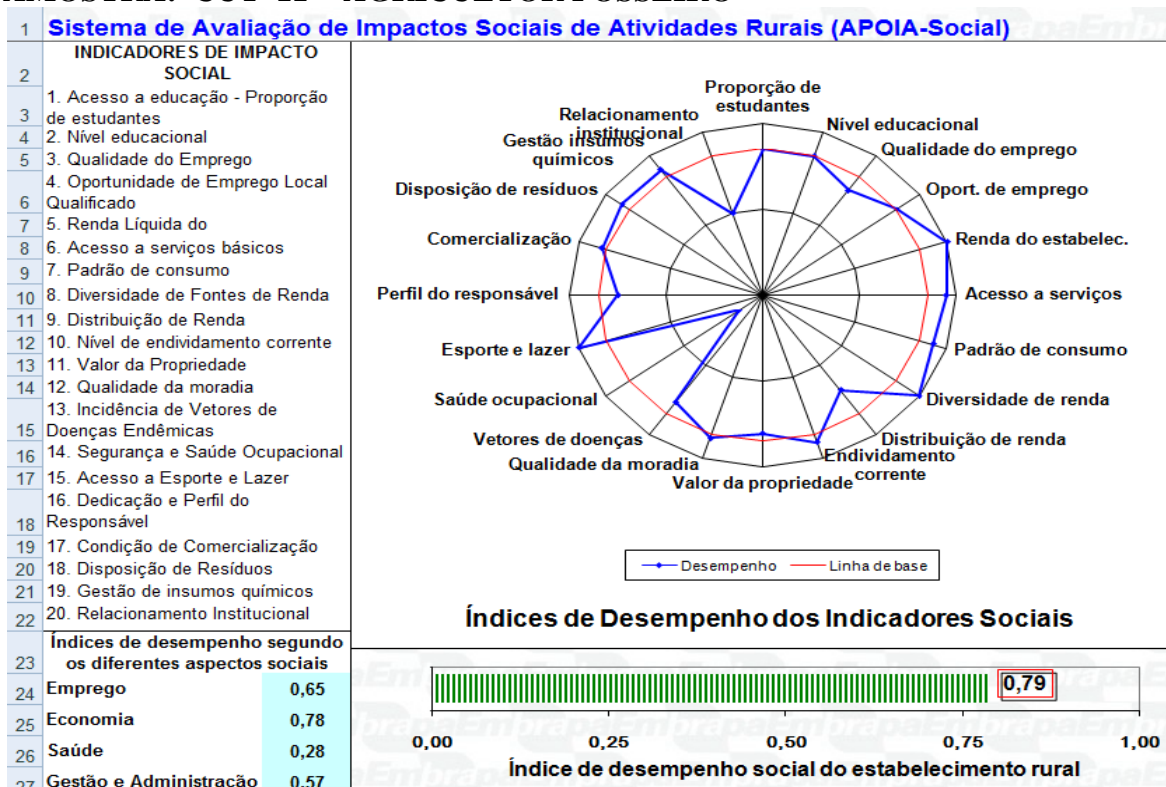
AMOSTRA: CUT 04 - AGRICULTOR POSSEIRO



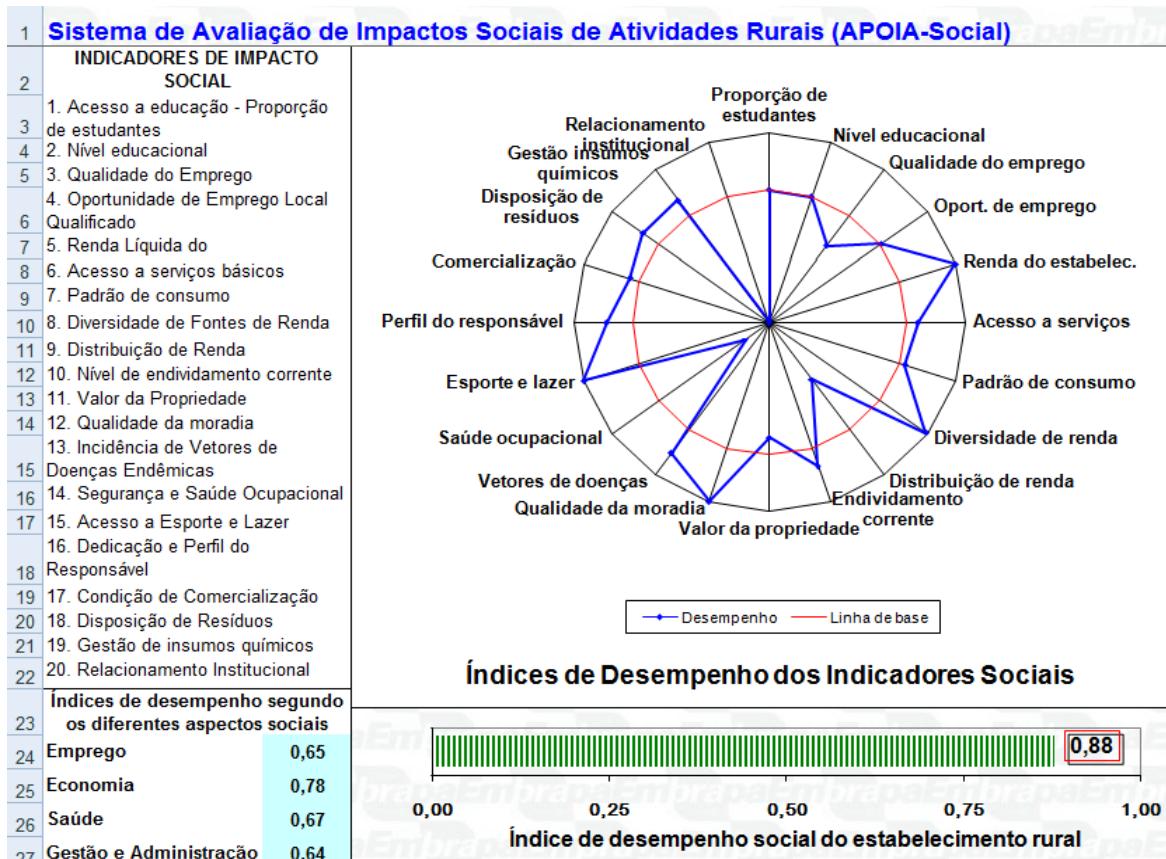
AMOSTRA: CUT 08 - AGRICULTOR POSSEIRO



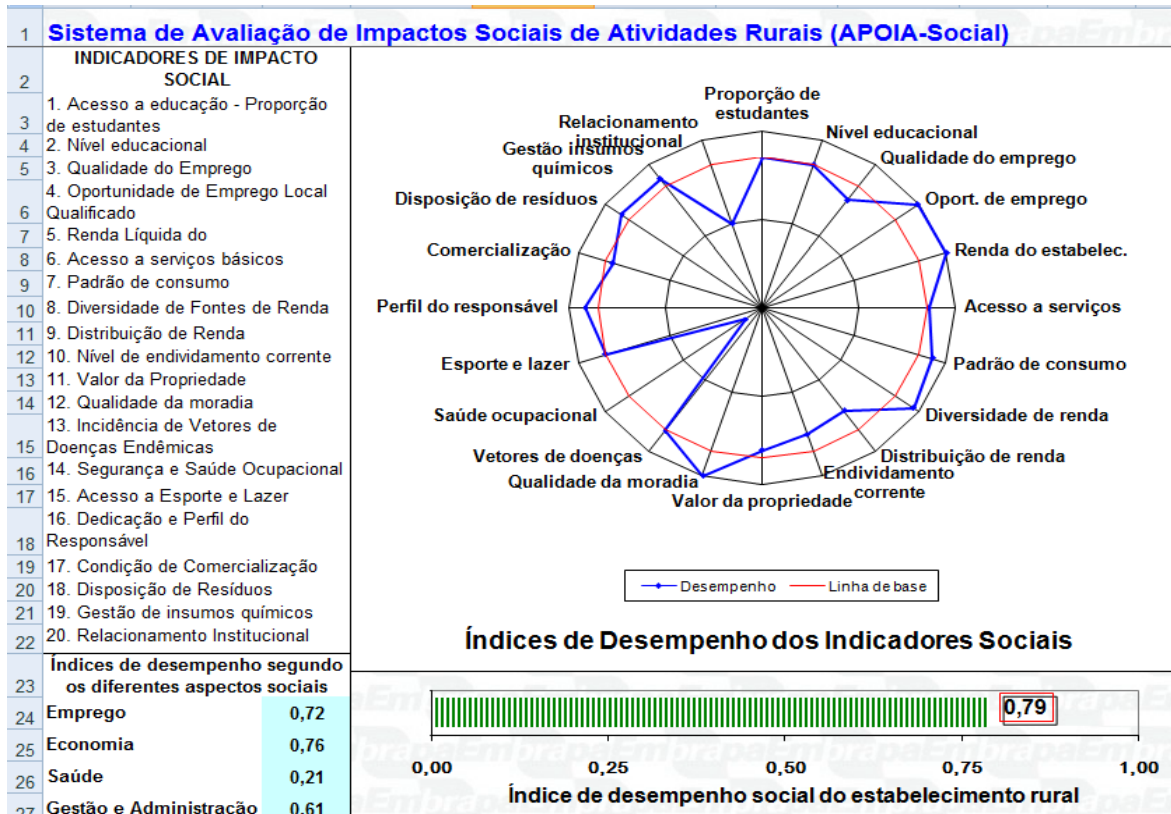
AMOSTRA: CUT 11 - AGRICULTOR POSSEIRO



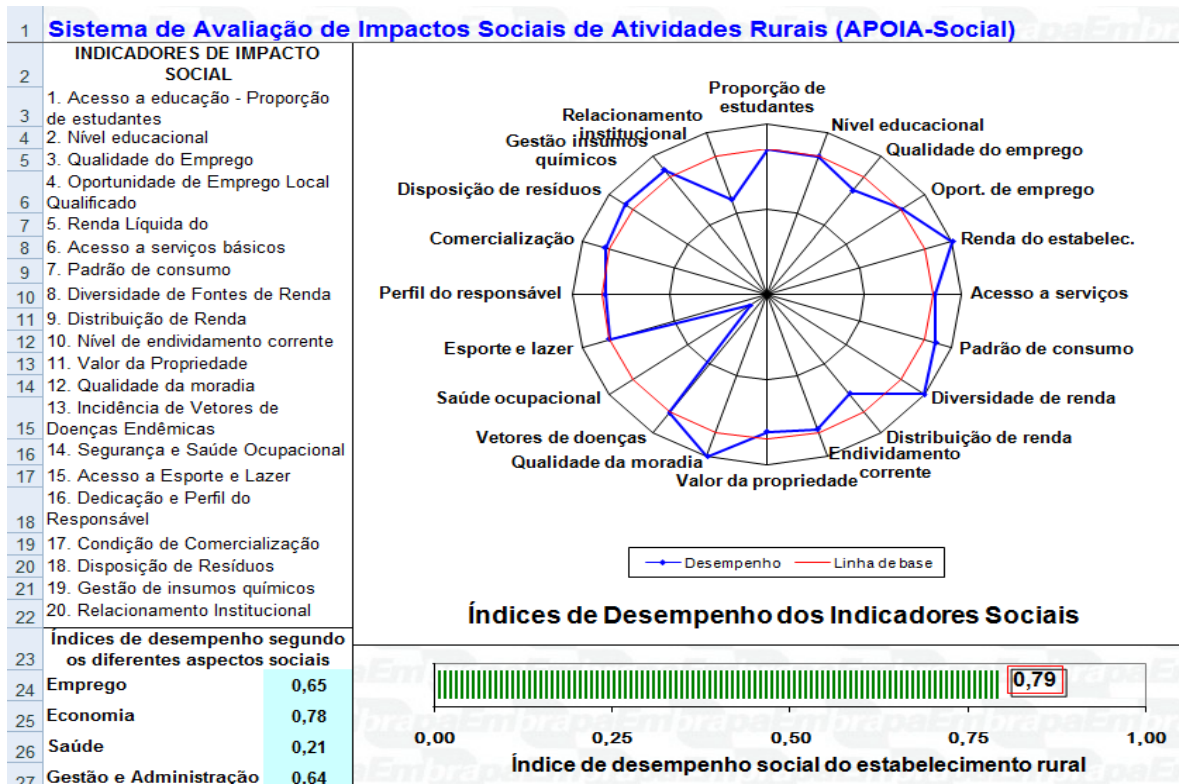
AMOSTRA: CUT 12 - AGRICULTOR POSSEIRO



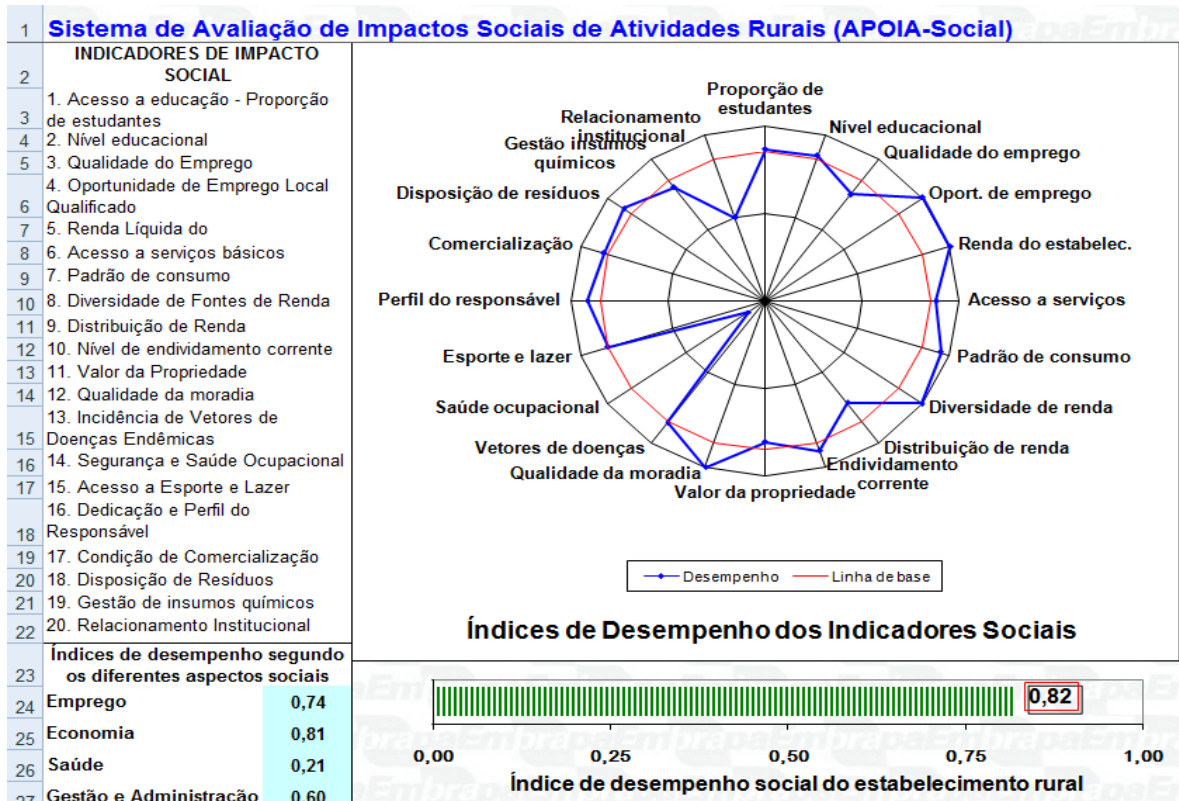
AMOSTRA: CUT 163 - AGRICULTOR POSSEIRO



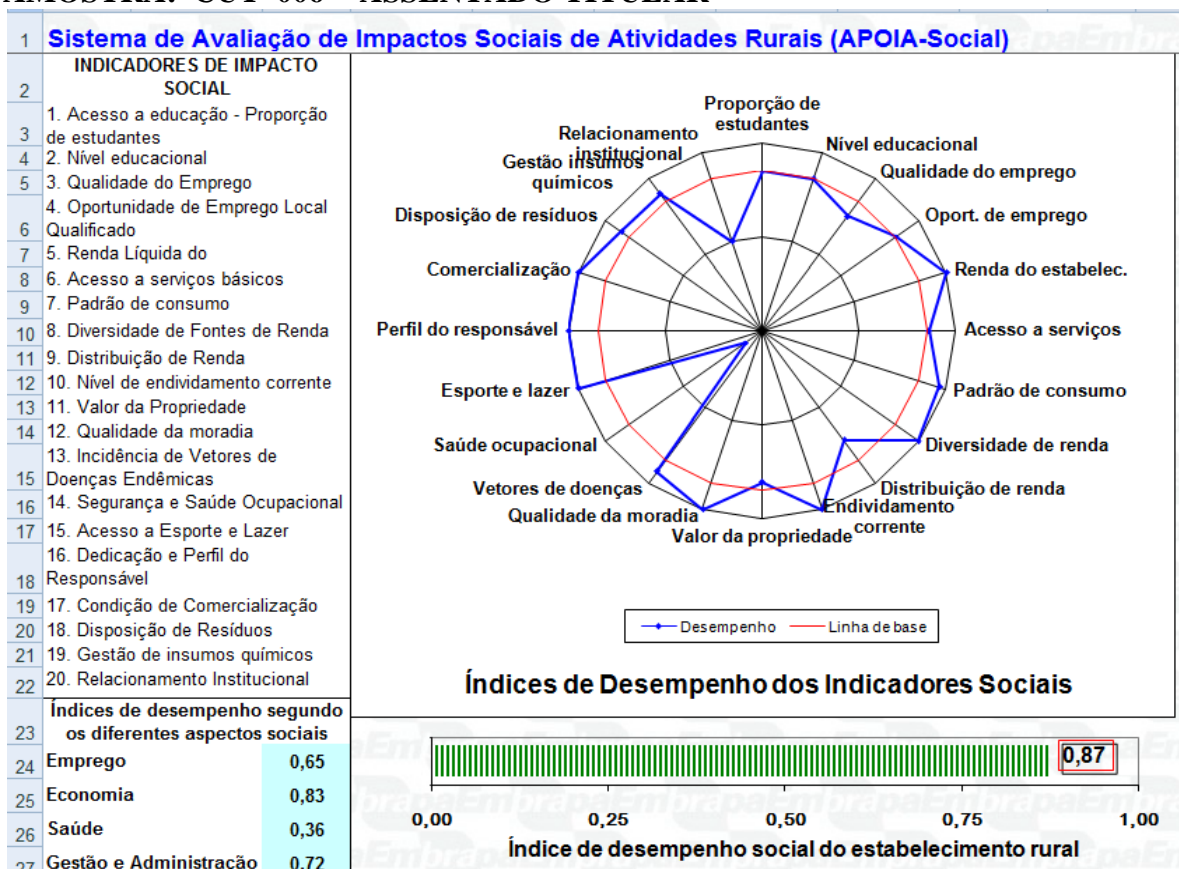
AMOSTRA: CUT 164 - AGRICULTOR POSSEIRO



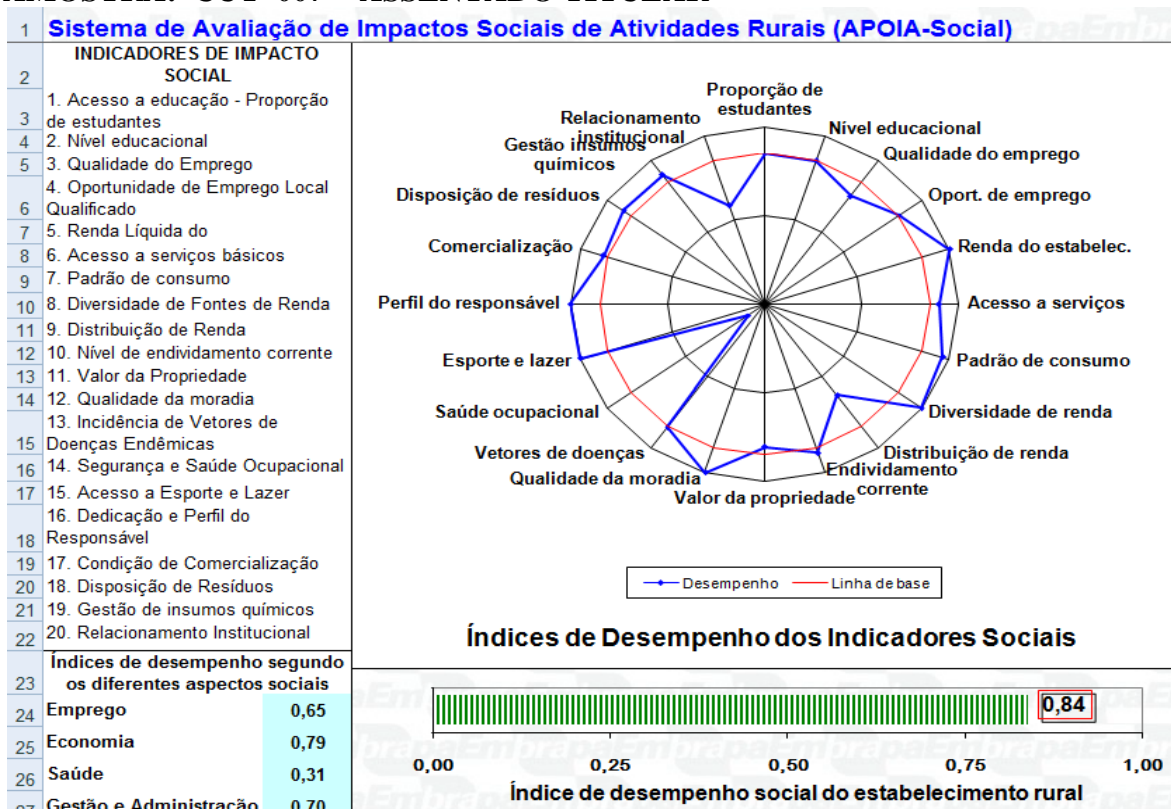
AMOSTRA: CUT 002 - ASSENTADO TITULAR



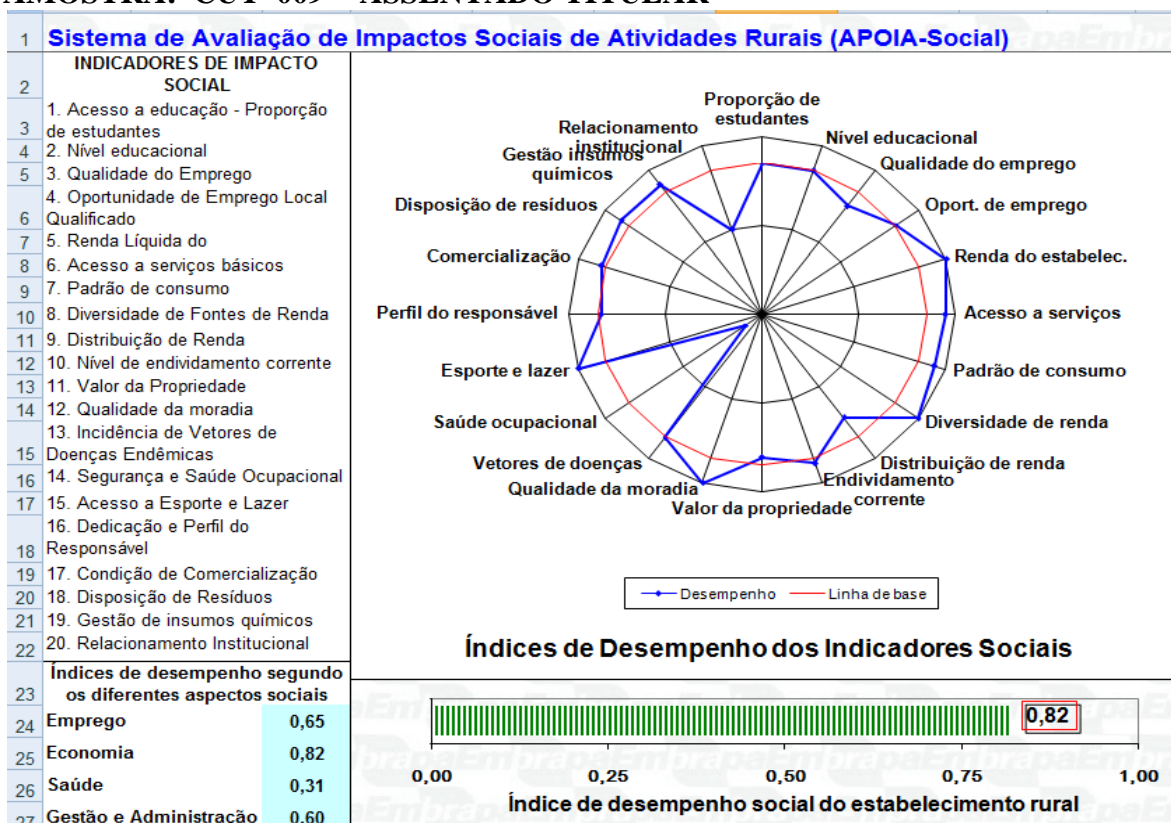
AMOSTRA: CUT 006 - ASSENTADO TITULAR



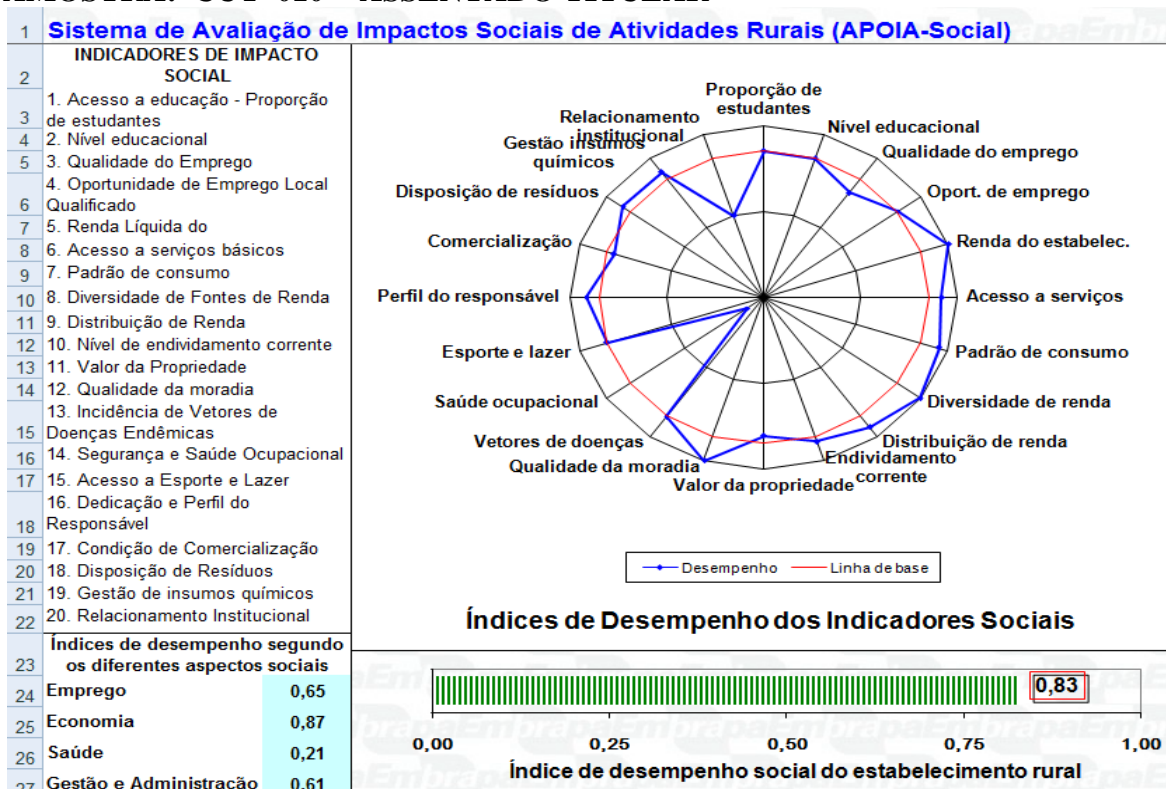
AMOSTRA: CUT 007 - ASSENTADO TITULAR



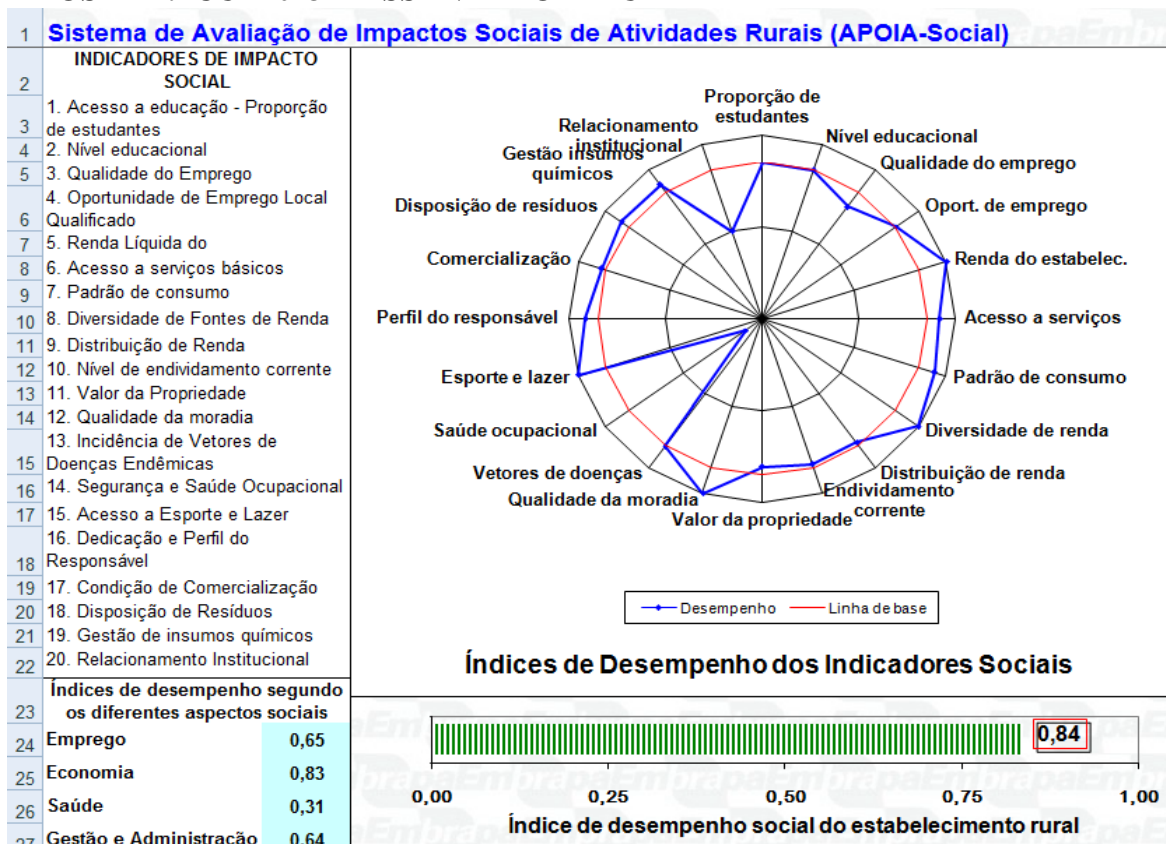
AMOSTRA: CUT 009 - ASSENTADO TITULAR



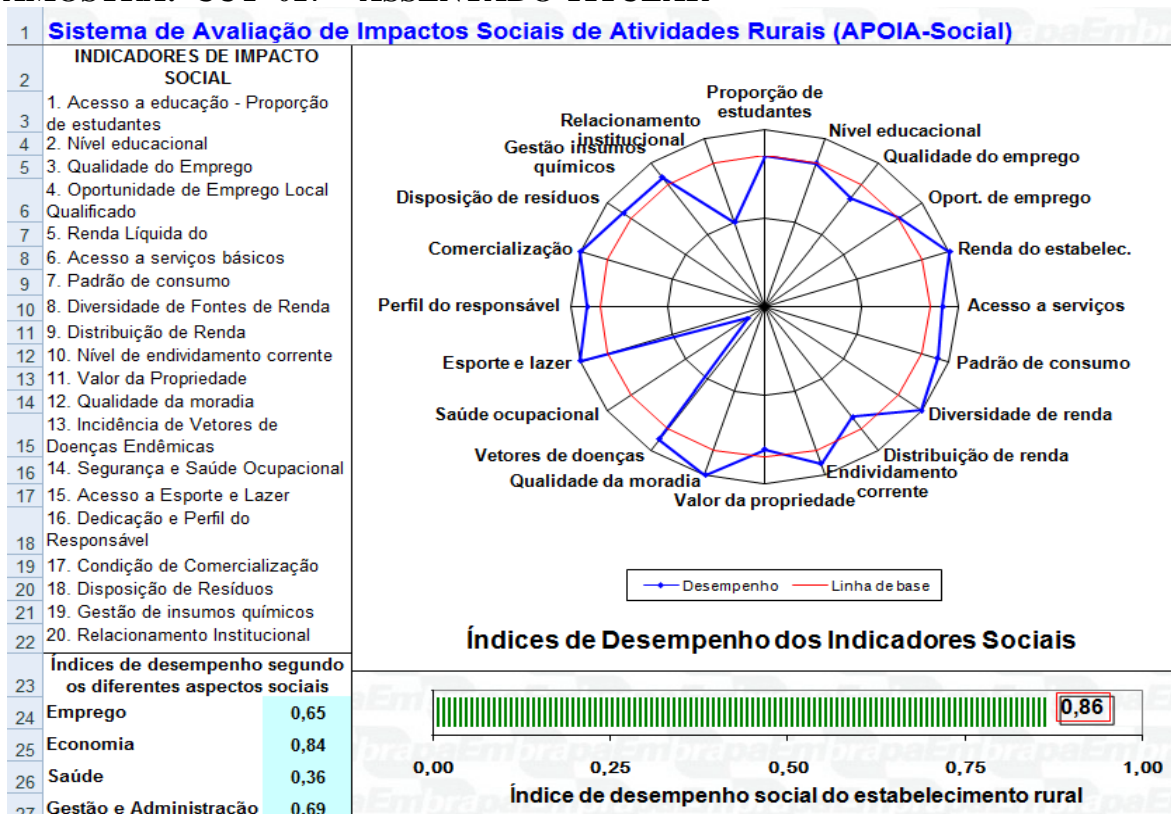
AMOSTRA: CUT 010 - ASSENTADO TITULAR



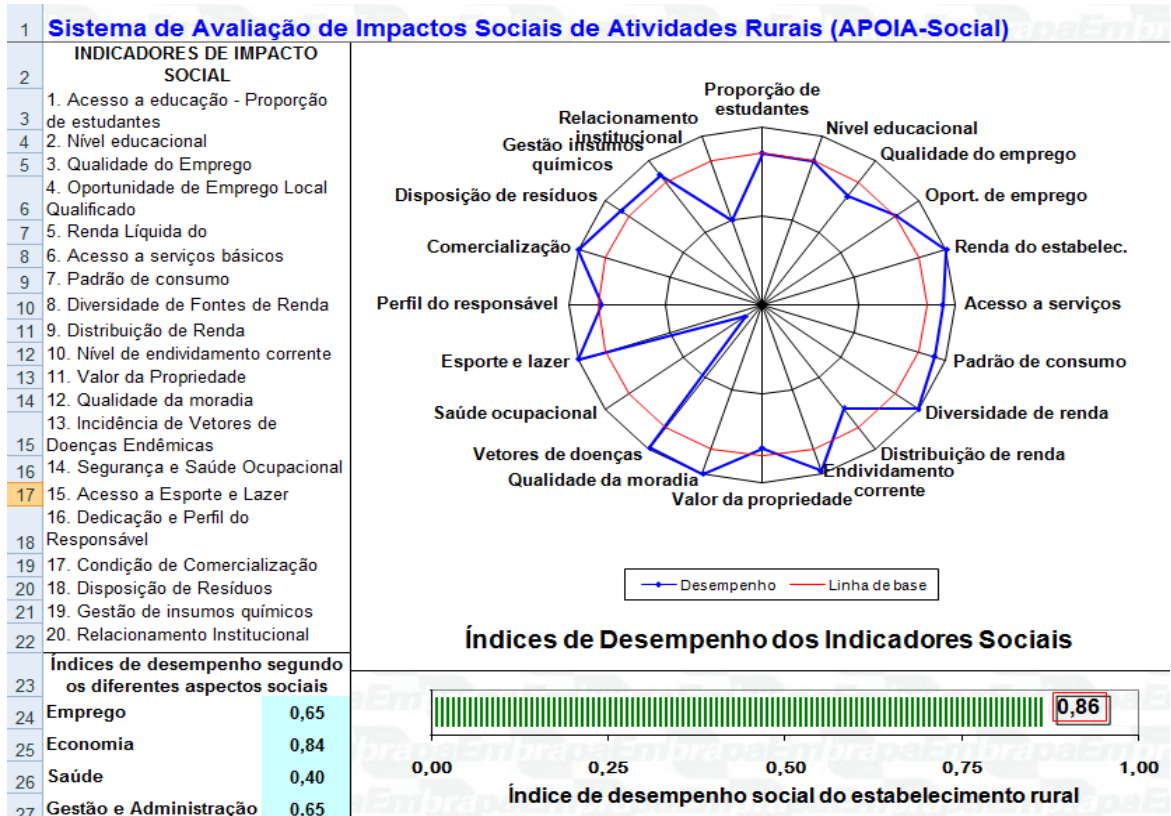
AMOSTRA: CUT 013 - ASSENTADO TITULAR



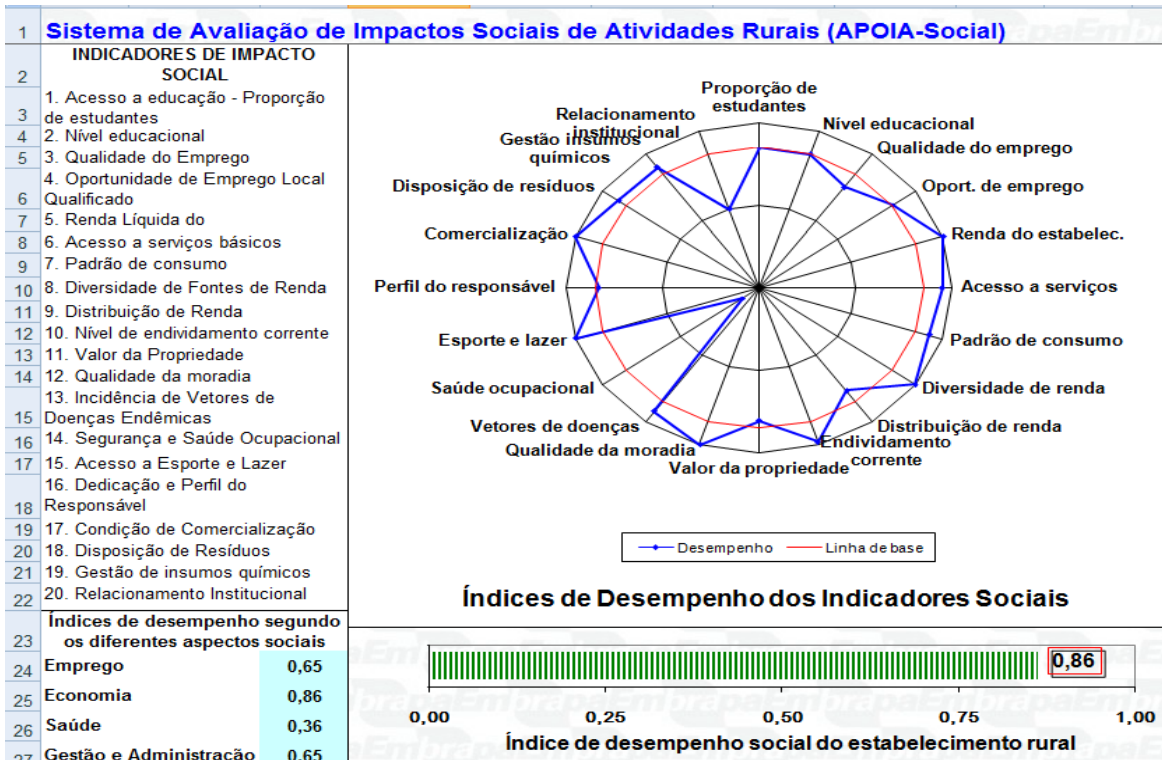
AMOSTRA: CUT 017 - ASSENTADO TITULAR



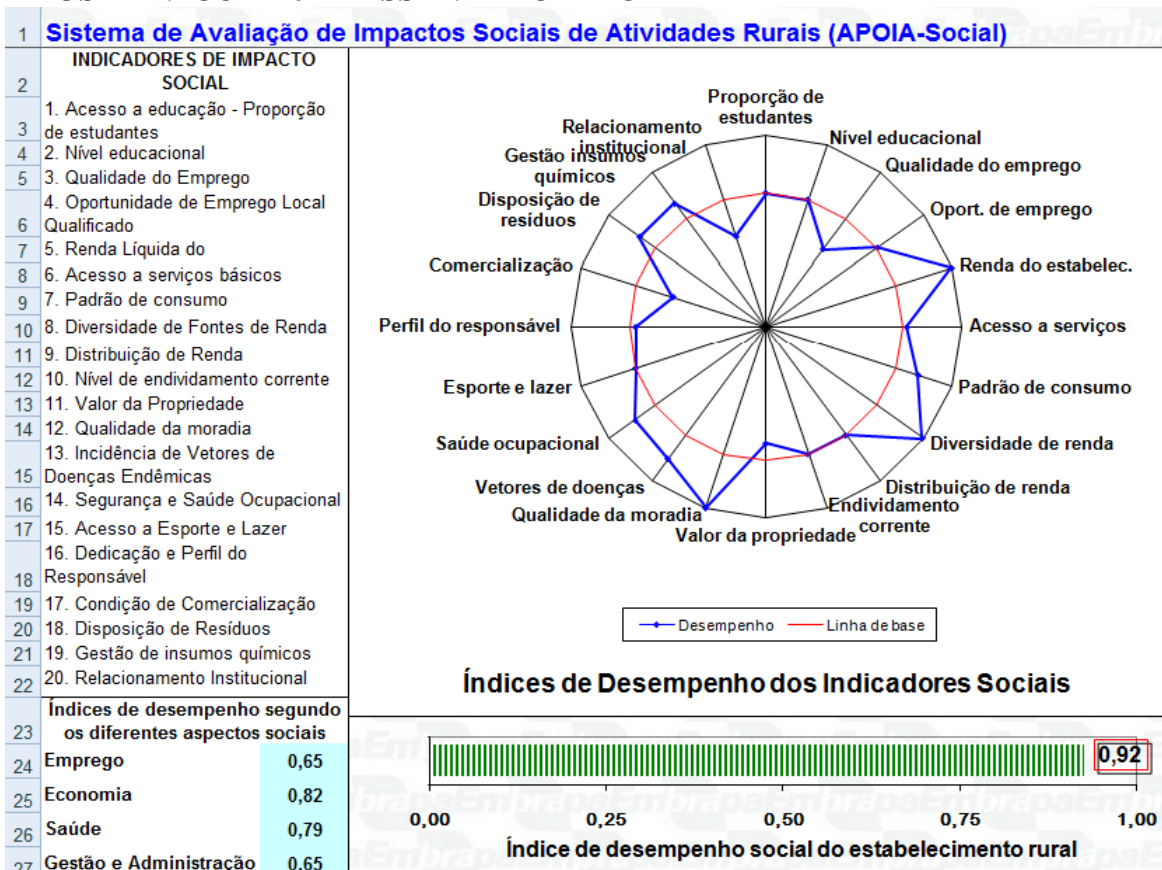
AMOSTRA: CUT 018 - ASSENTADO TITULAR



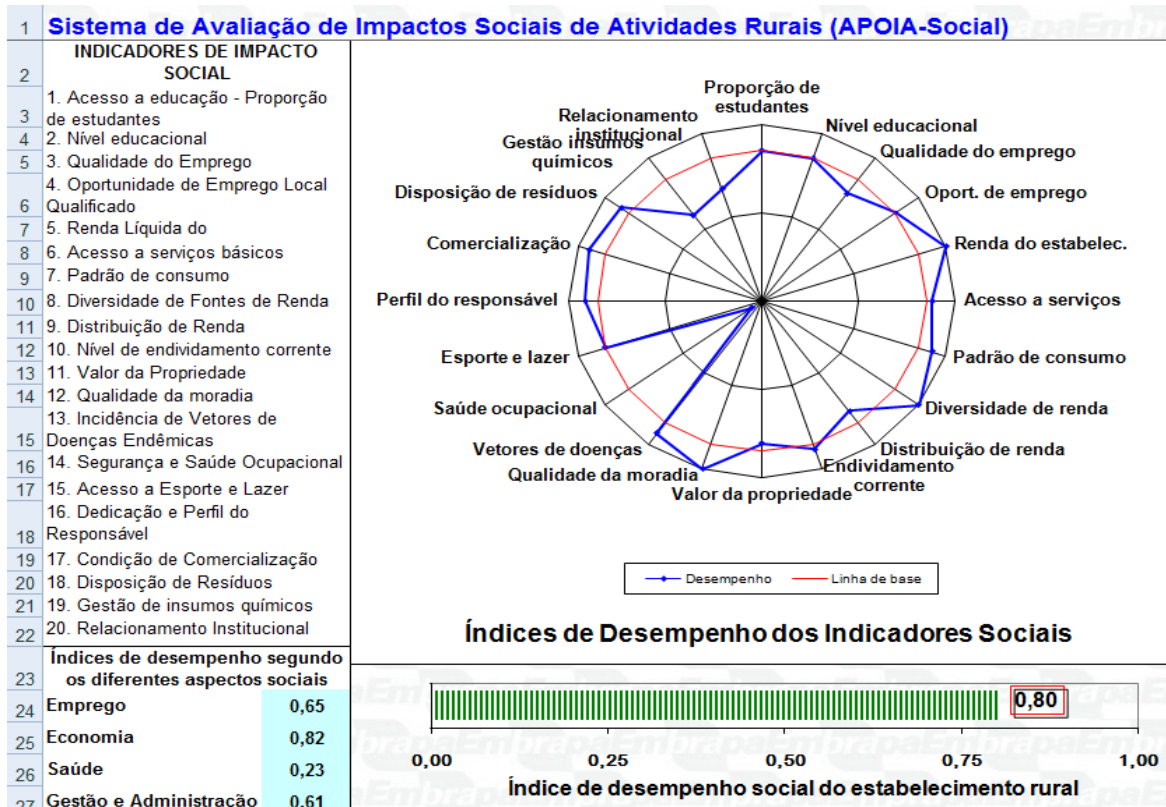
AMOSTRA: CUT 019 - ASSENTADO TITULAR



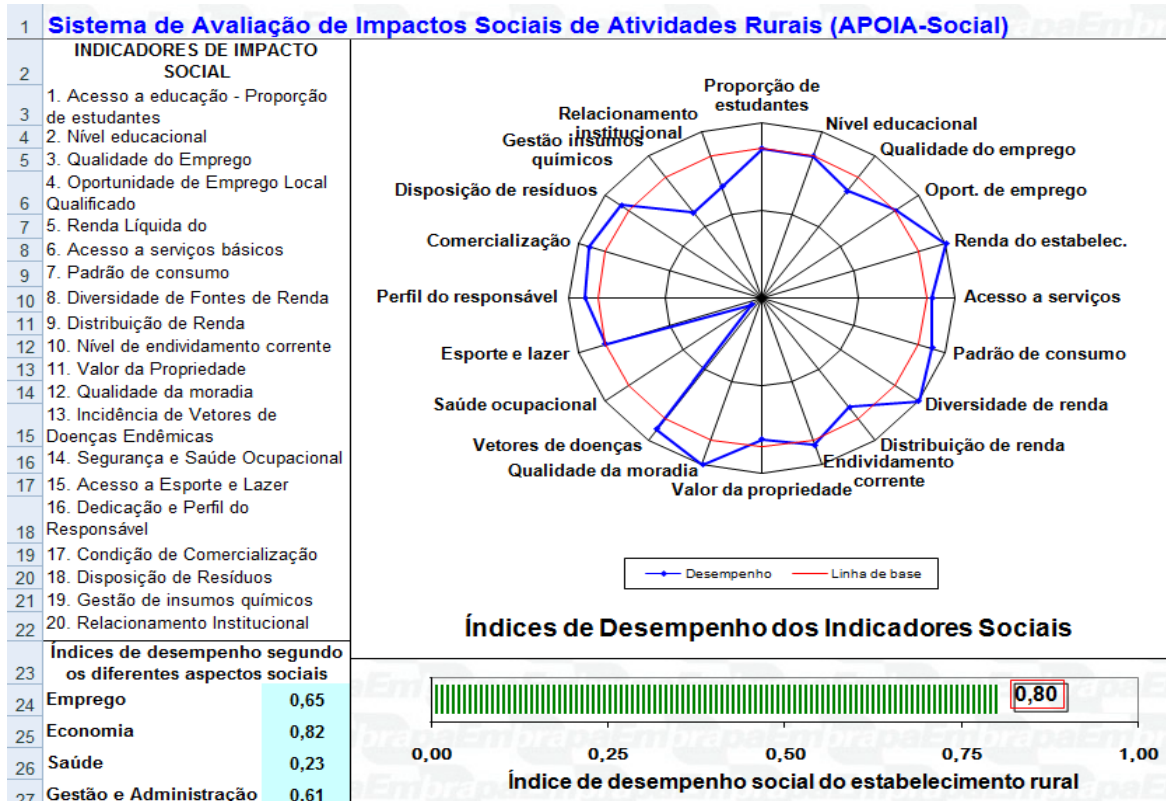
AMOSTRA: CUT 267 - ASSENTADO TITULAR



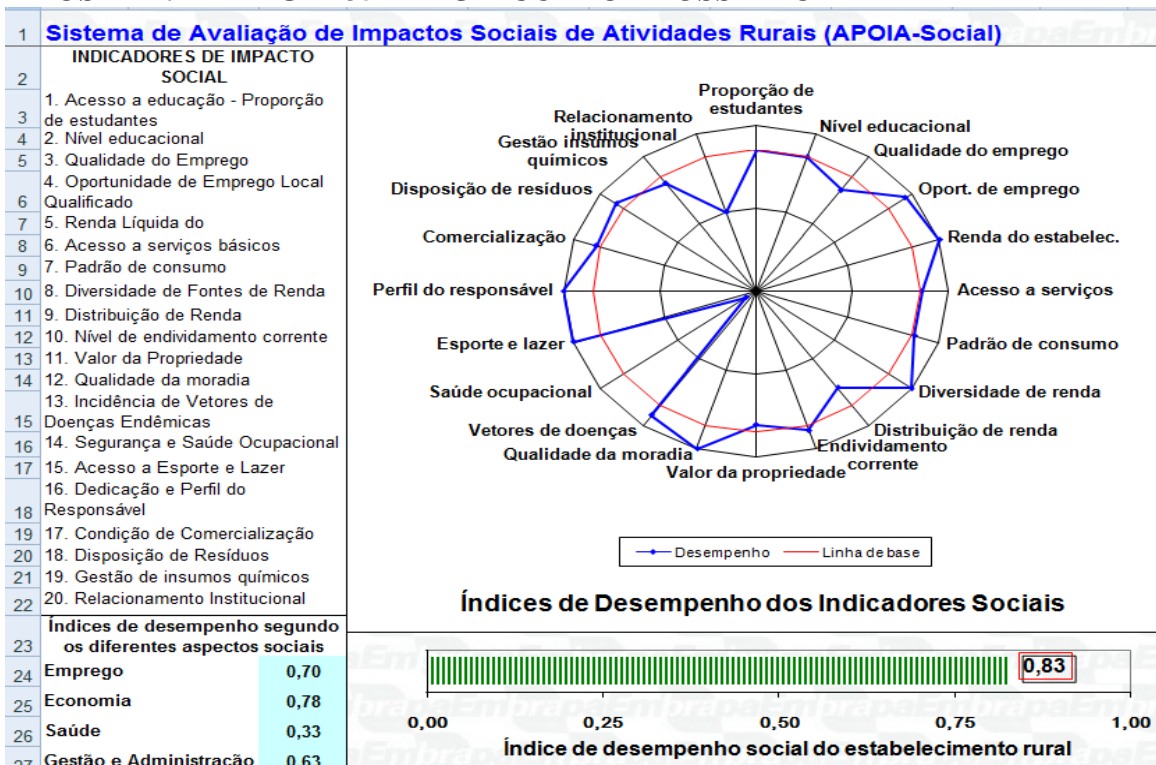
AMOSTRA: FETAGRI 303 – AGRICULTOR POSSEIRO



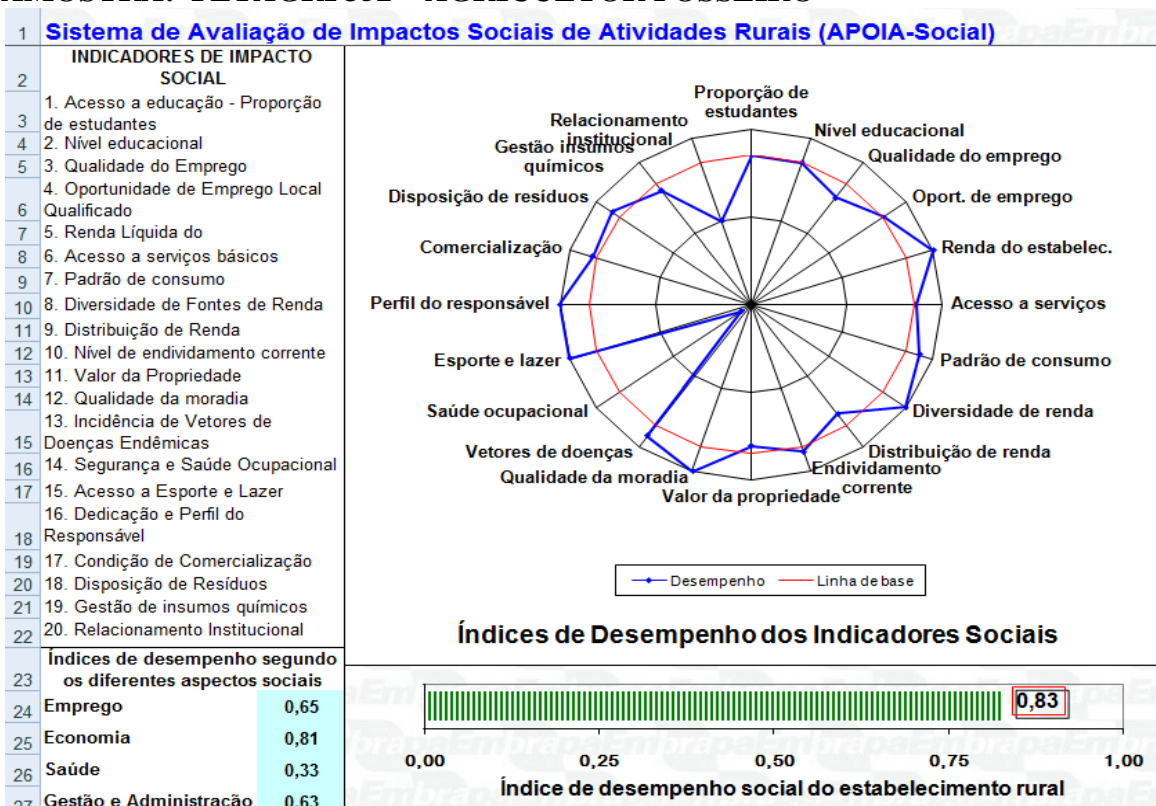
AMOSTRA: FETAGRI 350 – AGRICULTOR POSSEIRO



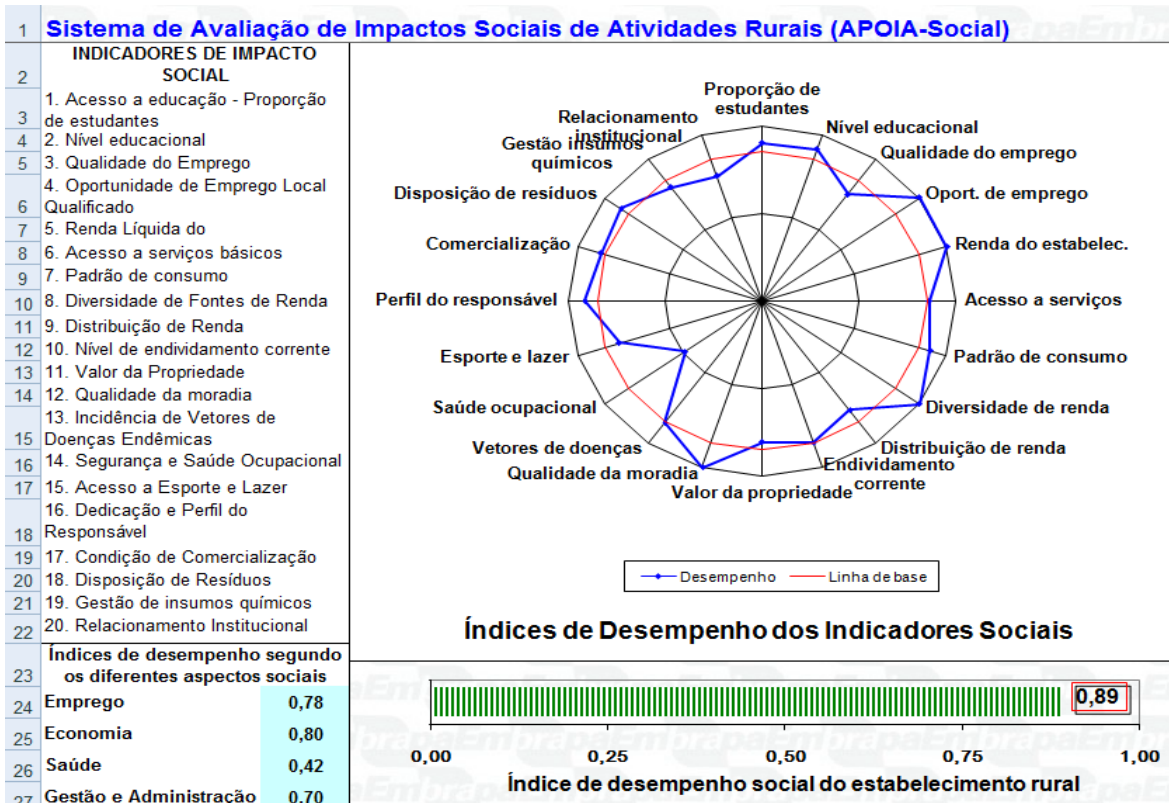
AMOSTRA: FETAGRI 351 – AGRICULTOR POSSEIRO



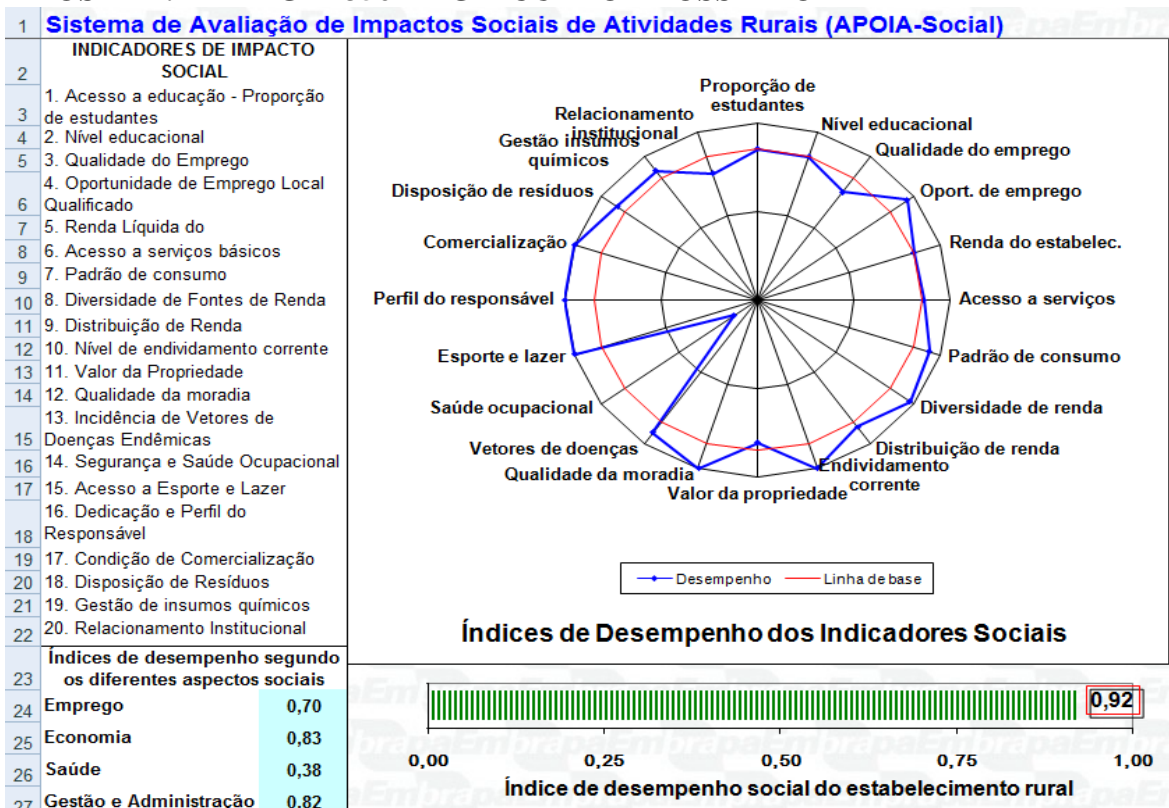
AMOSTRA: FETAGRI 352 – AGRICULTOR POSSEIRO



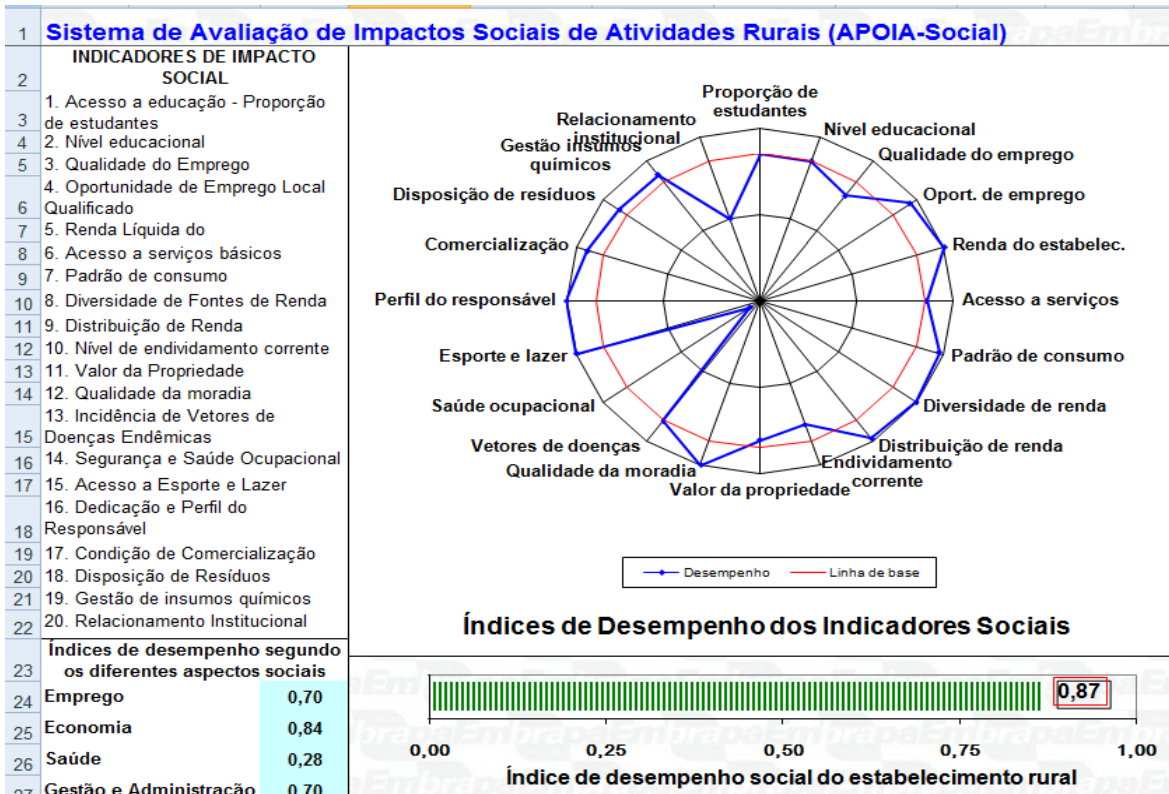
AMOSTRA: FETAGRI 353 – AGRICULTOR POSSEIRO



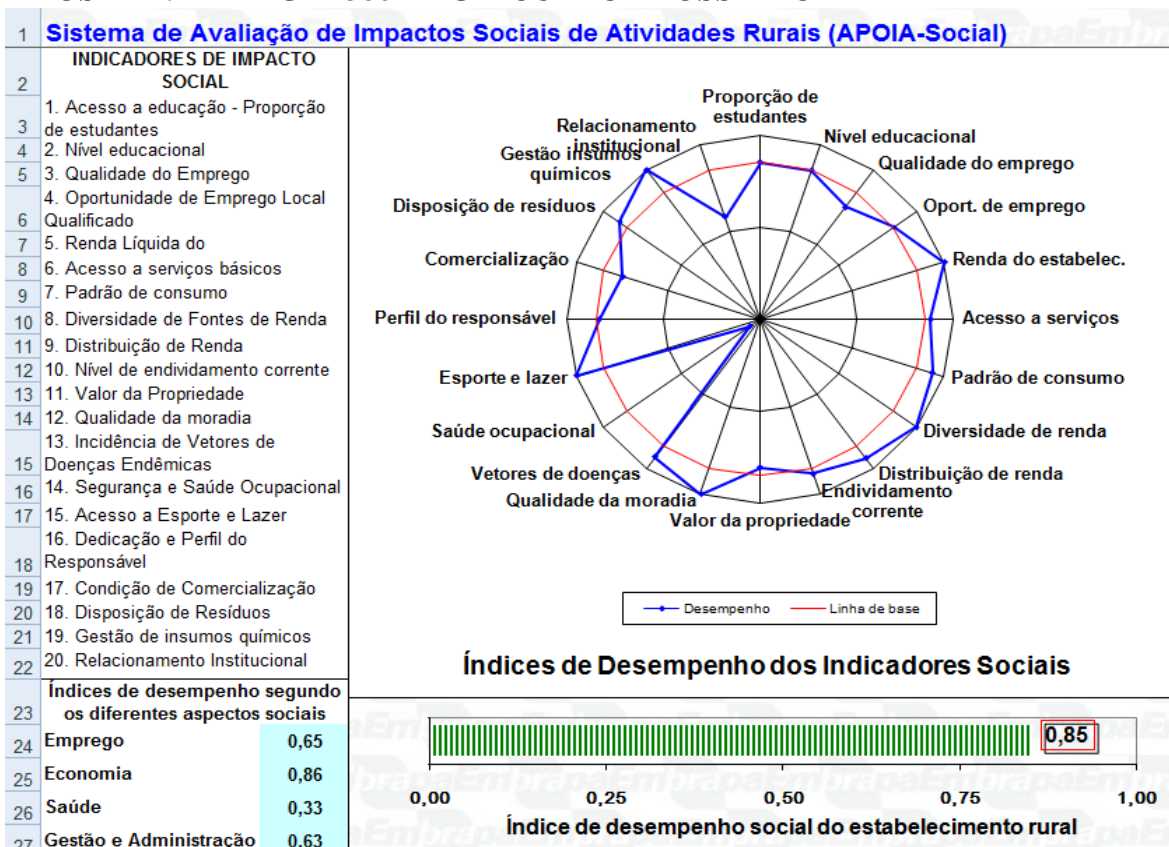
AMOSTRA: FETAGRI 356 – AGRICULTOR POSSEIRO



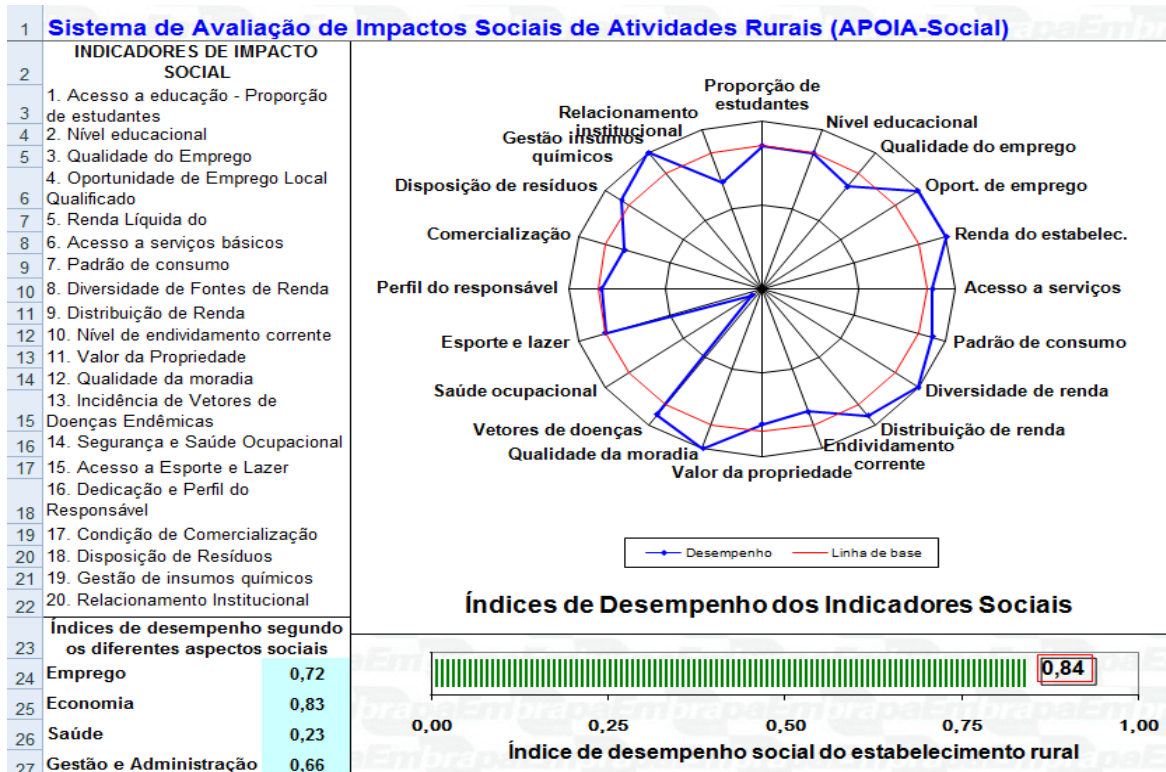
AMOSTRA: FETAGRI 358 – AGRICULTOR POSSEIRO



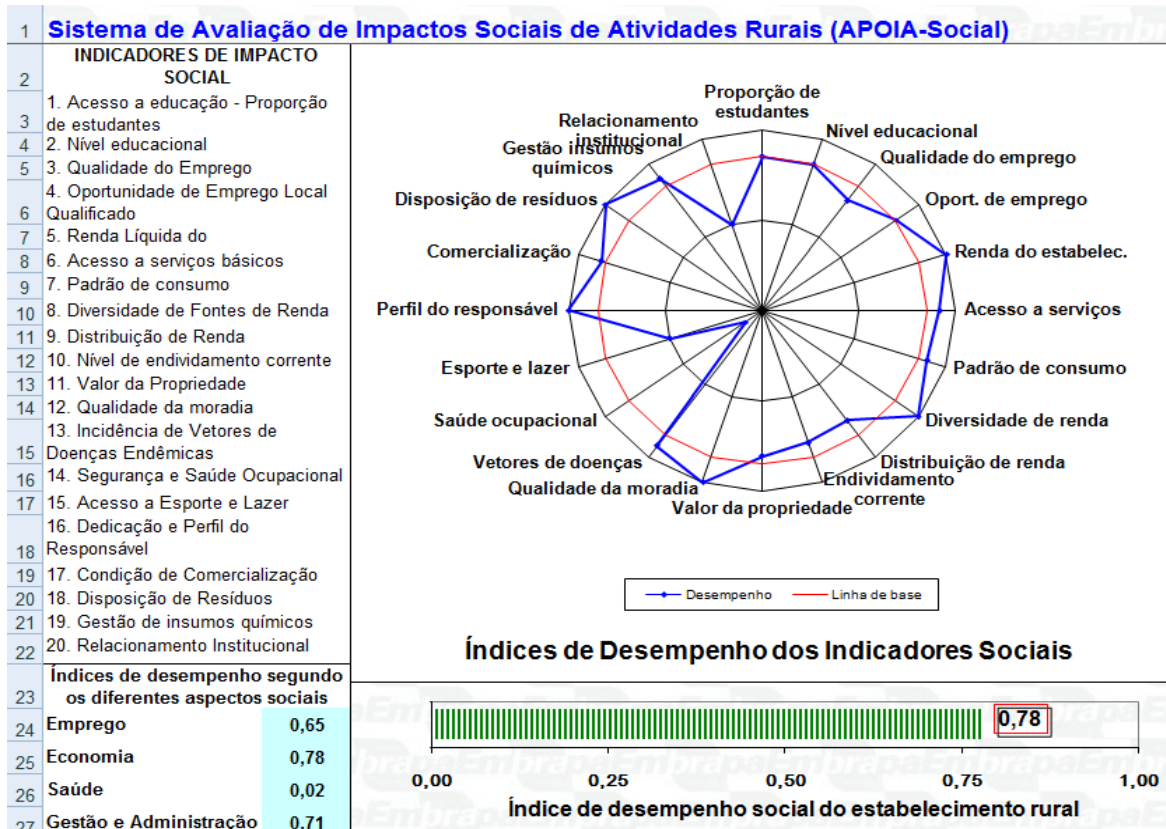
AMOSTRA: FETAGRI 386 – AGRICULTOR POSSEIRO



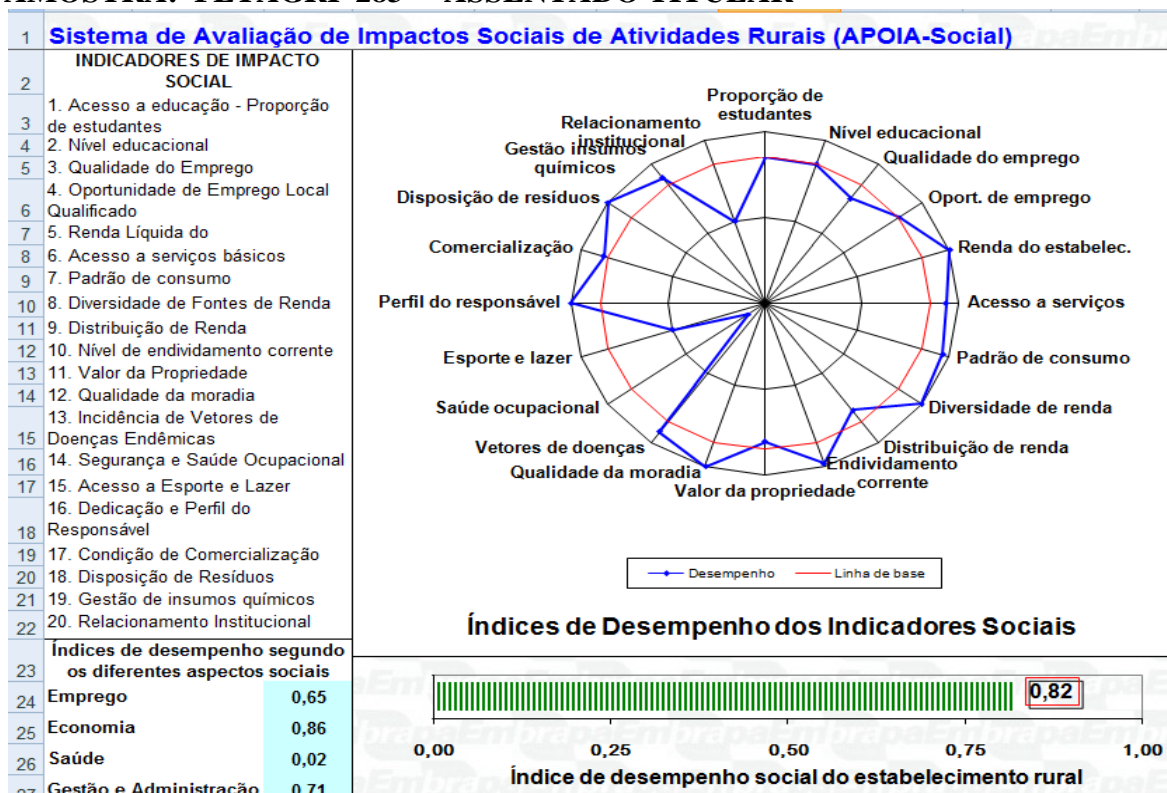
AMOSTRA: FETAGRI 389 – AGRICULTOR POSSEIRO



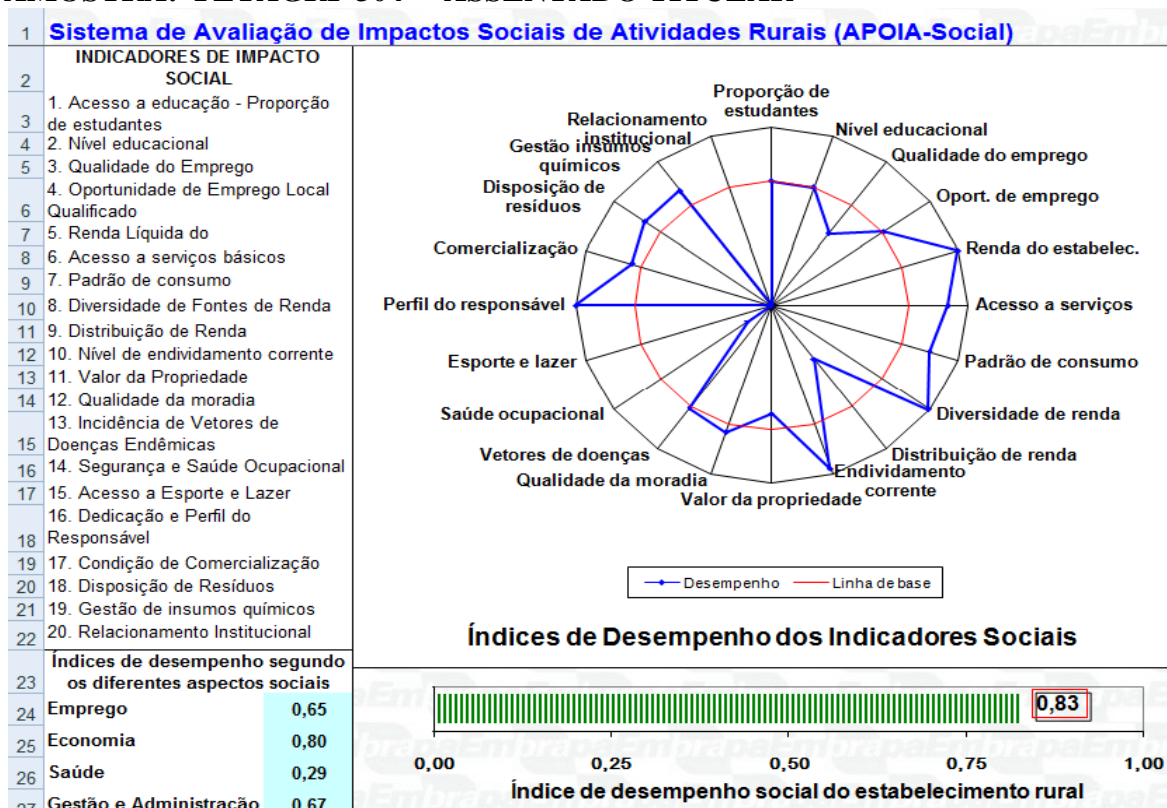
AMOSTRA: FETAGRI 072 – ASSENTADO TITULAR



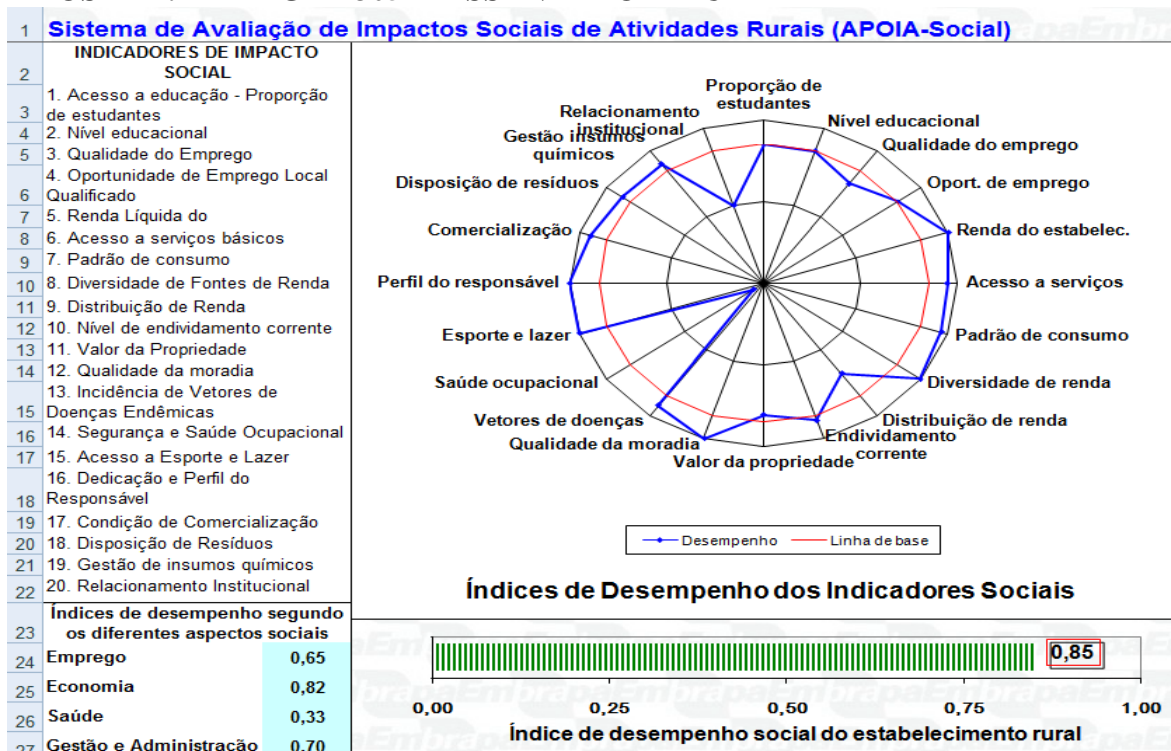
AMOSTRA: FETAGRI 283 – ASSENTADO TITULAR



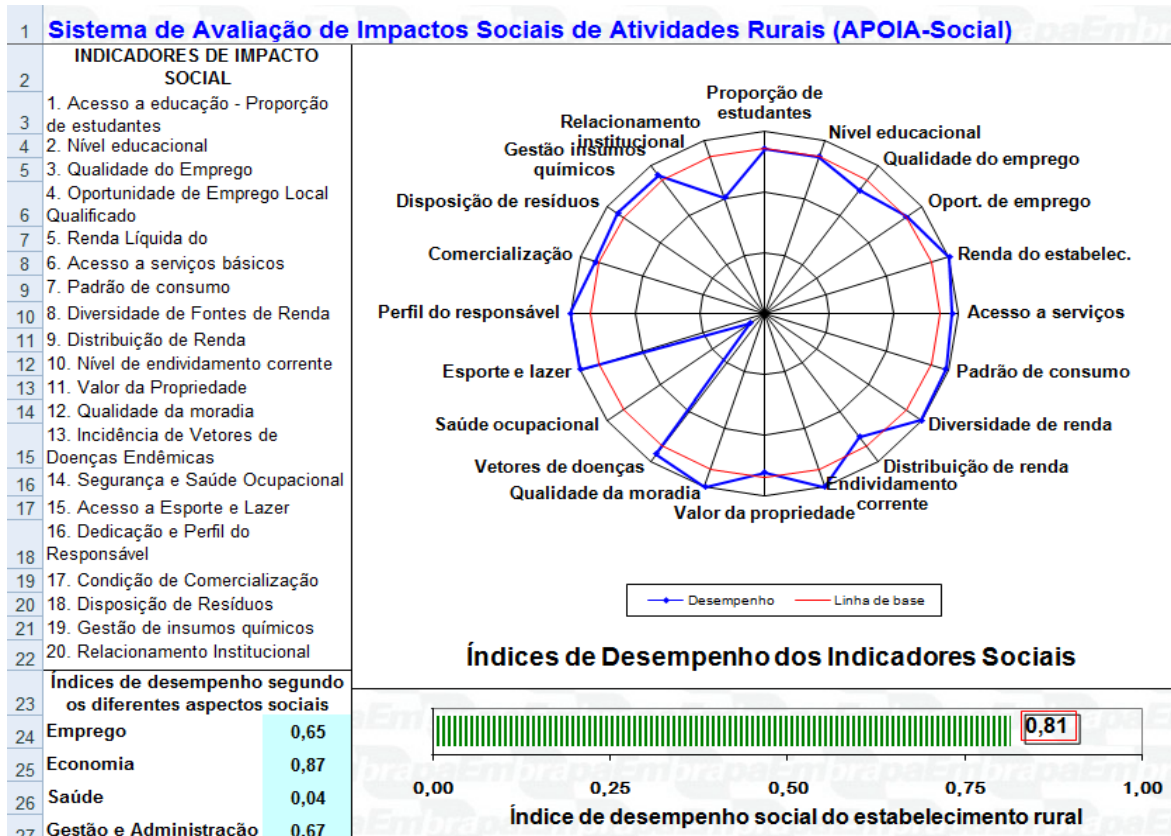
AMOSTRA: FETAGRI 304 – ASSENTADO TITULAR



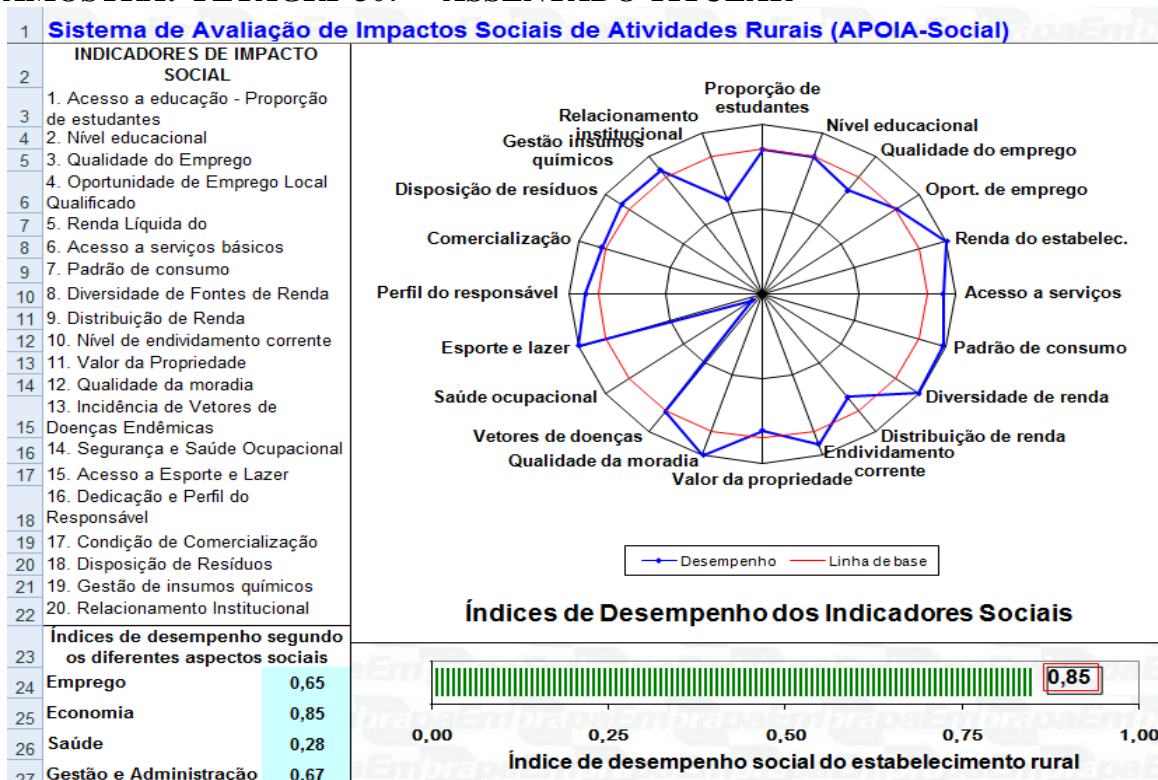
AMOSTRA: FETAGRI 305 – ASSENTADO TITULAR



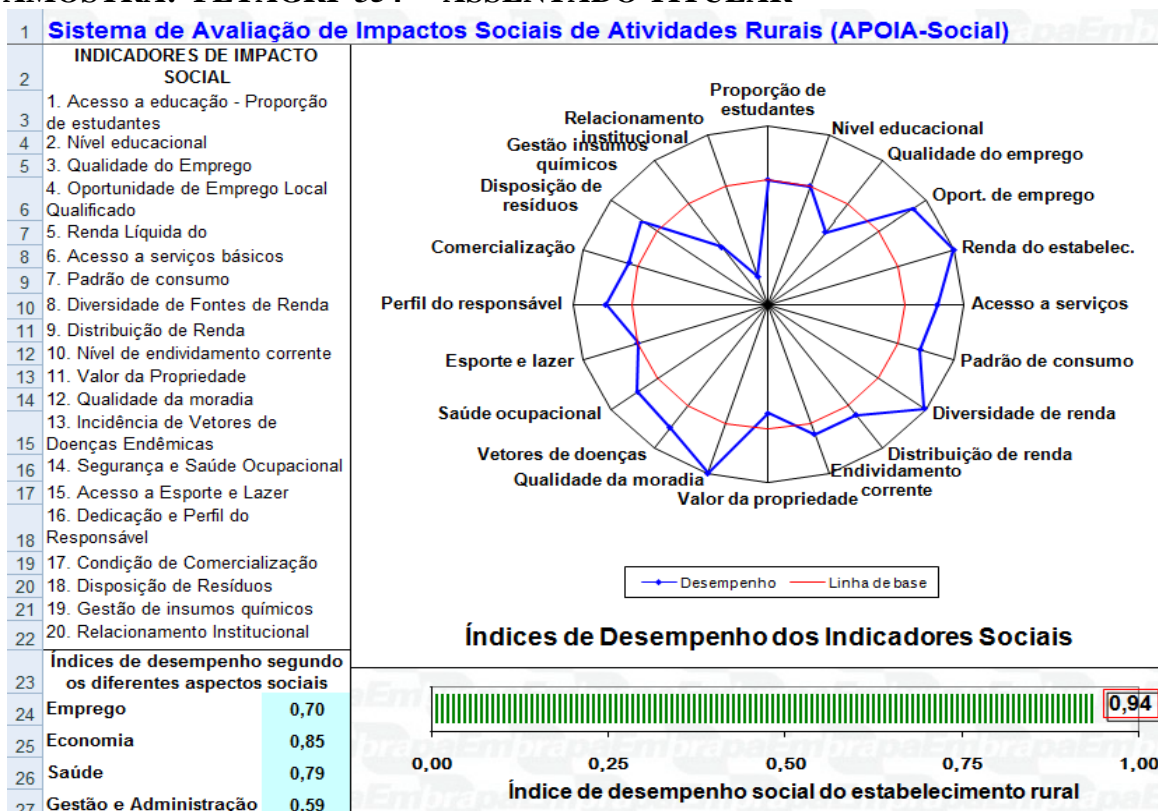
AMOSTRA: FETAGRI 306 – ASSENTADO TITULAR



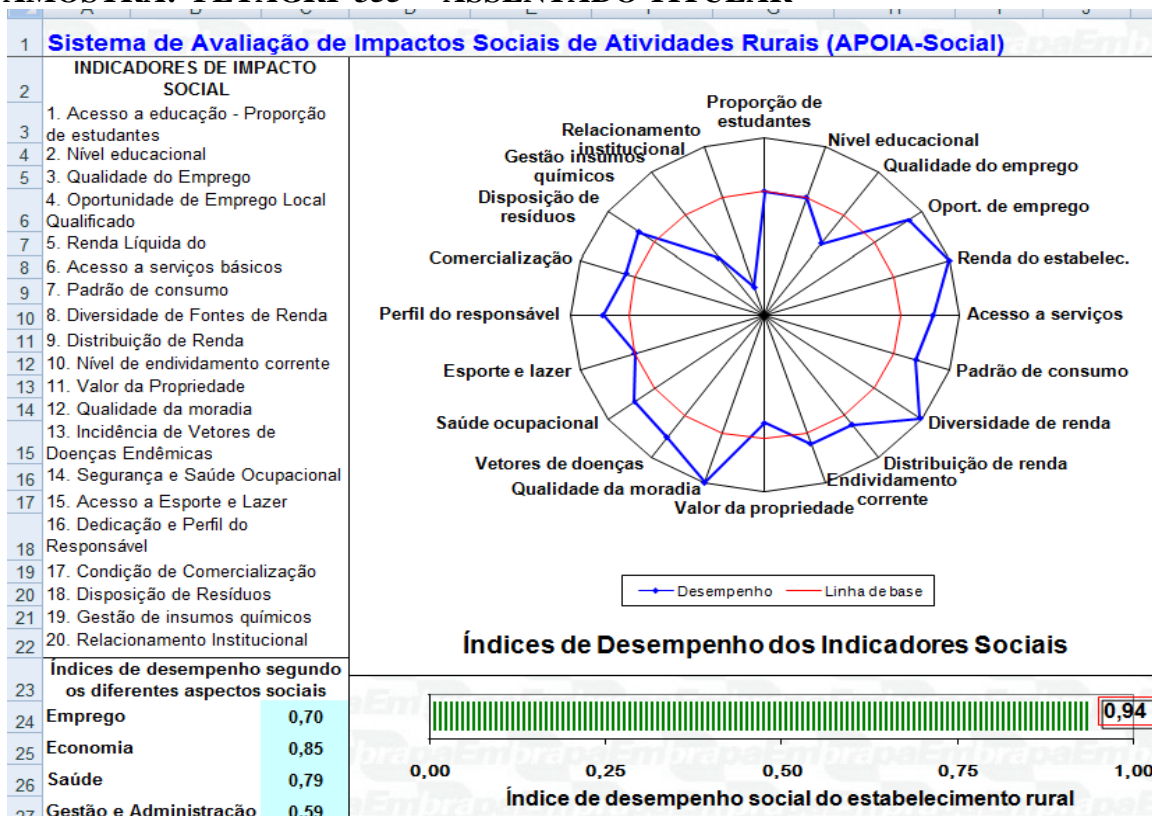
AMOSTRA: FETAGRI 307 – ASSENTADO TITULAR



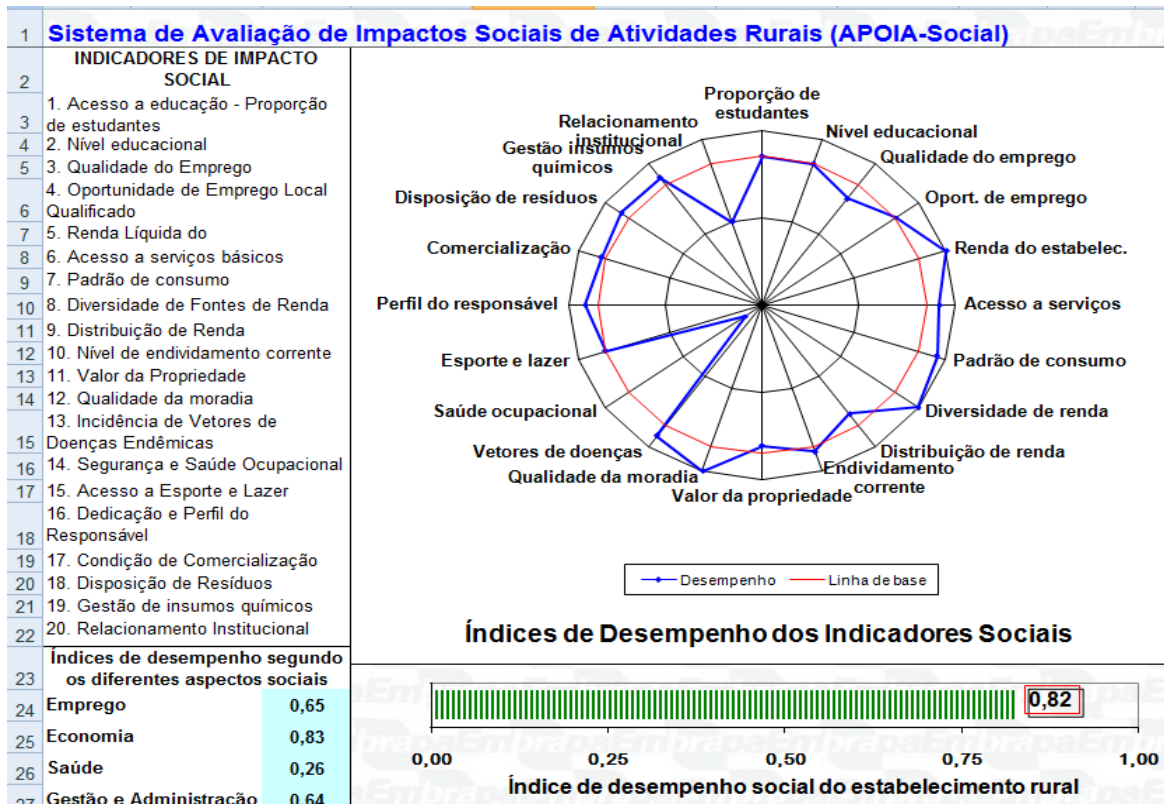
AMOSTRA: FETAGRI 354 – ASSENTADO TITULAR



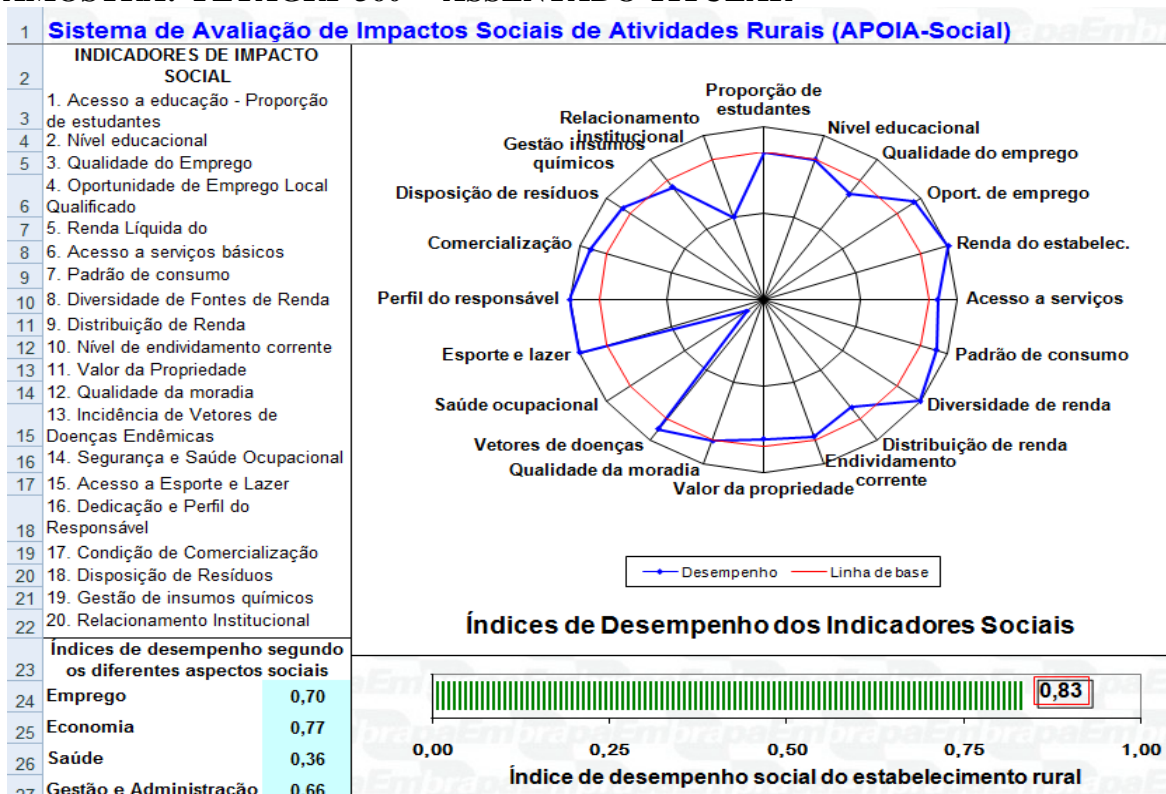
AMOSTRA: FETAGRI 355 – ASSENTADO TITULAR



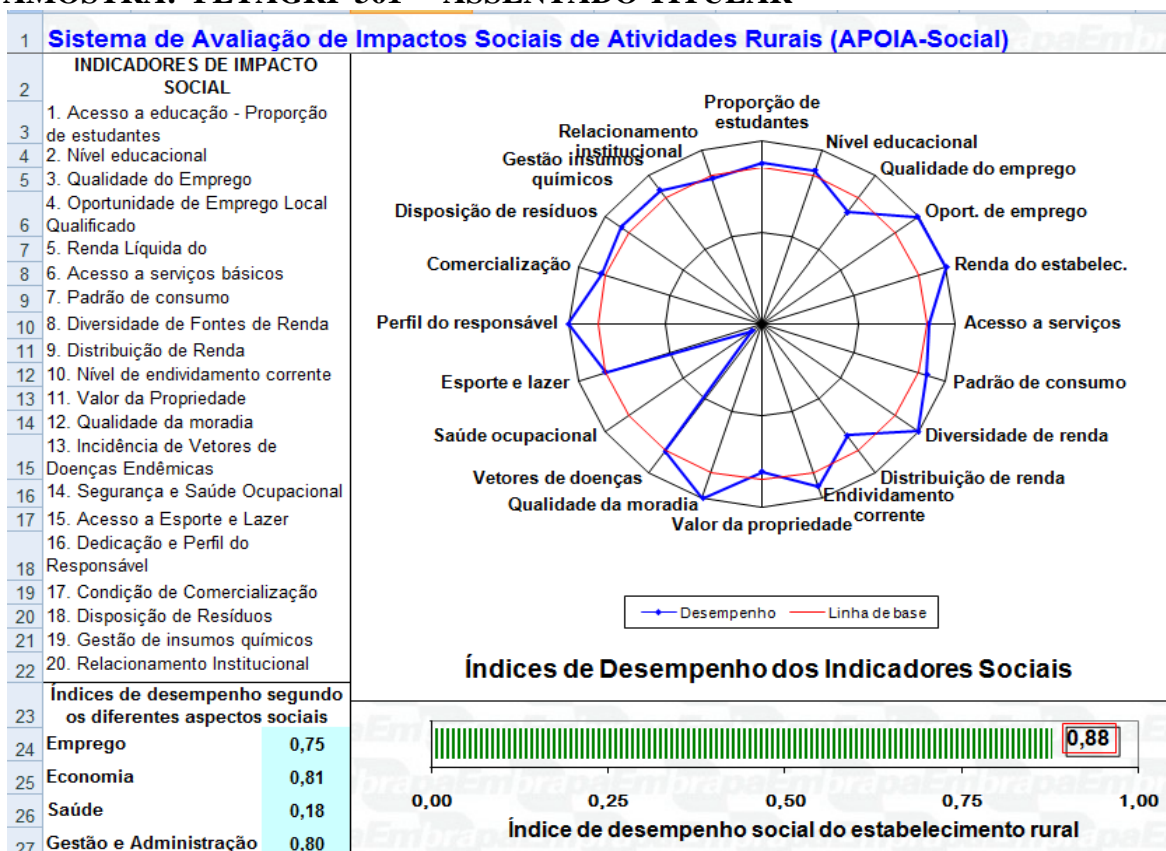
AMOSTRA: FETAGRI 359 – ASSENTADO TITULAR



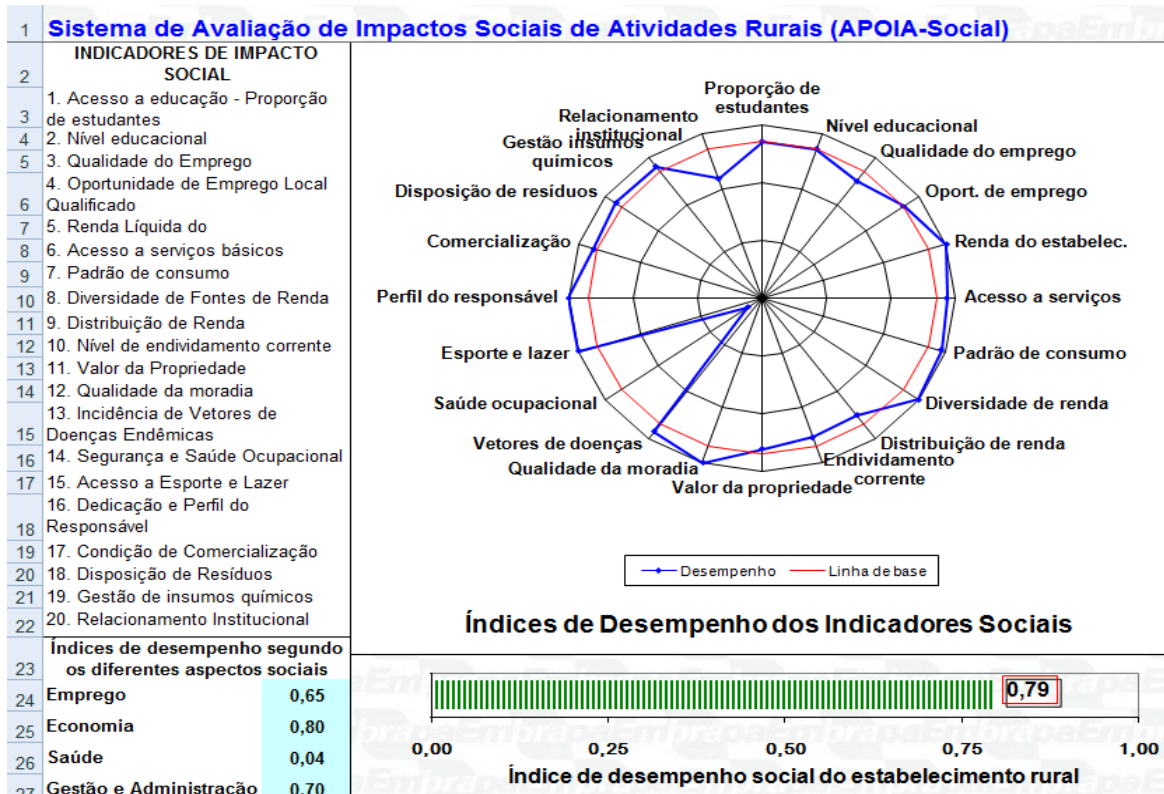
AMOSTRA: FETAGRI 360 – ASSENTADO TITULAR



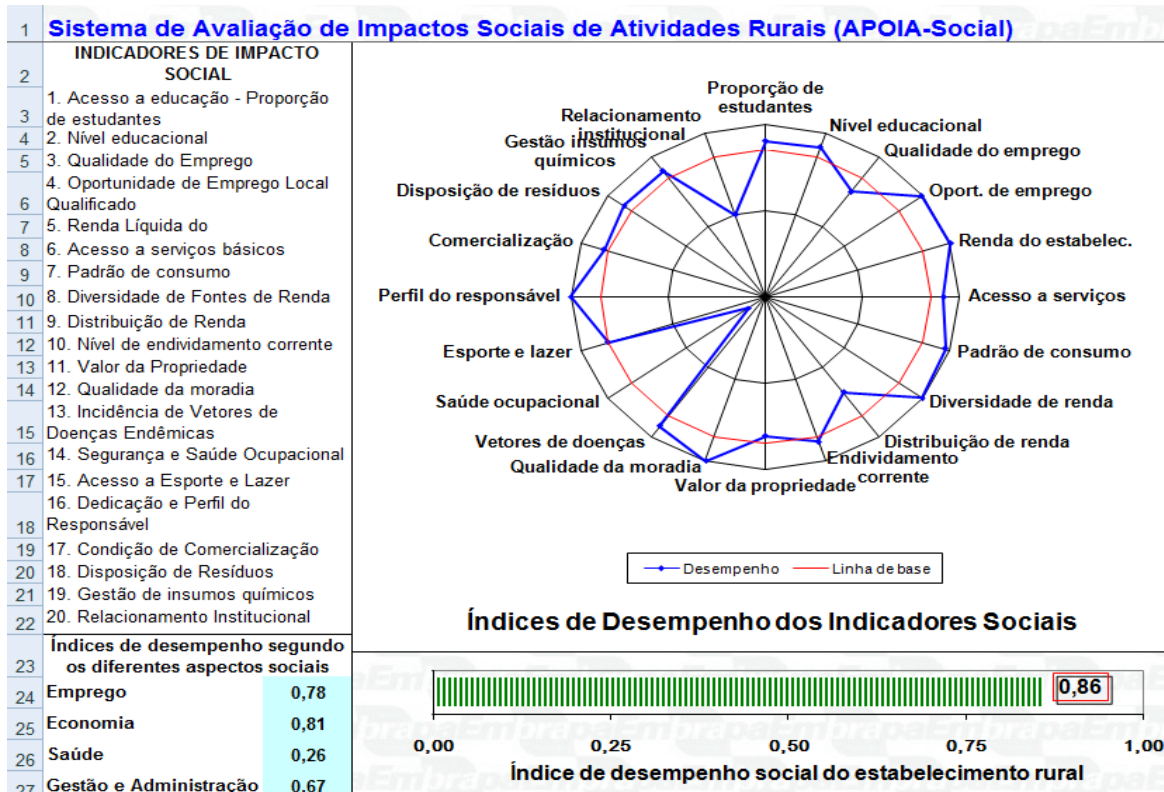
AMOSTRA: FETAGRI 361 – ASSENTADO TITULAR



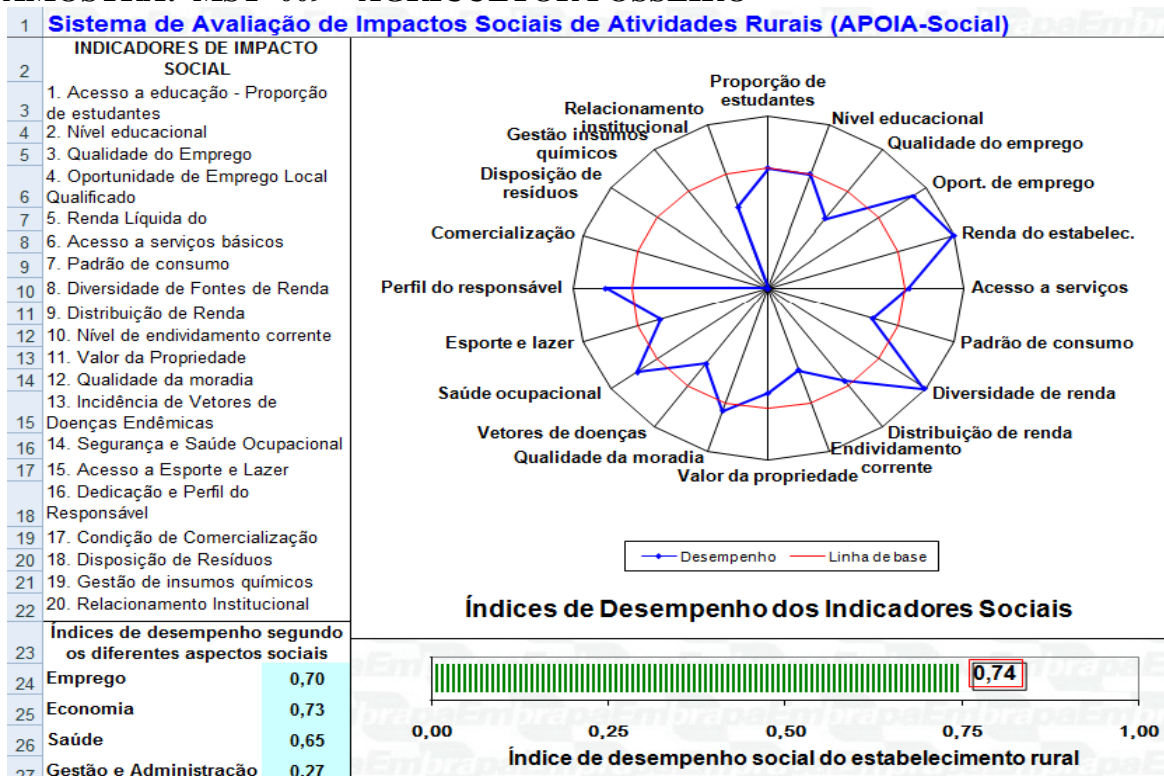
AMOSTRA: FETAGRI 377 – ASSENTADO TITULAR



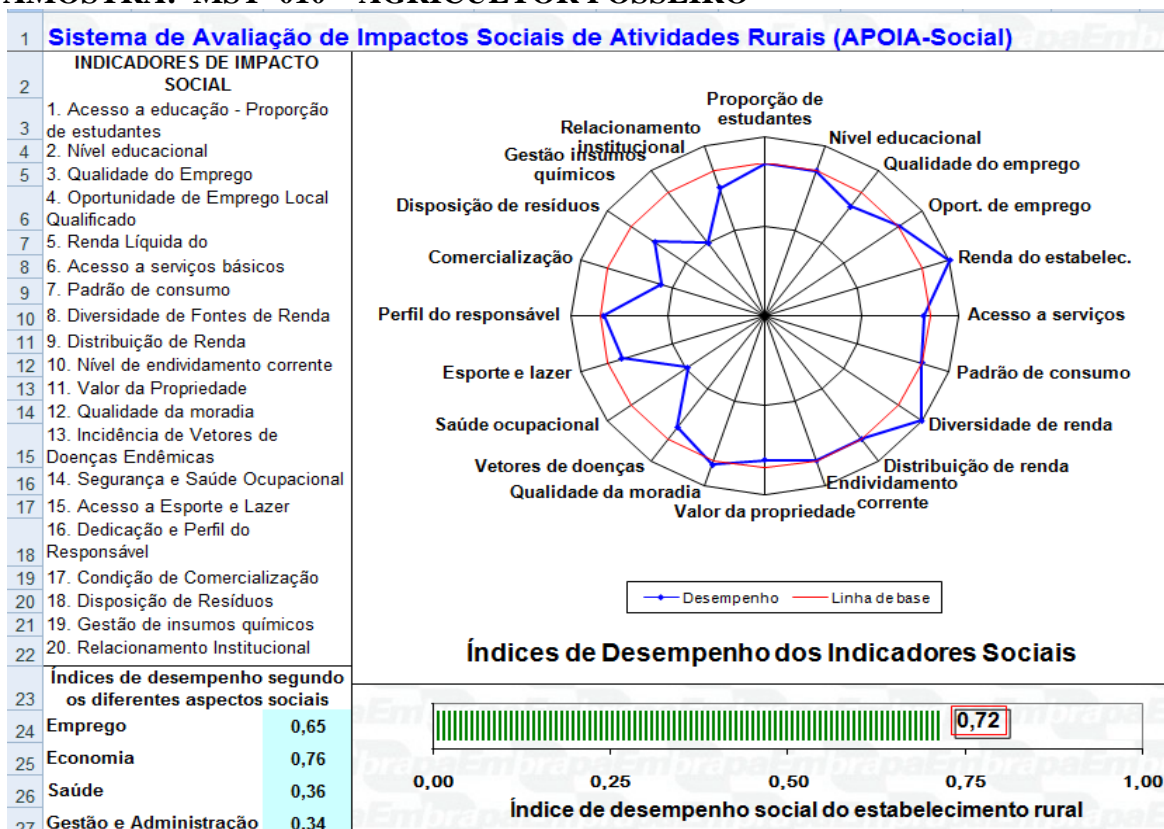
AMOSTRA: FETAGRI 378 – ASSENTADO TITULAR



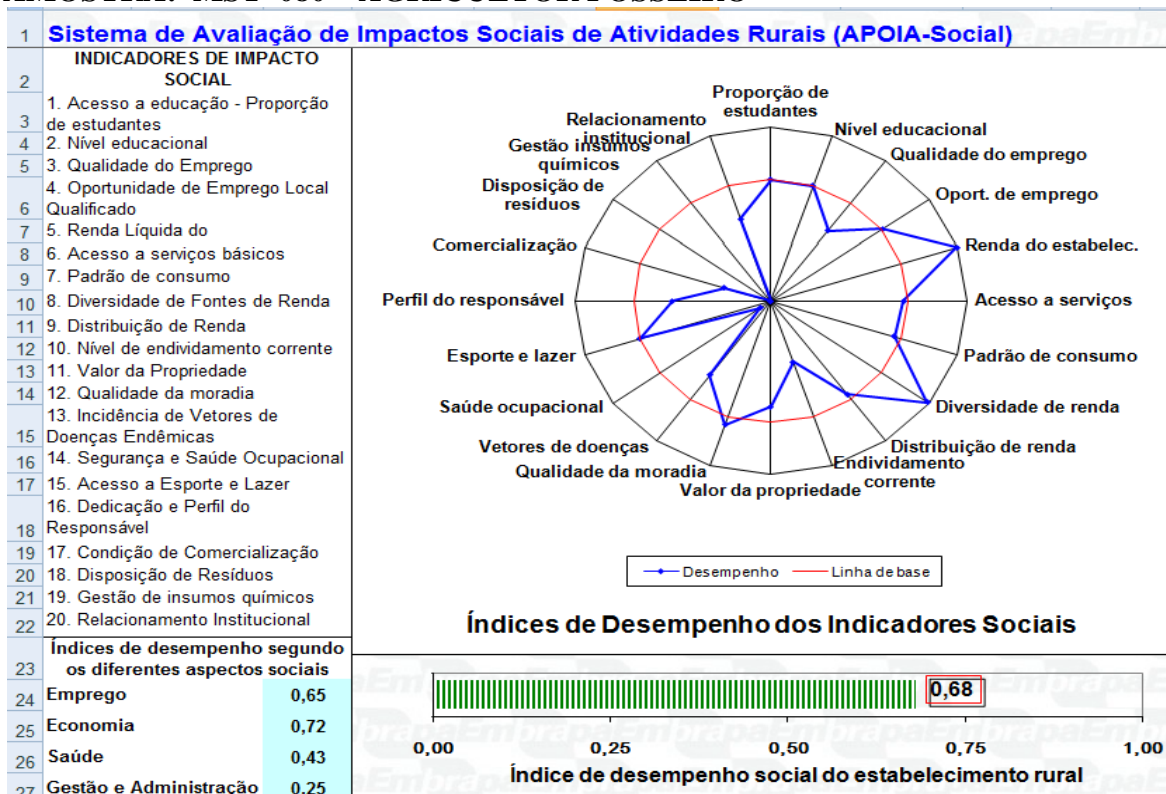
AMOSTRA: MST 009 – AGRICULTOR POSSEIRO



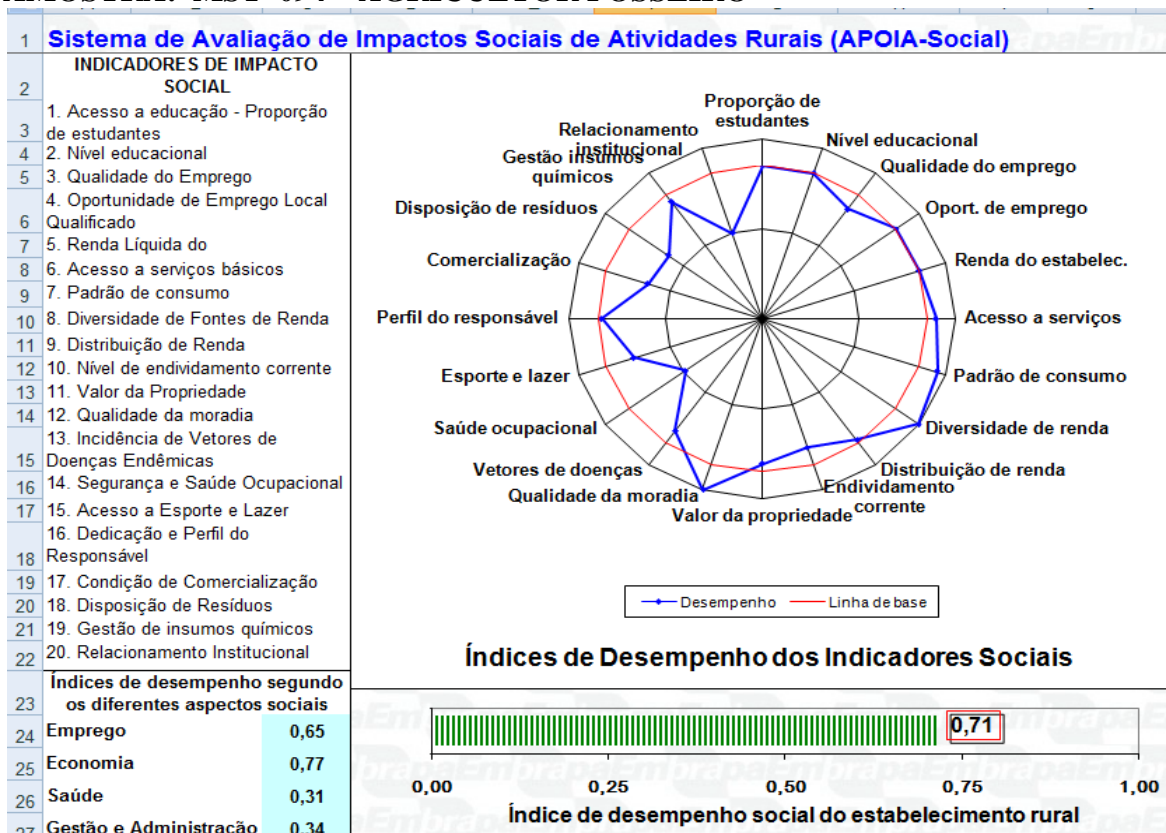
AMOSTRA: MST 010 – AGRICULTOR POSSEIRO



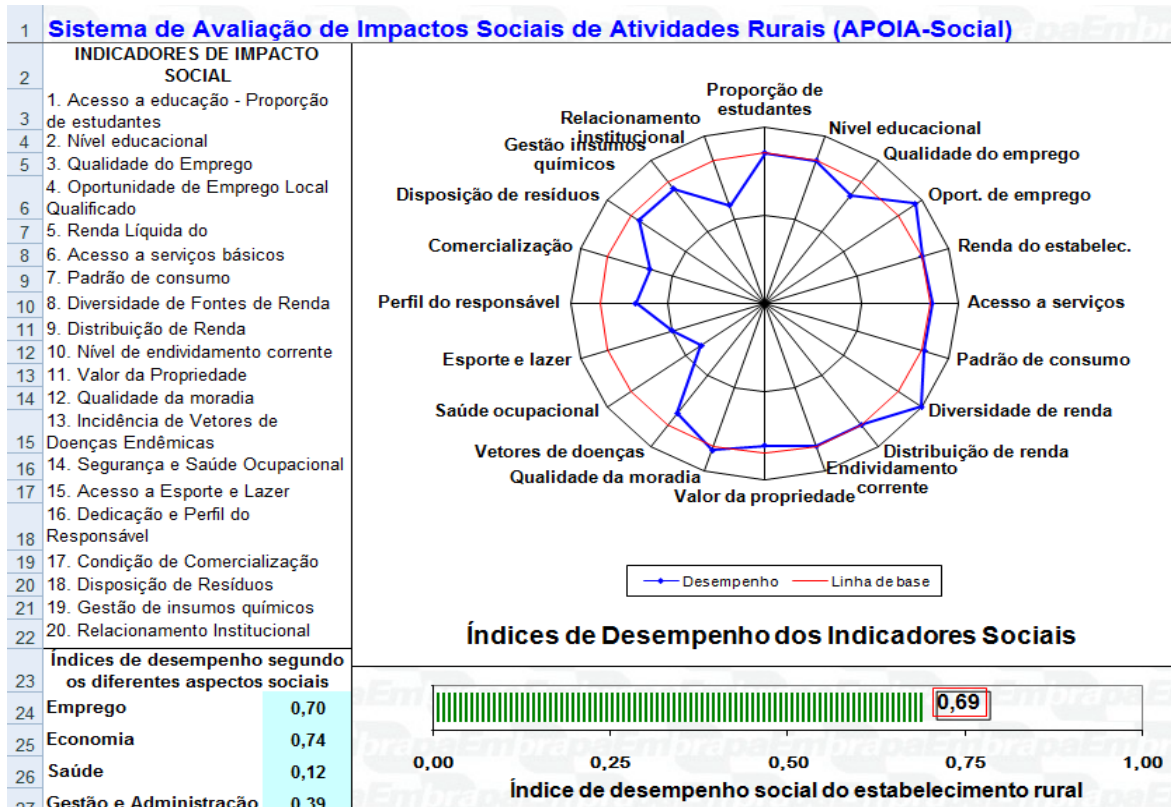
AMOSTRA: MST 080 – AGRICULTOR POSSEIRO



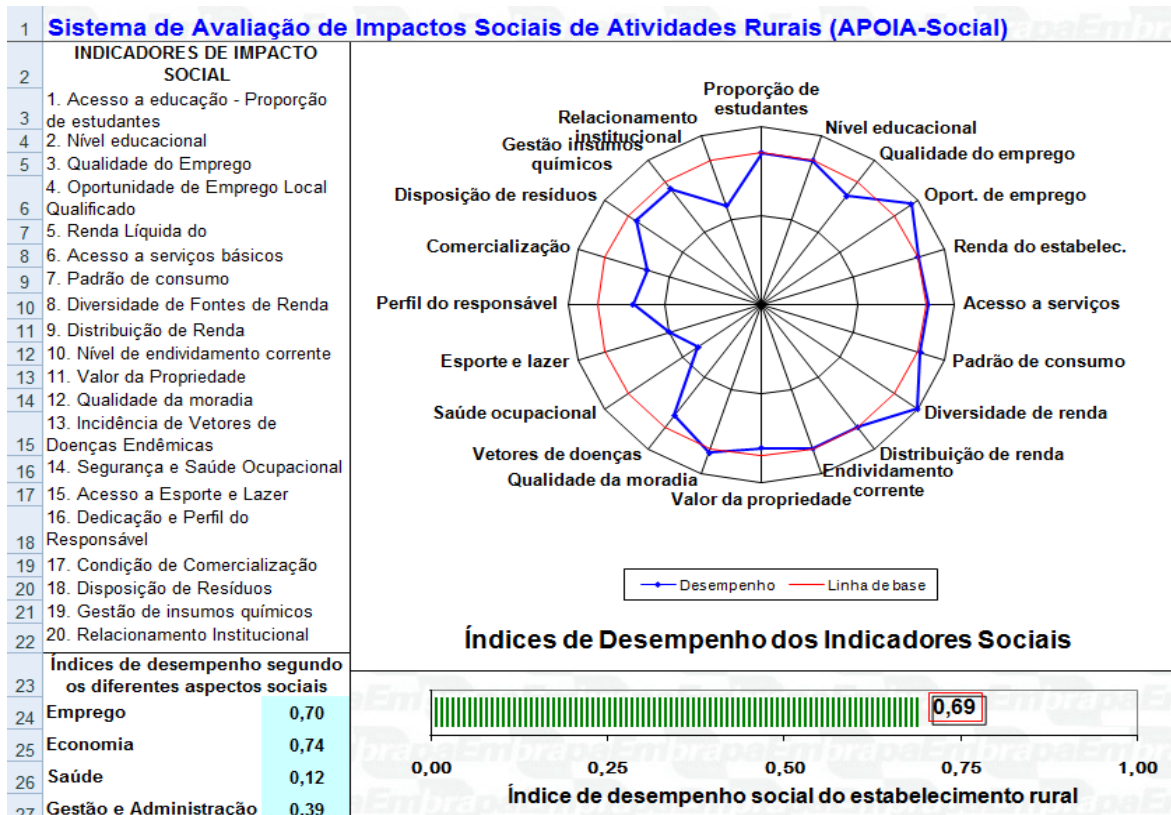
AMOSTRA: MST 094 – AGRICULTOR POSSEIRO



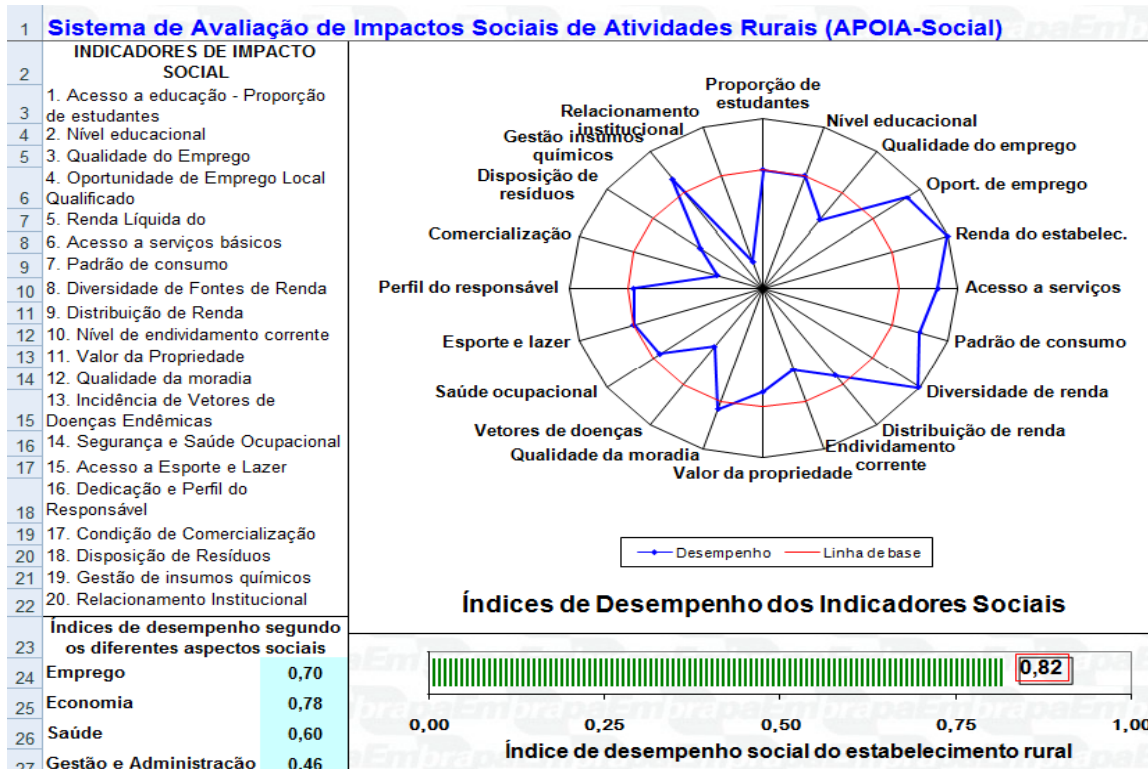
AMOSTRA: MST 098 – AGRICULTOR POSSEIRO



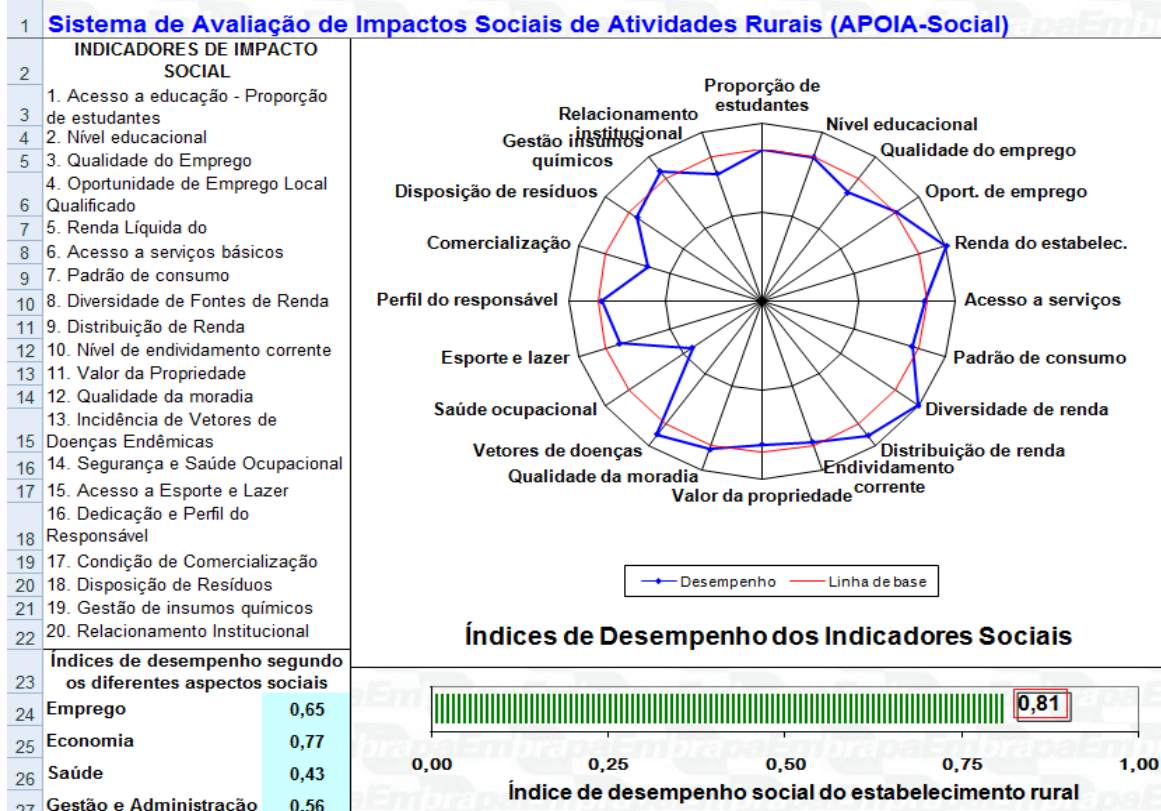
AMOSTRA: MST 099 AGRICULTOR POSSEIRO



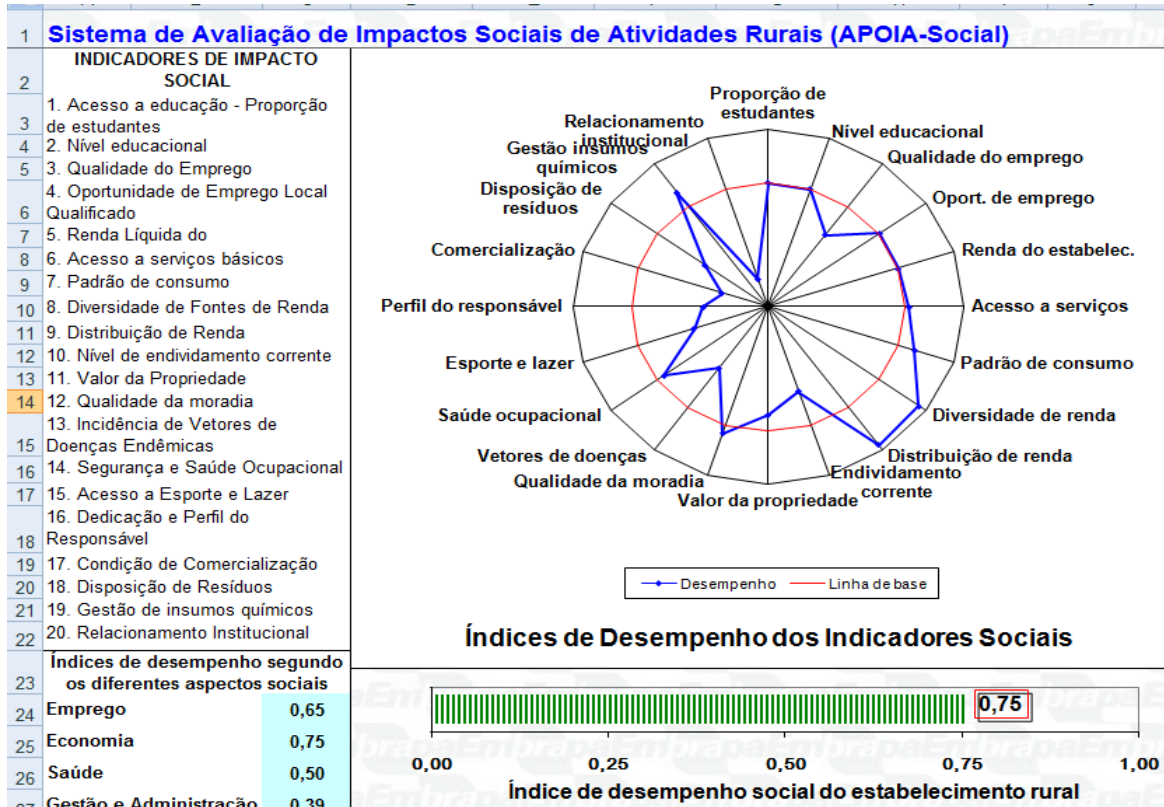
AMOSTRA: MST 105 – AGRICULTOR POSSEIRO



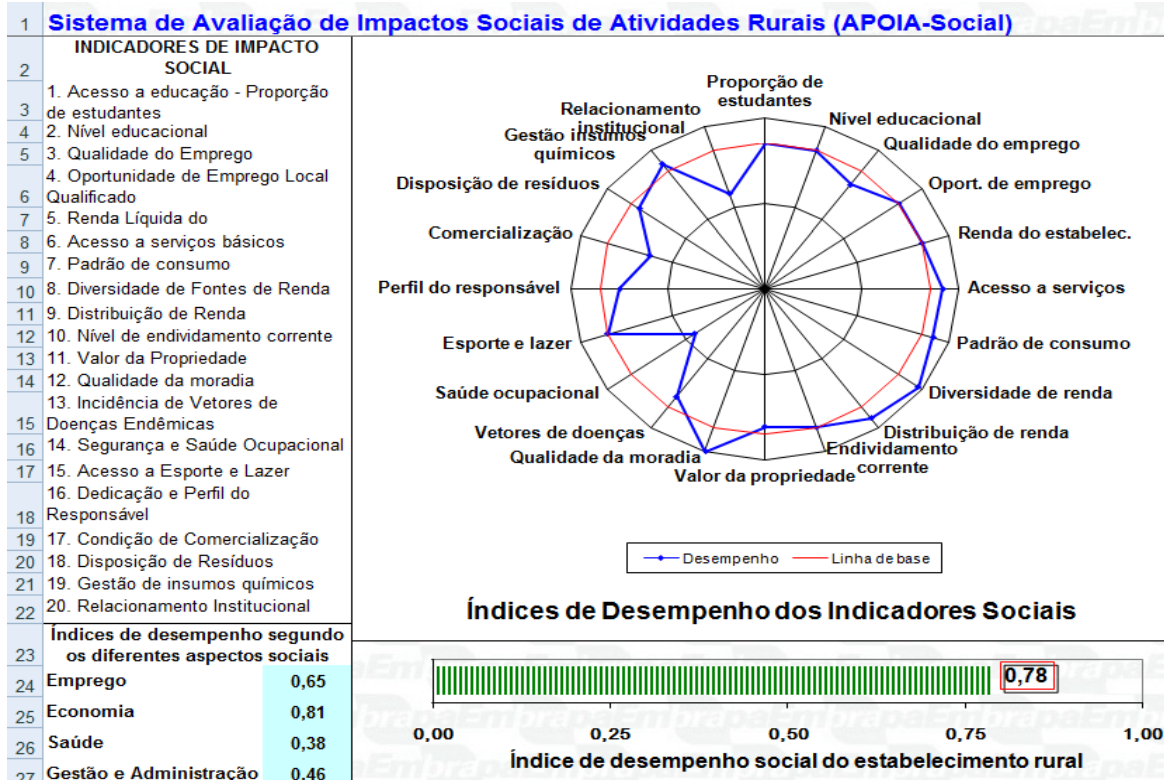
AMOSTRA: MST 008 – ASSENTADO TITULAR



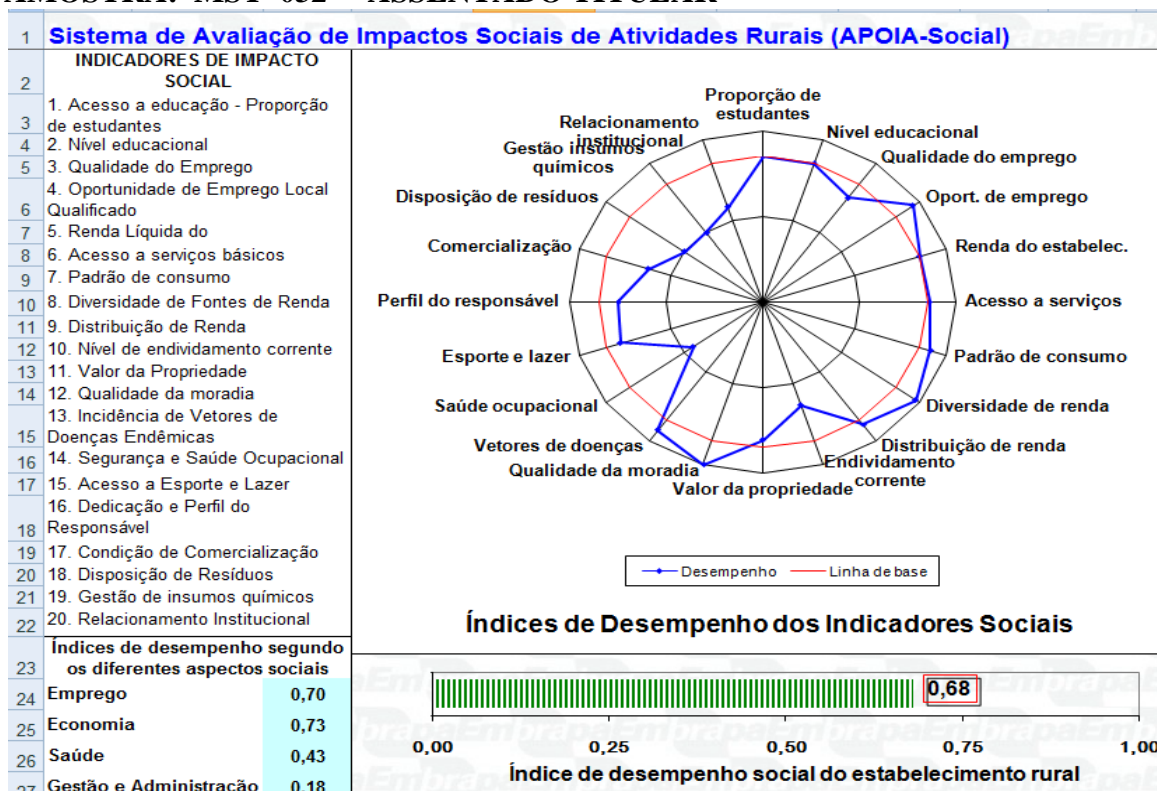
AMOSTRA: MST 023 – ASSENTADO TITULAR



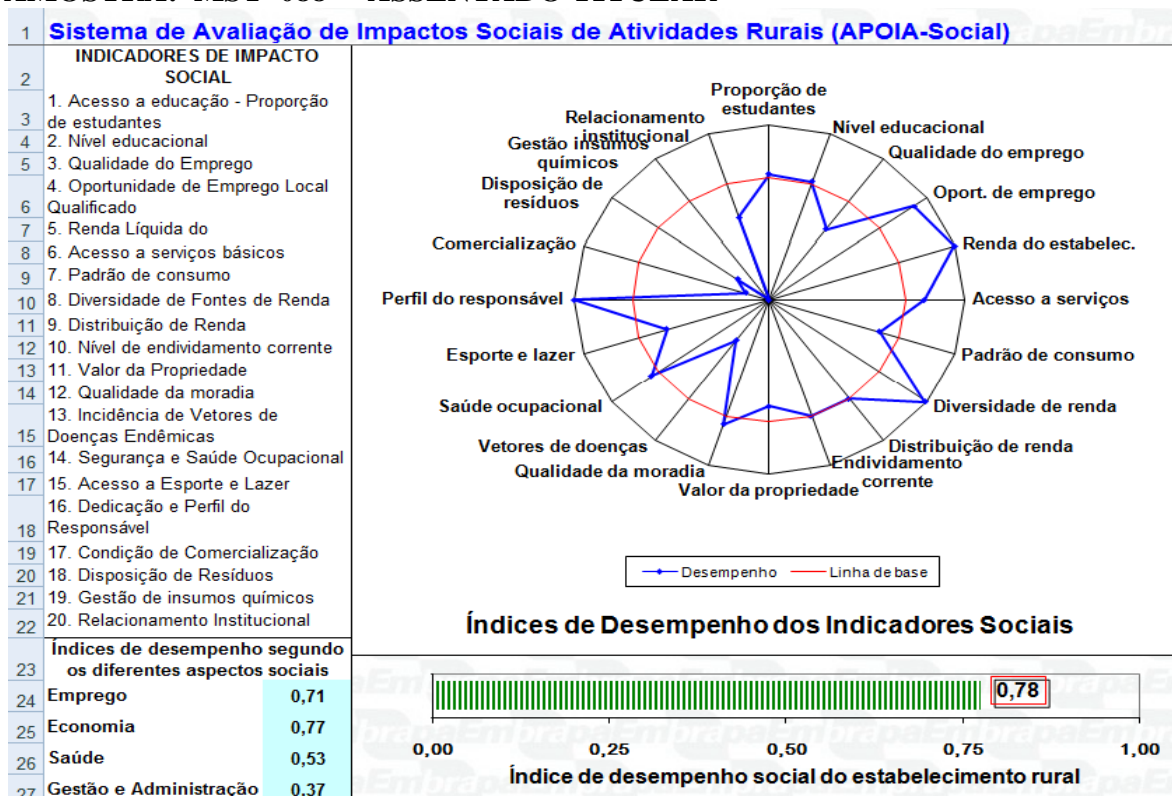
AMOSTRA: MST 025 – ASSENTADO TITULAR



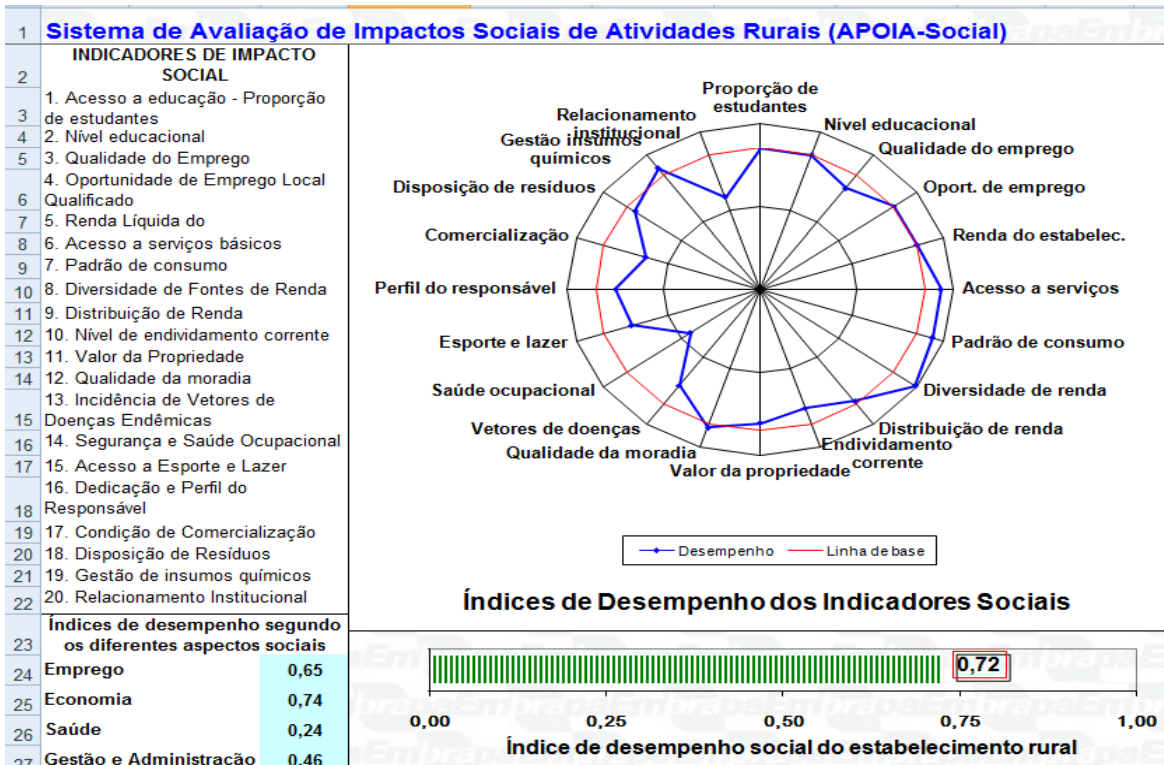
AMOSTRA: MST 032 – ASSENTADO TITULAR



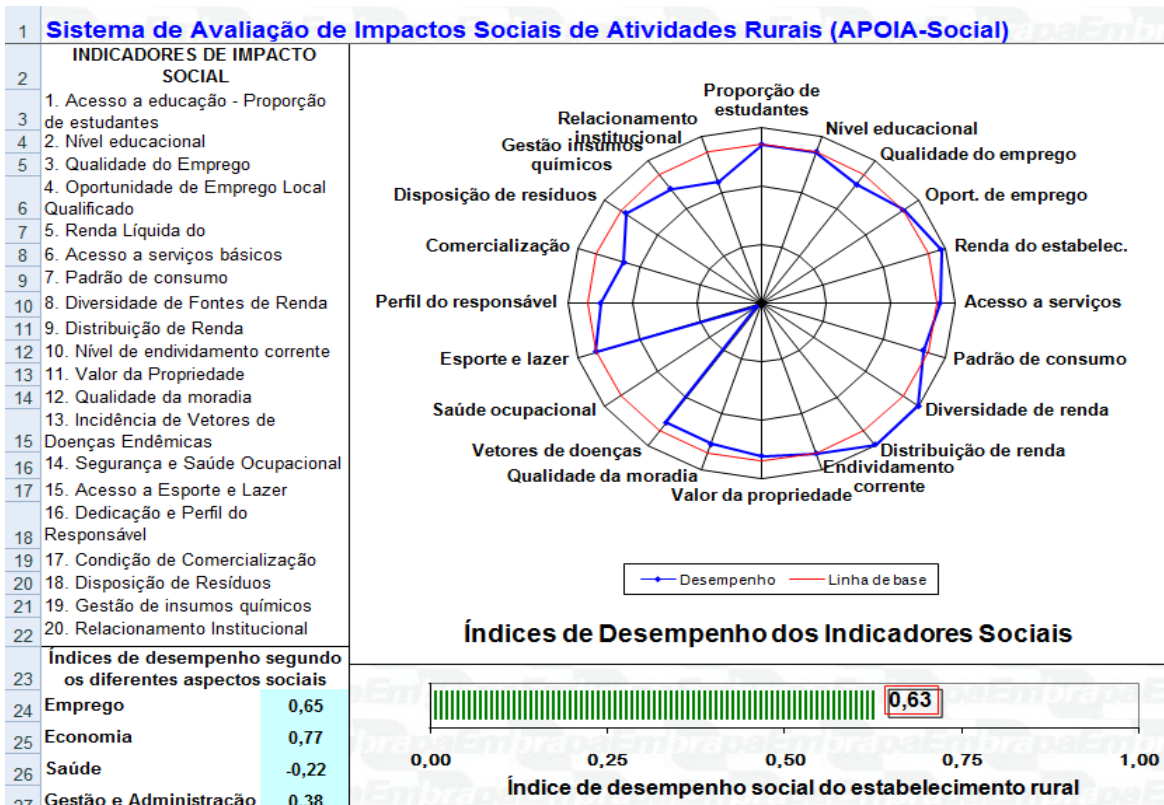
AMOSTRA: MST 088 – ASSENTADO TITULAR



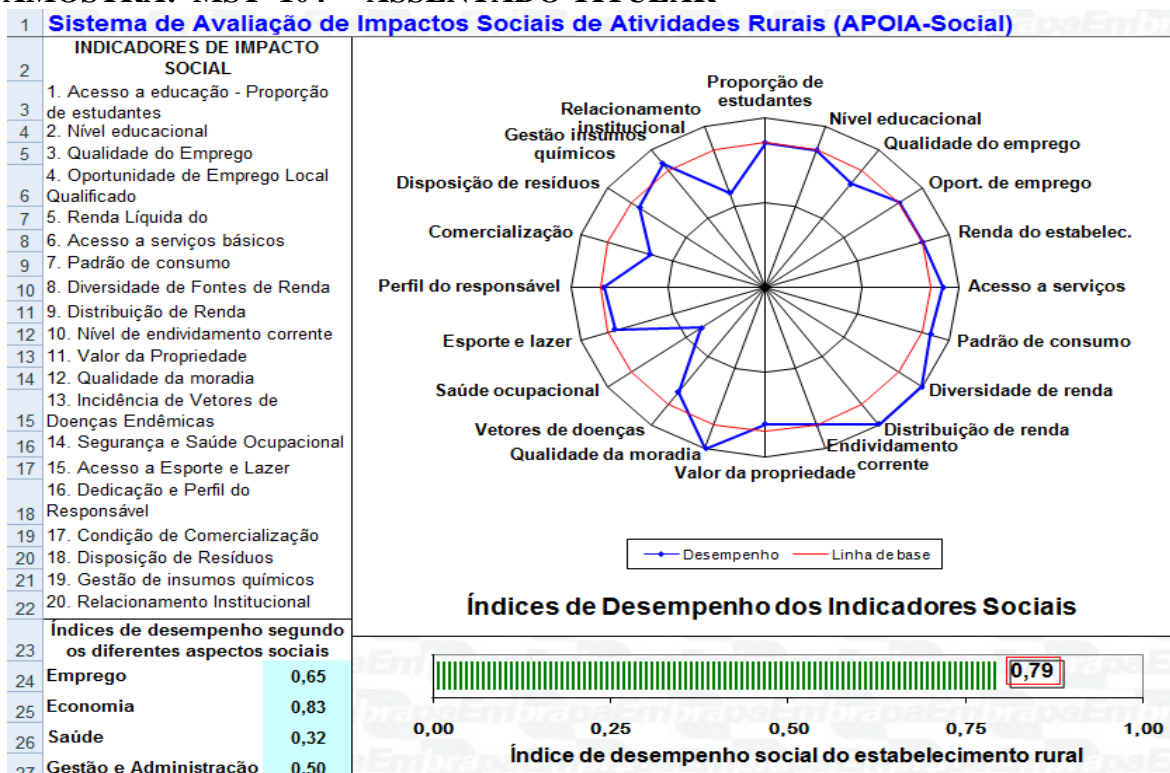
AMOSTRA: MST 093 – ASSENTADO TITULAR



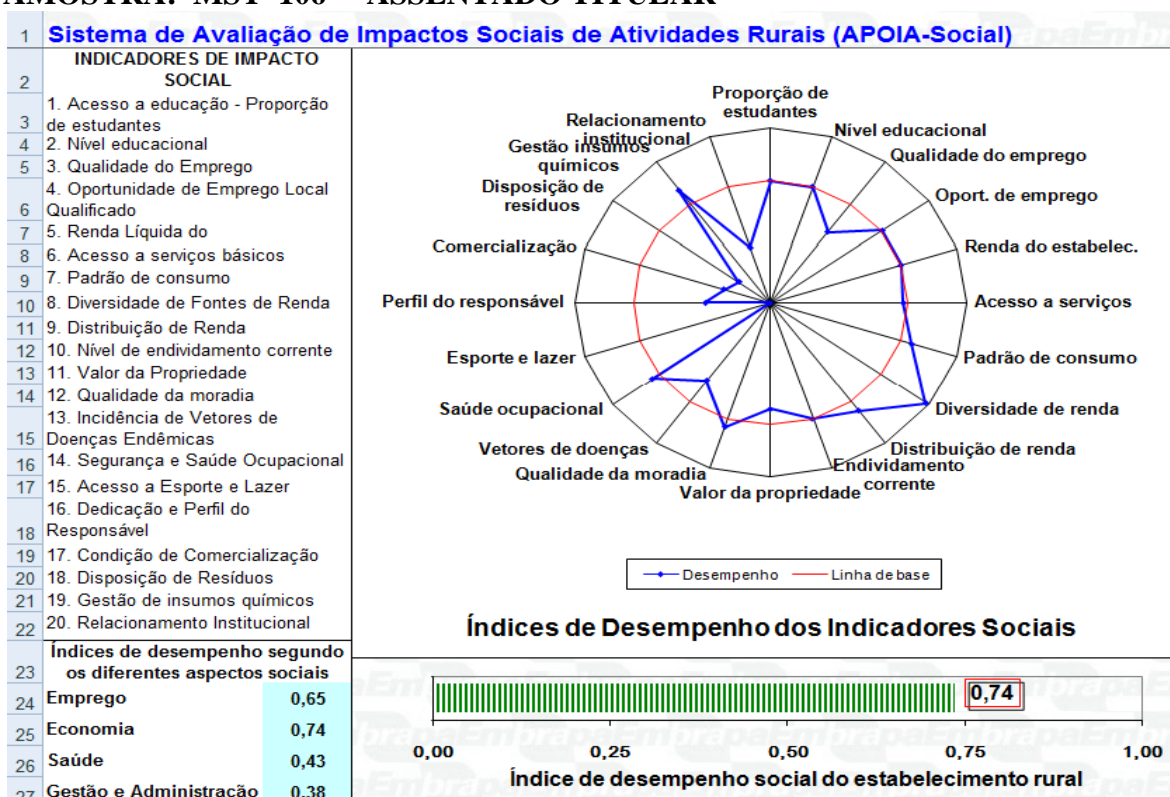
AMOSTRA: MST 096 – ASSENTADO TITULAR



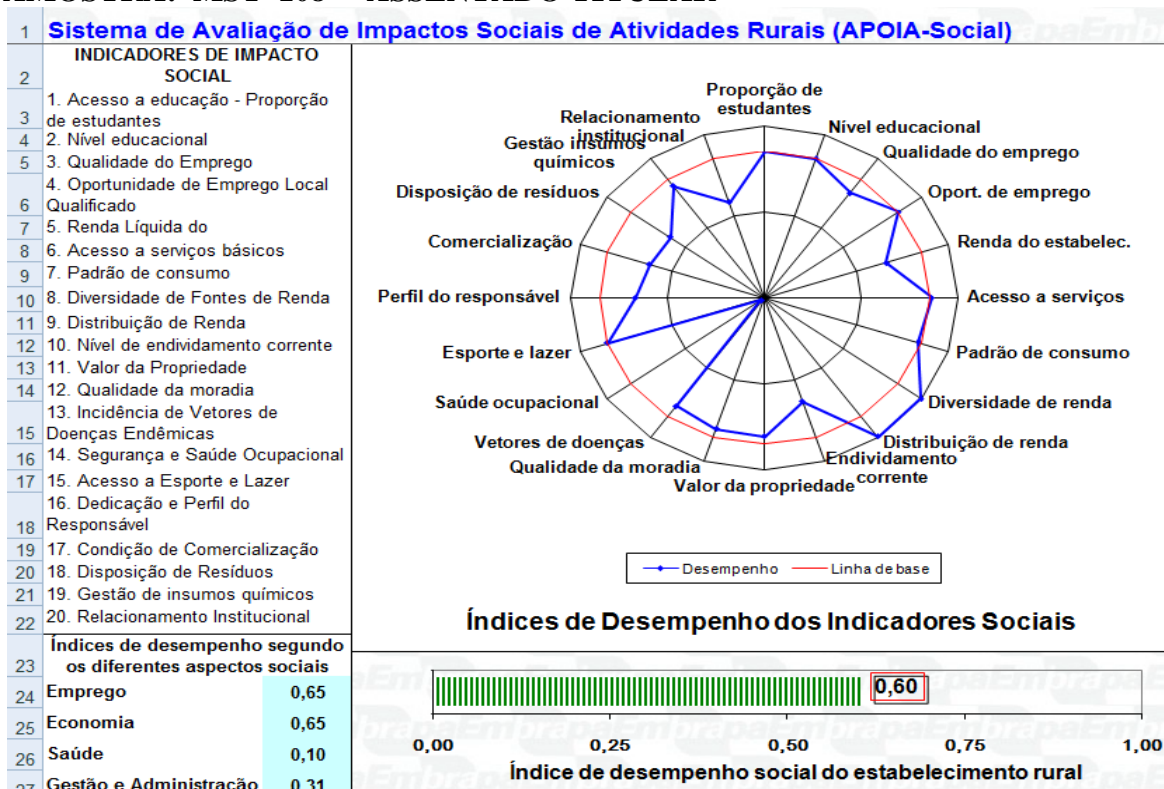
AMOSTRA: MST 104 – ASSENTADO TITULAR



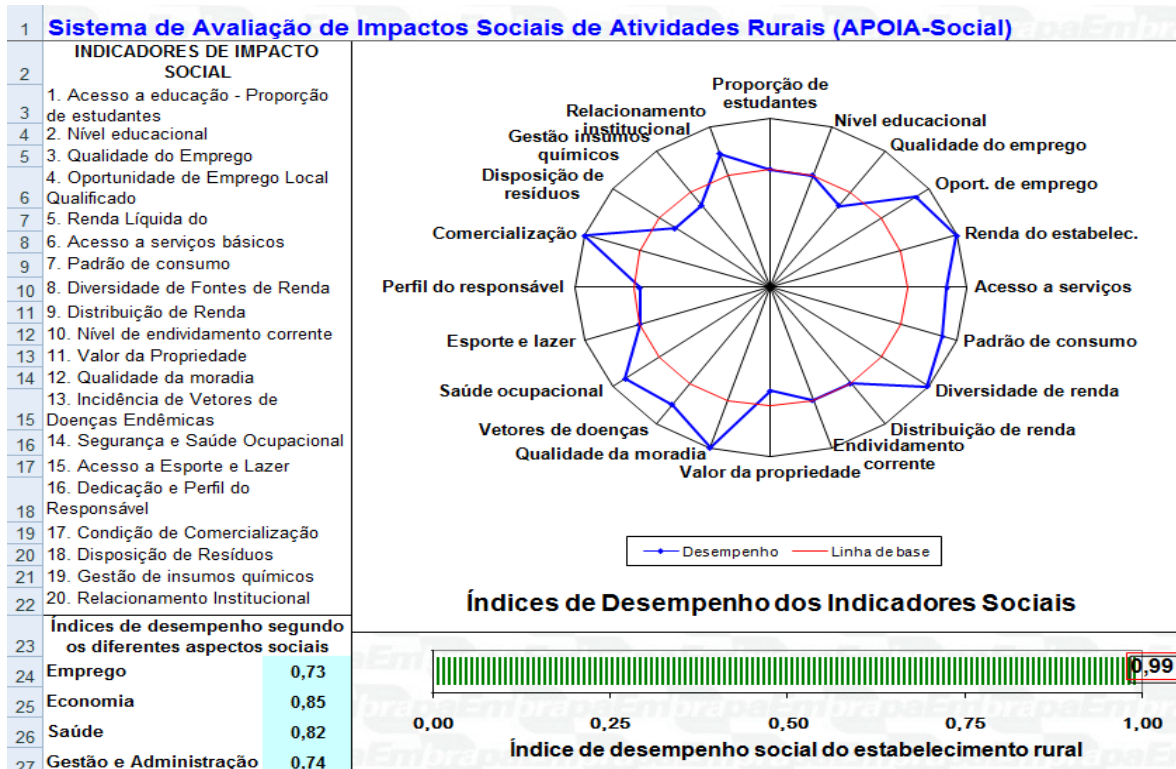
AMOSTRA: MST 106 – ASSENTADO TITULAR



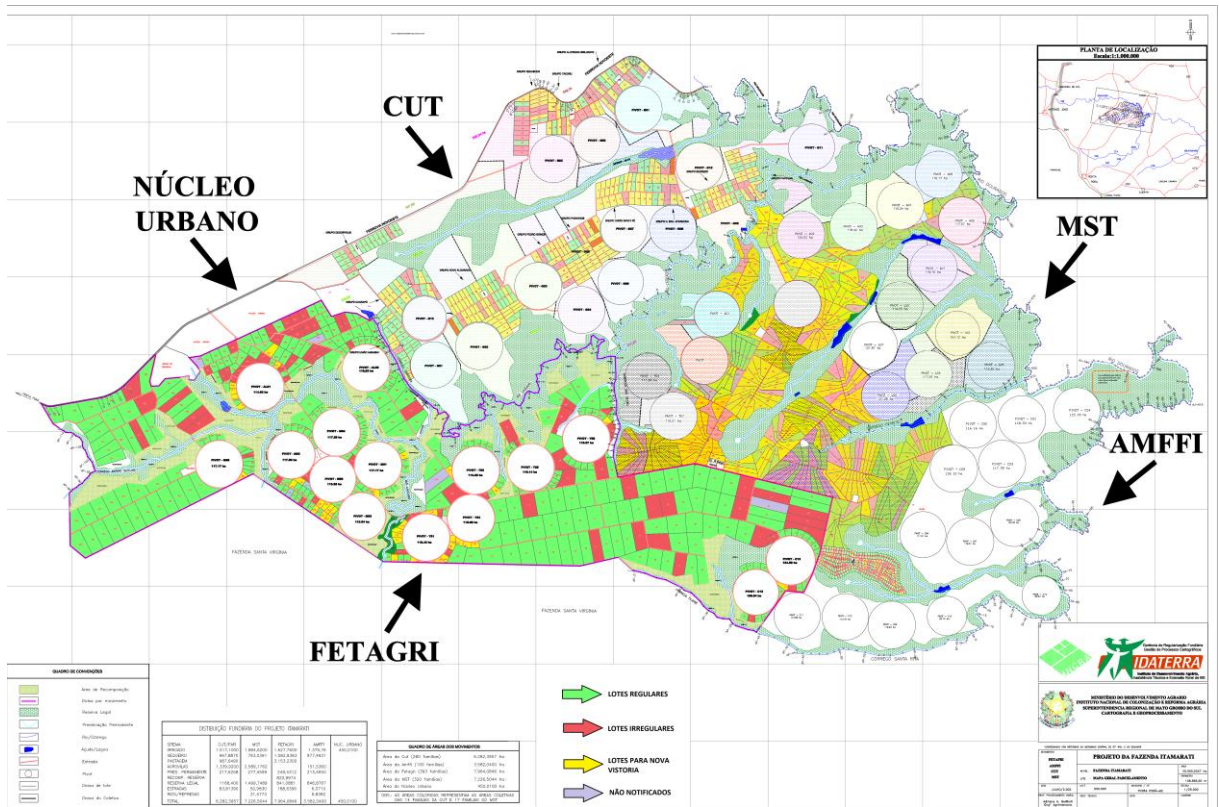
AMOSTRA: MST 108 – ASSENTADO TITULAR



AMOSTRA: MST 233 – ASSENTADO TITULAR



APÊNDICE 3:



Fonte: IDATERRA 2002.

